

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito

Renata Rodrigues Marmol

**A RETOMADA DA (SUBVERSIVA) SOLIDARIEDADE COMO ALTERNATIVA AO
NEOLIBERALISMO: soluções na sociedade do risco**

Belo Horizonte

2021

Renata Rodrigues Marmol

**A RETOMADA DA (SUBVERSIVA) SOLIDARIEDADE COMO ALTERNATIVA AO
NEOLIBERALISMO: soluções na sociedade do risco**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Teoria do Direito e da Justiça

Orientador: Prof. Dr. Lucas de Alvarenga Gontijo

Área de concentração: Democracia, Liberdade e Cidadania

Belo Horizonte

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M351r Marmol, Renata Rodrigues
A retomada da (subversiva) solidariedade como alternativa ao neoliberalismo: soluções na sociedade do risco / Renata Rodrigues Marmol. Belo Horizonte, 2021.
143 f.

Orientador: Lucas de Alvarenga Gontijo
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Direito

1. Giorgi, Raffaele de. 2. Neoliberalismo. 3. Capitalismo. 4. Liberalismo. 5. Democracia. 6. Solidariedade. 7. Racismo. 8. Cidadania. 9. Direito - Filosofia. I Gontijo, Lucas de Alvarenga. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito. III. Título.

CDU: 340.12

Ficha catalográfica elaborada por Pollyanna Iara Miranda Lima - CRB 6/3320

Renata Rodrigues Marmol

**A RETOMADA DA (SUBVERSIVA) SOLIDARIEDADE COMO ALTERNATIVA AO
NEOLIBERALISMO: soluções na sociedade do risco**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Teoria do Direito e da Justiça

Área de concentração: Democracia, Liberdade e Cidadania

Prof. Dr. Lucas de Alvarenga Gontijo – PUC Minas (Orientador)

Prof. Dr. – José Luiz Quadros Magalhães –PUC MINAS (Banca Examinadora)

Prof. Dr. – Mateus Moura Ferreira –PUC MINAS (Banca Examinadora)

Prof. Dr. – Airton Aloisio Schutz – UNICatólica Tocantins (Banca Examinadora)

Prof. Dr. – Renata Furtado de Barros - PUC Minas (suplente)

Belo Horizonte, 05 de maio de 2021.

À minha família, amada: Minha mãe Almeni, meu pai Antônio e minha irmã Rafaela.

*E a quem crê na força da virtude, sobretudo da solidariedade, colocando-a em prática,
porque faremos juntos, deste mundo um lugar melhor.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fonte Criadora, Oceano Primordial, que faz emergir as ondas da Vida.

Aos meus Pais, Antônio e Almeni, que sempre fizeram o possível para oferecer o melhor, por todo cuidado e apoio, eu pude chegar até aqui e realizar mais um sonho. Não existem palavras suficientes para descrever minha profunda gratidão a vocês.

À minha irmã Rafaela, pelo carinho de ouvir e me incentivar em momentos difíceis, seu otimismo significa muito para mim e fez a diferença.

Ao meu orientador, o querido Professor Doutor Lucas de Alvarenga Gontijo. Pelas oportunidades concedidas, pela perspicácia nas observações, pela compreensão em momentos difíceis, fez com me tornasse uma pesquisadora e pessoa melhor. Por isso, me sinto sortuda e infinitamente grata. Que seja sempre abençoado.

Ao ilustre Prof. Dr. Raffaele De Giorgi, o qual, por seus trabalhos provocativos, suas palestras surpreendentes e formas de ensinar notáveis, me inspirou na escrita desta pesquisa.

À minha estimada amiga Ariany que, mesmo sendo das ciências exatas, me ensinou a resiliência da vida acadêmica, além do suporte moral e emocional em um momento tão estressante. Foi fundamental ter com quem contar em uma cidade grande e em uma fase difícil.

Aos meus colegas de mestrado que se tornaram amigos: Augusto, Fran, Graci Rane, e Vanessa. Vocês tornaram essa experiência muito melhor por tantas ideias, conversas e momentos compartilhados (inclusive os surtos - risos). Terão sempre em minha memória e coração um lugar especial.

Aos professores da banca que gentilmente aceitaram o convite, ao Prof. Dr. José Luiz Quadros que nos instiga com seus diversos estudos críticos, especificamente sobre o novo constitucionalismo latino-americano; ao Prof. Mateus Moura, distinto doutor em teoria do direito cuja tese merece ser conhecida; ao Prof. Airton Schutz professor e estudioso no âmbito do direito e biopolítica no Brasil, e a querida e inspiradora Doutora Profa. Renata Furtado, que desde a primeira aula me encantou com sua forma de ensinar.

Aos demais professores e colaboradores administrativos do PPGD da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, bem como nosso representante discente Hugo Malone, auxiliaram muito na solução de problemas que surgiram no caminho.

Agradeço, por fim, a todos que trabalham por um mundo melhor, que desenvolvem obras teóricas e práticas mostrando que outra forma de viver é possível, o *Buen Vivir*. Pois, a prosperidade para todos pode ser uma utopia, mas o progresso, como dizia Oscar Wilde, é a concretização de utopias.

*Na verdade, somos uma só alma, tu e eu.
Nos mostramos e nos escondemos tu em mim, eu em ti.
Eis aqui o sentido profundo de minha relação contigo,
Porque não existe, entre tu e eu, nem eu, nem tu.*

*Rumi
(jurista, poeta e mestre sufi)*

RESUMO

Esta pesquisa demonstra que o fulcro do neoliberalismo é produzir um sujeito que seja permanentemente orientado e vivido como uma empresa. Ou seja, impõe a interiorização de um modelo, o da empresa, que torna cada pessoa responsável em pensar, se justificar e criar laços como uma empresa, gerindo os seus investimentos ao modo de uma autogovernabilidade. Ainda, confere ênfase à noção de “risco” e à capacidade do indivíduo se autogerir e autorregular, devendo suportar as “indeterminações de existir”. A única segurança, no paradigma neoliberal, ocorre nas atividades reguladas pelo mercado. Contudo, a partir da diferenciação dos termos “risco” e “perigo” realizada pelo Professor Raffaele De Giorgi, se evidencia as falácias desse discurso neoliberal. Parte-se da hipótese de que o paradigma neoliberal constitui um perigo para a sociedade, e, portanto, é preciso apresentar alternativas de subjetivação, racionalidade e práticas. Em outras palavras: oferecer outro paradigma, que oriente os comportamentos para práticas economicamente viáveis e ecologicamente conscientes. A relevância da pesquisa reside no fato de que o paradigma neoliberal, enquanto modelo de interpretação de mundo e determinação dos comportamentos na realidade, permeia e conduz as relações econômicas e políticas-sociais, o papel do Estado, além de governar o modo de vida dos indivíduos e instigar determinada (i)racionalidade. As consequências e os efeitos ultrapassam aqueles que adotam tal paradigma, pois afeta direta e brutalmente os modelos que se opõem a ele. Nesse sentido, o objetivo primordial do trabalho consiste em evidenciar os argumentos que comprovem a necessidade da retomada da (subversiva) solidariedade como alternativa mais eficiente e justa para o progresso do país face ao neoliberalismo opressor e atomizante. Para cumprir tal propósito, a metodologia utilizada na pesquisa foi uma extensa revisão bibliográfica e descritiva, confrontando os argumentos a partir do método dialético. Dessa forma se refletiu sobre a possibilidade de contar outra história como o caminho para construir outro presente. Um presente alicerçado na solidariedade humana e em sua relação com a natureza, como exemplifica o constitucionalismo plurinacional, o *Buen Vivir*, e as demais alternativas apresentadas. Um presente em que se questiona e se coloca abaixo o paradigma neoliberal, para erigir outro em seu lugar.

Palavras-chaves: Neoliberalismo. Risco. Perigo. Economia. Solidariedade.

ABSTRACT

This research demonstrates that the core of neoliberalism is to produce a subject that is permanently oriented and experienced as a company. In other words, it imposes the interiorization of a model, that of the company, which makes each person responsible for thinking, justifying himself and creating ties as a company, managing his investments in a self-governing manner. Still, it emphasizes the notion of “risk” and the individual's ability to self-manage and self-regulate, and must support the “indeterminations to exist”. The only security, in the neoliberal paradigm, occurs in activities regulated by the market. However, from the differentiation of the terms “risk” and “danger” carried out by Professor Raffaele De Giorgi, the fallacies of this neoliberal discourse are evident. It starts from the hypothesis that the neoliberal paradigm constitutes a danger to society, and therefore, it is necessary to present alternatives of subjectivation, rationality and practices. In other words, to offer another paradigm, which guides behavior towards economically viable and ecologically conscious practices. The relevance of the research lies in the fact that the neoliberal paradigm, as a model for interpreting the world and determining behavior in reality, permeates and conducts economic, political-social relations, the role of the State, in addition to governing the way of life of individuals and instigate certain (i) rationality. The consequences and effects go beyond those who adopt such a paradigm, as it directly and brutally affects the models that oppose it. In this sense, the primary objective of the work is to highlight the arguments that prove the need to resume (subversive) solidarity as a more efficient and fair alternative for the country's progress in the face of oppressive and atomizing neoliberalism. To fulfill this purpose, the methodology used in the research was an extensive bibliographic and descriptive review, confronting the arguments based on the dialectical method. Thus, it was reflected on the possibility of telling another story as the way to build another present. A gift based on human solidarity and its relationship with nature, as exemplified by multi-national constitutionalism, Buen Vivir, and the other alternatives presented. A gift in which the neoliberal paradigm is questioned and placed below, in order to erect another one in its place.

Keywords: Neoliberalism. Risk. Danger. Economy. Solidarity.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	O PARADIGMA NEOLIBERAL	21
2.1	“Povo da mercadoria”	22
2.2	Capitalismo: entre simbiose e contradição	26
2.3	A (i)racionalidade neoliberal	30
2.3.1	O liberalismo e a reformulação institucional do estado	30
2.3.2	Reações à crise liberal	34
2.3.2.1	<i>Entre a cruz (da intervenção estatal) e a espada (do laissez faire)</i>	<i>34</i>
2.3.2.2	<i>O “novo” liberalismo</i>	<i>36</i>
2.3.2.3	<i>Germén do neoliberalismo</i>	<i>39</i>
2.4	Implementação (como única opção)	51
3	NEOLIBERALISMO: PERIGO NA SOCIEDADE DO RISCO	59
3.1	Risco versus Perigo: esclarecimentos conceituais	59
3.2	Gestão de riscos ou implementação de perigos?	61
3.2.1	Livre-mercado, “corte de gastos” e outras falsas promessas	63
3.2.2	O sequestro da democracia	71
3.2.3	Forças desagregadoras: racismo, aniquilação e o sofrimento produtivo	77
3.3	Adiando o fim da história e o fim do mundo	80
4	O RESGATE DA SUBVERSIVA SOLIDARIEDADE	83
4.1	Em busca da Solidariedade perdida	83
4.2	Alternativas em um Agora possível	87
4.2.1	Reescrevendo o roteiro	87
4.2.2	Novas regras do jogo	91
4.2.2.1	<i>A economia imita a natureza</i>	<i>92</i>
4.2.2.2	<i>Nem só de dinheiro vive o homem: práticas alternativas e moedas complementares</i>	<i>95</i>
4.2.2.3	<i>A revolução sai de casa</i>	<i>103</i>
4.2.2.4	<i>Praticando os bens comuns</i>	<i>106</i>
4.2.2.5	<i>Cultivando o jardim</i>	<i>112</i>
4.2.3	Ações para evitar a queda do céu	116
4.3	Ocupando terreno e subvertendo a (des)ordem neoliberal	123
5	CONCLUSÃO	129
	REFERÊNCIAS	134

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa demonstra que o fulcro do neoliberalismo é produzir um sujeito que seja permanentemente orientado e vivido como uma empresa. Ou seja, impõe a interiorização de um modelo, o da empresa, que torna cada pessoa responsável em pensar, justificar-se e criar laços como uma empresa, gerindo os seus investimentos ao modo de uma autogovernabilidade. Ainda, confere ênfase à noção de “risco” e a capacidade do indivíduo se autogerir e autorregular, devendo suportar as “indeterminações de existir”. A única segurança, no paradigma neoliberal, ocorre nas atividades reguladas pelo mercado. Contudo, a partir da diferenciação dos termos “risco” e “perigo” realizada pelo Professor Raffaele De Giorgi, evidenciam-se as falácias desse discurso neoliberal.

Dessa forma, sustentar-se-á a hipótese de que o paradigma neoliberal constitui um perigo para a sociedade e, portanto, é preciso apresentar alternativas de subjetivação, racionalidade e práticas. Em outras palavras: oferecer outro paradigma que oriente os comportamentos para práticas economicamente viáveis e ecologicamente conscientes.

A relevância da pesquisa reside no fato de que o paradigma neoliberal, enquanto modelo de interpretação de mundo e determinação dos comportamentos na realidade, permeia e conduz as relações econômicas e político-sociais, o papel do Estado, além de governar o modo de vida dos indivíduos e instigar determinadas (i)racionalidades. As consequências e os efeitos ultrapassam aqueles que adotam tal paradigma, pois afeta direta e brutalmente modelos que se opõem a ele. Nesse sentido, considerando que toda ação se projeta a partir de uma intencionalidade, procurar-se-á compreender o contexto e as justificativas para o desenvolvimento do referido paradigma para, posteriormente, apresentar soluções a ele.

Nesse sentido, o objetivo primordial do trabalho consiste em evidenciar os argumentos que comprovem a necessidade da retomada da solidariedade como alternativa mais eficiente e justa para o progresso do país face ao neoliberalismo opressor e atomizante. Para cumprir tal propósito, a metodologia utilizada na pesquisa foi uma extensa revisão bibliográfica e descritiva, confrontando os argumentos elencados a partir do método dialético.

Visando, pois, abordar o tema e verificar a hipótese, o trabalho foi dividido em quatro partes. No primeiro capítulo serão apresentados pontos importantes quanto a transição do feudalismo para o capitalismo, especificamente, a identificação do agente motor, que forneceu tanto a dinâmica interna quanto a dissolução do modo feudal de produção. Além disso, mostrar o meio pelo qual a classe capitalista emerge e se reproduz, ao mesmo tempo que cria suas

próprias contradições.

Neste contexto se procurará investigar as relações estabelecidas entre o capital e as decisões governamentais, abordar as respostas aos questionamentos da redistribuição de rendas e diminuição da desigualdade, e como tudo isso se relaciona com os mecanismos políticos neoliberais que atuam há muito na sociedade.

Do mesmo modo, a pesquisa dedicar-se-á a compreender a (i)racionalidade neoliberal, apresentando explicações sobre o tipo de razão estatal que o liberalismo impõe, a germinação das ideias, principalmente no Colóquio de Walter Lippmann, bem como as principais características e implementação do paradigma neoliberal, que se deram, sobretudo, a partir da década de 1970.

A partir dessas reflexões, buscar-se-á elucidar no capítulo dois a caracterização do neoliberalismo como um fator perigoso para a sociedade. Aplicar-se-á, para isso, a teoria da diferenciação colhida nas lavras de Raffaele De Diorgi entre “risco” e “perigo”. Tais esclarecimentos são importantes porque, como será observado, os teóricos neoliberais dão muita ênfase às indeterminações e riscos da existência e por isso se opõem veementemente a quaisquer medidas assistenciais. Todavia a retórica da “autogestão dos riscos” oculta, do indivíduo atomizado a se comportar como se fosse uma empresa, que ao dispersar sua força enquanto classe (trabalhadora) precisa se curvar diante das condições de trabalho e de vida disponíveis. Assim, todas essas falácias serão dissecadas e o discurso neoliberal do “risco” desmistificado, para revelar sua iminente periculosidade na sociedade moderna.

Finalmente, no terceiro capítulo se propõe, além das alternativas econômicas e modos de vida, um novo tipo de racionalidade sistemática e prática. Buscar-se-á comprovar por meio de argumentos e narrativas históricas que, ao contrário do que os neoliberais afirmam, existem sim alternativas à competição exacerbada e antropofágica, a essa ordem que leva ao retrocesso e que por muito tempo dominou o discurso. Pois, se o foco é obtenção de lucro, tudo vale para alcançá-lo, todavia, se o lucro estiver em uma linha horizontal em que compartilhe o valor humano e o valor social, então existe um capitalismo consciente que conduz a prática do mercado. Concomitante a isso, pretendeu-se localizar o papel do Estado como elemento fundamental para a redefinição dos objetivos econômicos, bem como na promoção do progresso real, em que a prosperidade resulte em desenvolvimento social.

A proposta de um novo paradigma encontra concretização em várias ações coletivas, tanto de iniciativa da população (sem o auxílio estatal) quanto do governo. Inclusive, uma das respostas à crise do modelo e das políticas neoliberais consiste no Estado plurinacional. Este, uma novidade dos países Bolívia e Equador, reassume o papel regulador contra as corporações

transnacionais e poderes materiais tradicionais, tanto para recuperar os antigos direitos sociais diminuídos quanto para confirmar os novos direitos sociais e coletivos (à água, à segurança alimentar, entre outros) juntamente com os direitos da natureza, refletindo novas concepções de direitos e aspirações de uma vida boa, de um *buen vivir*, de diferentes tradições culturais.

E, conclusivamente, evidenciar-se-á que o discurso neoliberal roga para si a pretensão de ser a única história contada, difundida e repetida, por sua pretensa superioridade teórico-prática. Repetindo ser a única (última) história e única alternativa, empreende a muito custo ocultar as possibilidades viáveis e necessárias. Tendo em vista que o paradigma neoliberal é totalizante, esclarece-se que descriptografar o poder e abrir espaços para as pessoas poderem contar sua história, a história que querem criar, consiste em um grande passo de mudança para o paradigma solidário. Poder contar outra história, com dizia Krenak, é o meio de adiar o fim do mundo, mas significa também um caminho para a prosperidade. Contar outra história é o caminho para construir outro presente. Um presente alicerçado na solidariedade humana e em sua relação com a natureza, como exemplifica o constitucionalismo pluranacional, o *Buen Vivir*, e as demais alternativas apresentadas. Um presente em que se questiona e se coloca abaixo o paradigma neoliberal para erigir outro em seu lugar, o paradigma solidário.

2 O PARADIGMA NEOLIBERAL

Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece, mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha sofrerá também uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas. (Sun Tzu – A arte da Guerra)

Para transformar a realidade, antes é preciso compreendê-la. E assim é com a realidade individual e com a realidade social. Ver com clareza o paradigma atual, investigar as causas e escolhas que o originaram, a quem aproveita o estado de coisas como estão e o porquê.

Um paradigma consiste em um modelo de interpretação de mundo, de realidade, que a partir de princípios estabelecidos e em vigor, determinam ideias e comportamentos a serem adotados pelos indivíduos e sociedade. Assim, estudiosos de diferentes âmbitos cujos paradigmas são compartilhados, obedecem aos mesmos padrões e regras para a prática científica¹. Todavia, quando um paradigma deixa de ser questionado, a ciência passa de um processo de descoberta de soluções para um mecanismo de manutenção intelectual do que dogmaticamente foi tomado por verdadeiro.

As perspectivas são diversas para analisar diferentes paradigmas; o presente capítulo, contudo, se debruçará sobre o paradigma neoliberal em que a sociedade atual se sustenta, se reproduz, e padece. Este paradigma que, além de permear e conduzir as relações econômicas, políticas sociais, o papel do Estado, procura, também, governar o modo de vida dos indivíduos e instigar determinada (i)racionalidade. As consequências e os efeitos ultrapassam aqueles que adotam o paradigma neoliberal, pois afeta direta e brutalmente modelos que se opõem a ele, por exemplo povos nativos, economias e cidades alternativas, entre outros.

Não obstante aos robustos exemplos históricos, a extensão do campo de estudo é muito maior do que a possibilidade de estudá-lo. Os conhecimentos são inexauríveis, enquanto a vida é finita². A abordagem sistemática a que se pretende este trabalho, e este capítulo, será apenas o suficiente para procurar compreender o paradigma e então refletir sobre alternativas de transformá-lo. De modo algum exime de outros estudos, tão somente delimita o contexto para analisar as intenções, causas e efeitos.

Nesse sentido, considerando que “toda ação se projeta a partir de uma intencionalidade e, por sua vez, a intencionalidade está sempre inserida em contexto específico”, compreender

¹ KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998. p. 13; 30.

² BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de Filosofia do Direito**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2019. p. 16.

que este “contexto não está determinado pelas circunstâncias naturais do mundo, mas pelas crenças dos seus intérpretes, únicos, peculiares àquela realidade específica, isto é, intérpretes contextualizados e, sobretudo, inteligentes e criativos”,³ é salutar para modificar o atual paradigma neoliberal. Este que a despeitos dos golpes e crises que vêm sofrendo, ainda se mantêm em pé.

2.1 “Povo da mercadoria”

O neoliberalismo consiste, pode-se dizer, em um conjunto de mecanismos para legitimar, fundamentar e preservar o capitalismo, principalmente financeirizado e improdutivo, da (na) atualidade. Antes, todavia, de debruçarmo-nos sobre este conjunto de mecanismos, cabe fazer uma breve apresentação da história do capitalismo. Por isso importa identificar algumas características da sociedade feudal e pré-capitalista para compreender as transformações pelas quais passou o modo de produção, culminando no hodierno capitalismo globalizado.

O debate teórico sobre a transição do feudalismo para o capitalismo tem respostas diversas, não unânimes⁴. Por isso não se pretende abordar extensamente sobre este período⁵, tampouco apresentar minuciosamente os fatores diversos que influenciaram na transição do feudalismo para o capitalismo, não por insignificância, mas por sua pertinência limitada no presente trabalho. Cabe, porém, esclarecer alguns pontos importantes para a compreensão contextual.

No sentido marxista, o modo feudal de produção se caracteriza na exploração do camponês pelo proprietário de terras, em que o excedente da subsistência dos subordinados é transferido coercitivamente para os senhores, em forma de trabalho direto ou renda em espécie ou dinheiro⁶. Apesar disso, as terras comuns como prados, pastos e florestas, além de pequenas propriedades nos arredores das aldeias, consistiam em importantes aspectos de autonomia camponesa e condições de resistência às regras feudais. A perspectiva de propriedade dos pequenos camponeses diferia dos nobres e da burguesia rural, opondo-se firmemente contra o direito absoluto do proprietário em relação ao bem imóvel, e mantendo arraigada nos costumes

³ GONTIJO, Lucas de Alvarenga. **Filosofia do Direito**: metodologia jurídica, teoria da argumentação e guinada linguístico-pragmática. 2. ed. Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2019. p. 285.

⁴ Cf: SOMBART, Werner. **EL burguês**. Madrid: Alianza Editorial, 1972. E: SWEEZY, Paul, et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Tradução de Isabel Didonnet. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁵ Para mais informações conferir: GUERREAU, Alain. Féodalité. In: Jacques LE GOFF; Jean-Claude SCHMITT (éd). **Dictionnaire raisonné de l’Occident medieval**. Paris, 1999. p. 387-406. Disponível em: https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01152309/file/guerreau_feodalite.pdf. Acesso em: 25 fev. 2021.

⁶ HILTON, Rodney. Introdução. In: SWEEZY, Paul, et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Tradução de Isabel Didonnet. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 36.

a prevalência dos bens coletivos⁷.

A questão principal consiste em identificar o agente motor que forneceu tanto a dinâmica interna quanto a dissolução do modo feudal de produção. Para alguns, o feudalismo consistia em um sistema intrinsecamente conservador e imobilista, em que seu colapso não viria de qualquer força interna, mas externa a ele. Essa força externa então seria o comércio, que para esta corrente não seria uma forma de economia feudal, na medida em que modificasse o sistema de produção de uso para o sistema de produção para mercado.⁸ Todavia, para outros, a despeito da ação desintegradora do comércio, este apenas acelerou o processo de diferenciação entre os pequenos produtores e seguiu a criação de uma classe da nobreza intermediária por um lado e um semiproletariado local por outro, resultando assim o estabelecimento da produção capitalista.⁹ Todavia, historicamente houve uma interação entre fatores internos e externos que determinaram o curso do desenvolvimento feudal¹⁰, bem como sua dissolução gradativa. A transição do feudalismo para o capitalismo foi um processo demorado, e nada uniforme¹¹, tampouco uma simples justaposição de elementos capitalistas no interior do modo feudal que se fortalecem até romper com o sistema. Na verdade:

Na medida em que os pequenos produtores conseguiam emancipação parcial da exploração feudal – talvez no começo um mero abrandamento (como a transição da renda-trabalho para renda-dinheiro) – eles podiam guardar para si uma parte do produto excedente. Assim, obtinham os meios e a motivação para melhorar o cultivo e ampliá-lo em áreas novas, o que incidentalmente serviu para aguçar mais ainda o antagonismo contra as restrições feudais. Assim, se lançaram também as bases para alguma *acumulação de capital no interior do próprio pequeno modo de produção*, e portanto para o começo de um processo de *diferenciação de classes no interior da economia de pequenos produtores* – o conhecido processo, presenciado em várias épocas em lugares espalhados do mundo, no sentido da formação, por um lado, de uma camada superior de agricultores progressistas relativamente abastados (os *kulaks* da tradição russa) e, por outro, de uma camada de camponeses arruinados. Essa polarização social na aldeia (e, de maneira similar, nos artesanatos urbanos) preparou o caminho para a produção assalariada e, em decorrência, para as relações burguesas de produção.¹² (grifos do autor)

Assim, o crescimento do sistema de mercado origina um modo de circulação de

⁷ SALINAS, Samuel Sérgio. **Do feudalismo ao capitalismo: transições**. São Paulo: Atual, 1987. p. 24.

⁸ SWEEZY, Paul. Uma Crítica. In: SWEEZY, Paul, et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Tradução de Isabel Didonnet. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 50-51.

⁹ TAKAHASHI, Kohachiro. Uma contribuição para o debate. In: SWEEZY, Paul, et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Tradução de Isabel Didonnet. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 97.

¹⁰ SWEEZY, Paul. Uma tréplica. In: SWEEZY, Paul, et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Tradução de Isabel Didonnet. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 129.

¹¹ HOBBSBAWN, Eric. Do feudalismo para o capitalismo. In: SWEEZY, Paul, et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Tradução de Isabel Didonnet. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.205.

¹² DOBB, Maurice. Do feudalismo para o capitalismo. In: SWEEZY, Paul, et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Tradução de Isabel Didonnet. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 212.

mercadorias notadamente capitalista, baseado na busca do lucro. Esse modo de circulação, todavia, é internamente contraditório; por um lado, pressupõe individualidade, igualdade e liberdade; por outro, uma desigualdade decorrente do próprio lucro. Essa contradição acarreta diversas formas (instáveis) de capitalismo, em que se busca o lucro sem comandar o processo de produção. Então se têm comerciantes que procuraram lucro pelas trocas efetuadas, os banqueiros que colocam o dinheiro para operar e auferir mais dinheiro, os especuladores que negociam imóveis tanto para alugar quanto vender, e assim por diante. Para sustentar este sistema e resolver a contradição entre igualdade exigida pela troca, e a desigualdade pressuposta pelo lucro, faz-se necessário dominar a própria produção. Assim, o surgimento do modo de produção capitalista assenta as contradições da troca, porém não evita a emergência de novas contradições, totalmente diferentes, por exemplo, a acumulação. O meio pelo qual a classe capitalista se reproduz é a acumulação, no entanto esse meio pode colocar em risco a própria base de reprodução. Por isso, os indivíduos são compelidos a se constituir como classe, geralmente pela ação do Estado, e limitar sua própria competição. Por consequência, faz-se necessário intervir no processo de troca, o mercado de trabalho, e violar as regras de liberdade e individualidade na troca.¹³

O resultado geral e as implicações para os trabalhos são as seguintes:

A competição pela acumulação requer que o capitalista inflija uma violência diária sobre a classe trabalhadora no local de trabalho. A intensidade dessa violência não está sob o controle dos capitalistas individuais, particularmente se a competição for desregulada. A busca incessante pelo mais-valor relativo aumenta a produtividade do trabalho ao mesmo tempo que desvaloriza e deprecia a força de trabalho, sem falar na perda da dignidade, da sensação de controle sobre o processo do trabalho, do assédio constante por parte dos supervisores e da necessidade de se adaptar aos ditames da máquina. Como indivíduos, os trabalhadores mal estão em posição de resistir, mais particularmente porque uma produtividade crescente tem o hábito de “liberar” certo número deles para as fileiras dos desempregados. Os trabalhadores só conseguem desenvolver o poder de resistir por meio de algum tipo de ação de classe – sejam atos espontâneos de violência (quebra das máquinas, incêndios e a fúria da massa de épocas anteriores, que de modo algum desapareceram) ou a criação de organizações (como os sindicatos) capazes de travar uma luta de classes coletiva. A compulsão dos capitalistas para captar um mais valor ainda mais relativo não passa incontestada. A batalha ocorre mais uma vez e as principais linhas da luta de classes se formam em torno de questões como a aplicação das máquinas, a velocidade e intensidade do processo de trabalho, o emprego de mulheres e crianças, as condições de trabalho e os direitos do trabalhador no local de trabalho. O fato de as lutas sobre essas questões serem uma parte da vida diária na sociedade capitalista atesta para o fato de que a busca pelo mais-valor relativo é onipresente e que a necessária violência implicada nessa busca pode provocar algum tipo de reação de classe por parte dos trabalhadores.

¹⁴

¹³ HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 85-87.

¹⁴ HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 84.

Assim, a relação entre trabalho e capital é ao mesmo tempo contraditória e simbiótica. Isto porque a classe capitalista inflige violência contra os trabalhadores para conservar e reproduzir a acumulação, enquanto, simultaneamente, precisa conter seus excessos, além de resistir às demandas da classe trabalhadora que possam ameaçar a acumulação.¹⁵

Neste sentido, o capitalismo, como a motivação do lucro, foi comparável, em sua eficiência, a mais violenta erupção de fervor religioso na história. No curto prazo de uma geração, a humanidade sofreu esta influência integral. Adquirindo a maturidade na Inglaterra, principalmente com a Revolução Industrial, durante a primeira metade do século XIX, e transpondo-se para todo continente europeu e para o território Norte-Americano aproximadamente cinquenta anos depois¹⁶.

Essas grandes transformações modelaram os traços em (praticamente) todos os países da civilização ocidental, abrindo discussão sobre os fundamentos sob os quais os países deveriam se erigir. É neste contexto, pois, que se discute sobre as origens e implicações da racionalidade neoliberal do “povo da mercadoria”¹⁷.

Antes de prosseguirmos, cabe esclarecer o conceito de capital, segundo Piketty:

Conjunto de ativos não humanos que podem ser adquiridos, vendidos e comprados em algum mercado. Assim, o capital compreende, especificamente, o conjunto formado pelo capital imobiliário (imóveis, casas), utilizado para moradia, e pelo capital financeiro e profissional (edifícios e infraestrutura, equipamentos máquinas, patentes, etc.) usado pelas empresas e administração pública. [...] inclui todo tipo de riqueza que, pressupõe-se, pode pertencer a indivíduos (ou a grupo de indivíduos), além de também poder ser transmitida, comprovada ou vendida, de modo permanente, algum mercado. [...] Não é preciso dizer que a fronteira entre aquilo que pode pertencer às entidades privadas e aquilo que não pode muda substancialmente no tempo e no espaço, como ilustra de modo extremo o caso da escravidão. A mesma afirmativa pode ser feita para o ar, o mar, as montanhas, os monumentos históricos, o conhecimento. Certos interesses privados gostariam de poder possuí-los, às vezes alegando um intuito de promover a eficácia, e não somente de satisfazer seus próprios interesses. Contudo, não há como assegurar que isso coincida com o interesse geral. **O capital não é um conceito imutável: ele reflete o estado de desenvolvimento e as relações sociais que regem uma sociedade.**¹⁸ (grifo nosso)

Por outro lado, o que muitos economistas chamam de “capital humano”, se refere à força de trabalho, a formação, qualificações, as capacidades individuais.¹⁹

¹⁵ HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 87.

¹⁶ POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 47.

¹⁷ A nomenclatura “povo da mercadoria” é emprestada do Xamã yanomami Davi Kopenawa.

¹⁸ PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 51-52.

¹⁹ PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 51.

Destarte, compreender algumas relações que o capital estabelece e como está profundamente ligado com as decisões governamentais, é imprescindível para a compreensão dos mecanismos políticos neoliberais que atuam há muito na sociedade.

2.2 Capitalismo: entre simbiose e contradição

Foi observado que a relação entre trabalho e capital é simbiótica porque o capital necessita se apropriar do máximo da mais valia em nome da acumulação, mas ao mesmo tempo precisa conter os excessos competitivos para evitar a autodestruição do sistema e sua base de reprodução. A repartição entre a remuneração do trabalho e a produção e o capital constitui, historicamente, o principal fator no conflito distributivo. Desde as sociedades tradicionais, a oposição entre camponês e o proprietário, entre quem possuía a terra e quem a cultivava, entre quem recebia os lucros e quem os produzia, ocupava o cerne da desigualdade social e das rebeliões e revoltas ocorridas e que ainda ocorrem.²⁰ É possível que a dinâmica da acumulação do capital privado conduza, inevitavelmente, a uma concentração cada vez maior de poder e riqueza nas mãos de poucos, conforme o princípio de acumulação infinita de Marx? Ou, ao contrário, como postulava Kuznets, as forças autorreguladoras e equilibradoras da concorrência, crescimento e progresso tecnológico, levem, de forma espontânea, a uma redução da desigualdade, provocando assim organização harmoniosa das classes nas fases avançadas do desenvolvimento?²¹ A resposta para ambas às perguntas é não.

A difusão do conhecimento e o crescimento econômico moderno tornaram possível evitar o apocalipse marxista (de acumulação infinita, sem qualquer obstáculo ou limite), todavia, estes elementos não modificaram as estruturas profundas do capital e da desigualdade. E quando a taxa de crescimento de produção e de renda é inferior à taxa de remuneração do capital, como ocorreu no século XIX, o que há indícios de ocorrer no século XXI, o capitalismo produz diretamente desigualdades arbitrárias e insustentáveis.²²

Para compreender o avanço e domínio da racionalidade neoliberal, é fundamental conhecer e compreender os elementos e dinâmicas do capital, bem como as respectivas desigualdades decorrentes. Por isso nos debruçaremos um pouco mais sobre este ponto.

²⁰ PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 45.

²¹ Cf: KUZNETS, Simon. Economic Growth and Income Inequality. **American Economic Review**, v. 45, p. 1-28, mar. 1955; E: KUZNETS, Simon. Modern Economic Growth: Findings and Reflections. **The American Economic Review**, v. 63, n. 3, p. 247-258, jun. 1973.

²² PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 9-17.

Para Thomas Malthus, que publicou em 1798 o *Ensaio sobre o princípio da população*, a superpopulação consistia na maior ameaça para o equilíbrio político, econômico e estrutura social. Foi fortemente influenciado pelos relatos de Arthur Young, que viajando por toda França, entre 1787 e 1788, teve sua narrativa publicada em 1792, onde contou sobre as misérias que encontrou na zona rural do país. Horrorizado com a situação descrita por Young (com muitas notas afetadas por preconceitos nacionalistas da época), o Reverendo Malthus argumentou que todas as medidas assistenciais deveriam ser imediatamente suspensas, bem como estabelecer medidas para controlar severamente a taxa de natalidade, a fim de evitar assim os efeitos catastróficos de superpopulação²³.

A visão preocupante quanto à distribuição de riqueza também ocupava os trabalhos de Davi Ricardo (1817) e Karl Marx (1867). Cada um defendia que apenas um grupo se apropriaria da parte crescente da riqueza decorrente da produção e da renda (para Ricardo, os proprietários de terras; para Marx, os capitalistas industriais).

Ricardo, a partir da influência do trabalho de Malthus, formulou a questão do princípio da escassez da seguinte forma: se existe uma superpopulação e uma superprodução, a terra tende a se tornar mais escassa em relação a outros bens. Assim, segundo a lei da oferta e da demanda, o bem escasso, no caso a terra, subiria continuamente, bem como todas as rendas decorrentes dela (aluguéis pagos ao proprietário). Logo, os proprietários receberiam cada vez mais a parte significativa da renda nacional, enquanto o restante da população, cada vez menos, acabando por ruir com o equilíbrio social. A solução sugerida por Ricardo era a adoção de um imposto crescente sobre a renda territorial. Porém, em virtude do crescimento tecnológico e industrial, o peso da agricultura na renda nacional diminuiu, e a previsão de Ricardo não se verificou. Mesmo assim, sua percepção do princípio da escassez está correta ao preconizar que alguns preços podem alcançar valores exorbitantes ao longo das décadas, e isto é o suficiente para desestabilizar arranjos sociais, políticos e econômicos de uma ou várias nações.²⁴

Marx, por sua vez, partindo do princípio da escassez de Ricardo, mas em uma época em que sobressaía o capital industrial ao invés de tão somente a terra, formula o princípio da acumulação infinita, cuja denominação sugestiva indica uma tendência imperturbável do capital se acumular e concentrar nas mãos de uma pequena parcela da população sem haver limites possíveis para o processo. Concluindo, de forma pessimista, pela impossibilidade de qualquer

²³ MALTHUS, Thomas Robert. **Essai sur le principe de population**. Édition électronique réalisée avec le traitement de textes Microsoft Word 2001 pour Macintosh.

²⁴ RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996.

equilíbrio político ou socioeconômico estável.²⁵

Todavia, os choques externos, sobretudo da primeira metade do século XX, quais sejam: a Primeira Guerra Mundial (1914), a Revolução Bolchevique (1917), a crise financeira (1929) e a Segunda Guerra Mundial (1945), além das políticas regulatórias de tributação e controle público de capital, levaram o capital privado nos anos 1950-1960 a níveis baixos²⁶. Assim, esse é um dos exemplos de limites e obstáculos à acumulação infinita, que também pode ser limitada por outras forças de convergência.

As forças de convergência são aquelas que possibilitam a redução das desigualdades. A lei da oferta e da demanda, bem como a mobilidade de capital e do trabalho, podem servir a favor da convergência. Mas o principal instrumento propalador de convergência consiste no processo de difusão de conhecimento e competências, investimento em qualificação de mão de obra. Permite, ao mesmo tempo, um aumento da produtividade a diminuição de desigualdades, tanto dentro do país, quanto entre nações.²⁷ Para tanto, é fundamental que sejam estabelecidas medidas eficazes e políticas públicas aplicando recursos na efetivação de tais forças de convergência, o que não é possível com as políticas e racionalidade neoliberal.

Em contrapartida aos choques externos que abalaram o acúmulo de capital privado, é iniciado, ou ganha novo fôlego, o movimento de reconstituição de patrimônio, principalmente com a revolução conservadora anglo-saxã (1979-1980), e logo em seguida (1989) a queda do muro de Berlim, o desmantelamento do bloco soviético (1989-1990), a desregulamentação dos mercados (1990-2000) e simultânea globalização financeira. Todos esses eventos permitiram ao capital privado se recuperar, considerando todas as suas transformações (do capital fundiário, consistindo na propriedade de terra do século XVIII, ao capital imobiliário, industrial e financeiro do século XXI).²⁸ É importante observar que esse efeito ocorreu não de uma forma espontânea, mas com a implementação de estratégias e (des)regulamentações de esforço neoliberal, resultando no aumento excessivo da remuneração do capital, enquanto o crescimento de produção e renda é baixo.

Esse aumento excessivo da remuneração do capital consiste na principal força de divergência atrelada ao processo de acumulação e concentração de riquezas. Ora, se as forças

²⁵ MARX, Karl. **Crítica da economia política**: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. (livro 1).

²⁶ PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 46.

²⁷ PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 27-28.

²⁸ PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 47-48.

de convergência são aquelas que se prestam a reduzir as desigualdades, as forças de divergência, por sua vez, são as que provocam o aumento da desigualdade.²⁹

A desigualdade para Kuznets poderia ser descrita por uma curva em formato de sino, conhecida posteriormente como “curva de Kuznets”, ou seja, é crescente no início, alcançando um pico, e depois assume um ritmo decrescente quando o desenvolvimento econômico e os processos de industrialização começam avançar. Seus argumentos publicados em 1955 sugerem que a lógica interna do desenvolvimento levará ao mesmo resultado, ou seja, à diminuição e neutralização da desigualdade, independente de fatores externos.³⁰ Oferece, assim, uma resposta diametralmente oposta ao princípio da acumulação infinita de Marx. Todavia, como observado, os fortes choques externos afetaram direta e intensamente o desenvolvimento do capital, sobretudo o privado. E, ao mesmo tempo, a crença de que a redução das desigualdades ocorreria automaticamente revela-se equivocada. Isso porque, fora os choques externos expostos, sem a intervenção com investimentos que permitam a difusão de conhecimento e qualificação de competências, as desigualdades tendem a aumentar. Apesar da fragilidade, “a curva de Kuznets” serve de argumento para a implementação de políticas e (des)regulamentações neoliberais, visto que, se é automático a redução da desigualdade, então a função do Estado é tão somente assegurar que este desenvolvimento ocorra da melhor forma, sem interferir “negativamente”, atrasando o processo.

Cabe destacar que a história da distribuição de riqueza e da desigualdade jamais deixou de ser profundamente política.³¹ Restringi-la aos mecanismos econômicos é, no mínimo, negligência intelectual e, no máximo, uma articulação infame para justificar a tomada de decisões que favorecem determinado *status quo*, ou domínio de alguns grupos, argumentando a autorregulação do mercado em desfavor do prejuízo e exploração de muitos.

Assim, se passará em seguida à compreensão do desenvolvimento (e manutenção atual, ainda que em crise) dos mecanismos neoliberais, que transcendem às estratégias políticas e se estabelecem como um tipo de governamentalidade que rege o mundo e as pessoas. Para compreender a (i)racionalidade neoliberal, serão apresentadas as explicações sobre o tipo de razão estatal que o liberalismo impõe, a germinação das ideias bem como as principais características e implementação do paradigma neoliberal.

²⁹ PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 29.

³⁰ KUZNETS, Simon. “Economic Growth and Income Inequality”. **American Economic Review**, v. 45, p. 1-28, mar. 1955.

³¹ CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

2.3 A (i)racionalidade neoliberal

2.3.1 O liberalismo e a reformulação institucional do estado

O liberalismo constitui em uma nova razão estatal, de autolimitação governamental, cujo objetivo era uma reformulação institucional face aos abusos e arbítrios do Estado absolutista. Esta razão pensada e aplicada em meados do século XVIII, com paradoxos e efeitos que serão abordados no próximo capítulo, trazia uma limitação que se deu em dois aspectos: a limitação das funções do Estado (noção de Estado Mínimo) e a limitação dos poderes do Estado (noção de Estado de Direito). A primeira refere-se a mecanismos legais para evitar os excessos do poder público, bem como para assegurar as liberdades fundamentais. A segunda é referente à submissão do exercício do poder a um conjunto de normas jurídicas gerais. É o primeiro aspecto que interessa à nossa análise.

Em 1751, um artigo anônimo é publicado no *Journal économique*; foi escrito na verdade pelo marquês d'Argenson, que acabava naquele momento de abandonar os negócios na França. O marquês d'Argenson, lembrando-se do que o comerciante Le Gendre disse a Colbert – quando Colbert perguntou: “O que posso fazer pelos senhores?”, Le Gendre respondeu: “O que o senhor pode fazer por nós? **Deixai-nos fazer**” –, d'Argenson, nesse texto diz: pois bem, agora o que eu gostaria de fazer é comentar sobre este princípio: “deixai-nos fazer”, porque, mostra ele, é exatamente esse o princípio essencial que todo governo deve respeitar, deve seguir em matéria econômica. Nesse momento ele colocou claramente o princípio da autolimitação da razão governamental. “Autolimitação da razão governamental”: o que quer dizer isso, afinal? O que é esse novo tipo de racionalidade na arte de governar, esse novo tipo de cálculo que consiste em dizer e em fazer o governo dizer “aceito, quero, projeto calculo, que não se deve mexer em nada disso”. Pois bem, acho que é isso que se chama em linhas gerais, “liberalismo”.³² (grifei)

Essa nova arte de governar o mínimo possível consiste em um princípio para a manutenção e desenvolvimento mais completo da razão do Estado. A razão de Estado mínimo é um princípio organizador da razão estatal.

O mercado, no sentido amplo da palavra, como funcionava na Idade Média, nos séculos XVI e XVII, estabelecia-se como um lugar de trocas e justiça, com uma estrita e prolífica regulamentação. Observa-se essa justiça ao se impor regras de determinação para o preço justo pelas coisas. Preço que estava correlacionado com o trabalho realizado, considerando igualmente as necessidades dos comerciantes e consumidores. Com as rigorosas regulamentações de preços, resultava então certo nível de justiça distributiva, pois, sobre os

³² FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 27-28.

produtos fundamentais, como os itens alimentícios, estavam sujeitos a um teto de preços, de forma que muito dos mais pobres pudessem ter acesso a estes itens que necessitavam. Essas regulamentações, esse local de justiça, como era o mercado, objetivava resguardar o comprador contra as (prováveis) fraudes de quem vendia, além da distribuição (tanto quanto possível) das mercadorias. Assim, justo preço, sanção à fraude e regulamentações caracterizava o mercado como um lugar de trocas, em que a formulação dos preços se revelava a justiça, ou seja, um lugar de jurisdição.³³

Todavia, em meados do século XVIII, o mercado deixa de ser um lugar de jurisdição e passa a ser um lugar de veridificação, ou seja, um corpo que devia obedecer a mecanismos “naturais”, no sentido de que a tentativa de modificação resultaria de sua desnaturalização, ou alteração prejudicial (“anti-naturais”). Além disso, quando, nessa acepção de mercado, deixa-se aparecer, espontaneamente, os mecanismos naturais, será formado um preço natural, bom ou normal, que exprimirá a correlação (adequada) entre custo de produção e demanda – é nesse sentido que o mercado se torna um lugar de verdade³⁴ e não mais de justiça. Assim, quando se permite que o mercado aja espontaneamente conforme sua natureza, ou a sua “verdade natural”, emerge disso, um “preço verdadeiro”, que apesar de ser também chamado de justo, não tem a conotação de justiça do mercado anterior. Será assim, um preço que oscilará pelo valor do produto. Essa teoria econômica, do preço-valor, formulada e defendida por economistas clássicos como Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill, fundamentalmente objetiva, entende o mercado como um mecanismo material revelador de uma verdade inerente, subjacente, que deve emergir. Em outras palavras, o mercado deve revelar a verdade (“leis naturais”) em relação à prática governamental, esta que deverá comandar e prescrever os mecanismos jurisdicionais (ou sua ausência), sobre os quais o Estado irá se articular.³⁵

Sob ambos os aspectos, econômico e político, o liberalismo é a doutrina do estado mínimo: o estado é um mal necessário, mas é um mal. Não se pode deixar de lado o Estado, e, portanto, nada de anarquia, mas a esfera a que se estende o poder político (que é o poder de colocar na cadeia as pessoas) deve ser reduzida aos termos mínimos. Contrariamente ao que se afirma habitualmente, a antítese do estado liberal não é o estado absoluto [...] A antítese do estado liberal é o estado paternalista, que toma conta dos súditos como se fossem eternos menores de idade e cuida da sua felicidade. [...] o

³³ FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 42-43.

³⁴ Para Foucault o regime de verdade aqui não corresponde o alcance de um determinado nível moral ou de racionalidade superior na arte de governar, tampouco que ela tenha se tornada científica. Mas significa certa articulação com determinados discursos e uma série de práticas, ligadas por um vínculo inteligível e que legisla ou pode legislar sobre essas práticas em termos de verdadeiro ou falso. Assim, a antiga ação governamental, passa para um novo regime de verdade, que tem por efeito, deslocar todas as questões anteriormente suscitadas. As questões saem do âmbito da legitimidade de atuação do Estado, e passa a ser a intensidade da ação do Estado. E isso significa a emergência desse regime de verdade como princípio de autolimitação do governo.

³⁵ FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 44-45.

estado mínimo é hoje reproposto contra o estado assistencial, do qual se deplora que reduza o livre cidadão a súdito protegido; numa palavra, é reproposto contra as novas formas de paternalismo.³⁶

Para constituir a regulação do poder público em direito, duas vias manifestaram-se, marcando com certa ambiguidade o liberalismo europeu do século XIX e XX. Refere-se, pois, a duas concepções de liberdade, que apesar de diferentes, interligavam-se, fazendo conexões e apresentando efeitos. São elas a via axiomática revolucionária e a via radical. A via revolucionária, articulada sobre posições tradicionais do direito público, concebe a lei como uma expressão da vontade (coletiva) que externa parte do direito que os indivíduos querem ceder e a parte que eles querem reservar. A via radical utilitarista por sua vez, articulada sobre a nova economia da razão de governar, que coloca de um lado a esfera de intervenção do Estado, e de outro a esfera protegida de independência dos indivíduos. Disso depreendem-se duas concepções de liberdade, heterogêneas: uma jurídica (que se poderia definir como positiva) em que cada indivíduo detém a liberdade de qual cederá parte; e outra (negativa) em que consiste no âmbito de independência dos governados em relação aos governantes, configurando uma limitação de interferência e determinadas esferas. Cabe destacar que essa heterogeneidade não se refere a uma oposição binária, de exclusão mútua de elementos, mas antes, estabelece conexões possíveis entre a via revolucionária axiomática dos direitos (fundamentais) do homem e o cálculo utilitarista da via radical que defendia a independência dos governados. A despeito das conexões, um dos sistemas, ou vias, sobressaiu-se sobre o outro, e o sobressalente foi a via radical, preocupada com a limitação estatal e a garantia da independência dos governados, consistindo em limitação jurídica do poder público referente à utilidade governamental.³⁷

O governo, em todo caso o governo nessa nova razão governamental, é algo que manipula interesses. [...] a partir da nova razão governamental – e é esse o ponto de deslocamento entre a antiga e a nova, entre a razão o Estado e a razão do Estado Mínimo – a partir de então o governo já não precisa intervir, já não age diretamente sobre as coisas e sobre as pessoas, só pode agir, só está legitimado, fundado em direito e em razão para intervir na medida em que o interesse, os interesses, os jogos de interesses tornam determinado indivíduo ou determinada coisa, ou determinada riqueza, ou determinado processo de certo interesse para indivíduos, ou para o conjunto de indivíduos, ou para os interesses de determinado indivíduo confrontado ao interesse de todos, etc.³⁸

O sucesso liberal alcançado em meados do século XIX, porém, não durou. Isto porque

³⁶ BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 121.

³⁷ FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 56-60.

³⁸ FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (pp. 61-62)

o capitalismo histórico, real, era cada vez mais incompatível com os modelos econômicos liberais, principalmente quanto aos equilíbrios na economia. O modelo de coordenação pelo mercado concorrencial, conduzido por indivíduos independentes com seus próprios interesses, não correspondia à realidade do sistema industrial e financeiro. A lei da oferta e da demanda, e toda a “natureza que deveria se revelar” dava espaço à dominação oligárquica, com grupos cartelizados, afastando do jogo capitalista as pequenas unidades, destruindo as chances de uma concorrência leal; as técnicas de venda e manipulação fragilizava a soberania do consumidor; os políticos se mostravam meros fantoches na “mão visível” dos que detinham o poder do dinheiro (financistas, empresários e demais governantes ligados a eles), descredibilizando cada vez mais a “mão invisível” do mercado. Soma-se a isso os episódios recorrentes de corrupção, bem como a inconformidade das políticas liberais com as reivindicações de regulação salarial, foram fatores que intensificaram a crise do liberalismo dogmático. Dessa forma, o liberalismo do século XVIII que se dedicava a limitar possíveis formas de despotismo, progressivamente se tornara, uma defesa, exclusivamente, conservadora de direitos da propriedade privada. Ficava claro, pois, a inadequação e insuficiência das fórmulas liberais para a prática governamental em uma sociedade que avançava, de modo galopante, em suas transformações.³⁹

Mesmo existindo características marcantes, o liberalismo de modo algum consiste em um corpo doutrinário unificado, a despeito de alguns dogmas importantes como o direito natural (que se deve deixar revelar), a defesa enfática à propriedade privada, a liberdade e o equilíbrio do mercado. Porém, ainda que a questão da autolimitação da ação governamental seja fundamental, ou central no liberalismo clássico, sua construção teórica sofrerá fraturas na medida em que as tensões entre a obediência do *laissez-faire* e certo reformismo social. A crise chegou a um nível de gravidade que exigiu uma reconstrução das bases teóricas em um processo que culminou no desenho, fundamentação e implementação do neoliberalismo. Por isso, a seguir, serão abordadas algumas reações à crise liberal que culminaria no amadurecimento do paradigma neoliberal.

³⁹ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 37-42.

2.3.2 Reações à crise liberal

2.3.2.1 *Entre a cruz (da intervenção estatal) e a espada (do laissez faire)*

Diante da realidade, que demonstrava a falha das virtudes presumidas de harmonia natural dos interesses e da autorregulação do mercado, surgiram dentro do liberalismo algumas preocupações quanto à forma como deveria se dar a intervenção estatal. Dentre os teóricos liberais com uma genuína inquietação estão Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill, no século XIX. Este último, por exemplo, defendia o exame das leis de propriedade para verificar se elas atendiam ao bem público, não obstante às duras críticas que faz ao controle total da economia idealizado pelo socialismo. A possibilidade deste utilitarismo liberal resultar na intervenção justificada do estado sobre os direitos de propriedade e afastando assim a crença irrestrita no *laissez-faire*, provocou uma reação violenta em alguns autores, principalmente em Herbert Spencer. Este se posicionava fortemente, no fim do século XIX, contra o intervencionismo econômico, acusando de traidores e socialistas os defensores de reformas que visavam o bem-estar da população. O utilitarismo empírico, para Spencer, consistia na verdade em um sintoma da crise de governamentalidade liberal, esta que exigia refundação filosófica à que ele se lançou. E nesse contexto, o “spenciarismo” desenvolveu uma ideia fundamental para o neoliberalismo, a concorrência.⁴⁰

Com o intuito de refundar as bases do liberalismo, Spencer, inspirado pela teoria de Darwin, interpretará à sua própria maneira o princípio da seleção natural, defendendo a “sobrevivência dos mais aptos”. Para Spencer, não era herança seletiva de característica que garantia a sobrevivência, mas a luta direta entre espécies (ou classes). Com isso, a competição ao invés da reprodução, iria definir o que foi denominado (impropriamente) como “darwinismo social”. De Darwin só leva o nome, visto que o próprio biólogo esclarecia que a civilização se caracteriza pela prevalência de instintos sociais capazes de neutralizar os aspectos eliminatórios da seleção natural e acreditava que o sentimento de simpatia estava destinado a estender-se indefinidamente.⁴¹

Para Spencer, a característica fundamental em todas as organizações em evolução é o desenvolvimento do aparelho regulador. Se as partes de um todo devem agir em conjunto, deve

⁴⁰ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 42-46.

⁴¹ TORT, Patrick. **Effeto Darwin:** Selezione naturale e nascita della civilizzazione. Tradução de Maudi Dalla Chiara. Costabissara (Vicenza): Angelo Colla Editore, 2009. p. 71-72.

haver aparelhos por quais suas ações são dirigidas. É assim com organismos individuais e deve ser assim com os organismos sociais. Além do aparato regulador, como na própria sociedade, é necessário realizar a defesa nacional e mantendo a ordem pública e a segurança pessoal, e deve ser um aparelho regulador em todos os lugares, controlando todos os tipos de produção e distribuição, e em todos os lugares, distribuindo o ações de produtos de cada tipo exigidas para cada localidade, cada estabelecimento de trabalho, cada indivíduo. Na visão do autor, o aparelho regulador consiste na cooperação voluntária existente entre indivíduos com os contratos e competição, produção e necessidade de distribuição sem supervisão oficial (do Estado). Demanda e oferta, e o desejo de cada homem para ganhar a vida suprimindo as necessidades de seus companheiros, espontaneamente evoluem o sistema e a sociedade. O sistema deve ser o de contrato ou *status* em que o indivíduo é deixado para fazer o melhor por seus esforços espontâneos e obter o sucesso ou fracasso de acordo com sua eficiência. Mas a estrutura reguladora que caracteriza as cooperações compulsórias, sempre tende a aumentar e concentrar o poder nas mãos do Estado, o que limitaria a liberdade individual, o valor supremo.⁴²

O problema do liberalismo para Spencer foi que o bem popular passou de consequência indireta a ser alcançado pelo relaxamento das restrições (liberdades negativas), para objetivo direto a ser alcançado pelas ingerências do Estado. E, por buscar o bem popular diretamente, são utilizados métodos intrinsecamente opostos ao usados originalmente, ou seja, contrários ao liberalismo. As diversas medidas tomadas com “boas” intenções, segundo o autor, o eram também tomadas nos regimes absolutistas. A questão não reside nos motivos egoísticos ou filantrópicos⁴³, mas na obrigatoriedade das medidas (de cooperação compulsória) que demonstram seu caráter retrógrado e sua coerção, diminuindo a liberdade dos indivíduos.⁴⁴

A liberdade que um cidadão desfruta deve ser medida, não pela natureza da máquina governamental sob a qual ele vive (seja representativa ou outra), mas pela escassez de restrições que esta máquina impõe. Por isso a coerção do Estado *versus* a liberdade individual, sejam por motivos altruístas ou mesquinhos continua sendo coerção, e, portanto, não pode ser admitida em um regime liberal.⁴⁵ A partir disso, decorrem consequências decisivas para o desenvolvimento do neoliberalismo, a principal delas é a ênfase na competição entre indivíduos

⁴² SPENCER, Herbert. **The Man versus the State**. Indianapolis: Liberty Classics, 1981. p. 494-509.

⁴³ Dentre os exemplos estão as leis que limitam o trabalho das mulheres e crianças nas manufaturas de tingimento ou nas lavadeiras, as que estabelecem corpos de inspetores nas usinas de gás, as que sancionam proprietários de minas que empregam crianças com menos de doze anos, outras medidas sanitárias que os empregadores deveriam tomar, as que ajudam rendeiros irlandeses a comprar sementes, etc.

⁴⁴ SPENCER, Herbert. **The Man versus the State**. Indianapolis: Liberty Classics, 1981. p. 14-17.

⁴⁵ SPENCER, Herbert. **The Man versus the State**. Indianapolis: Liberty Classics, 1981. p. 27-28.

como sendo um princípio de progresso para a humanidade. Nesse sentido, a concorrência econômica é necessária para a “evolução humana” e não pode ser interrompida com iniciativa de ajuda aos necessitados.

O motor do progresso capitalista passa assim da especialização, em que se impera uma lógica de promoção geral, em que o mercado é um mediador de trocas complementares, e eleva o bem-estar e eficácia dos agentes piores, para a concorrência, a competição, em que se dá um processo de eliminação seletiva, onde mesmo aqueles que jogam com as regras do mercado, podem não ganhar (e muitos não ganham). A concorrência, assim, não configura uma condição de funcionamento para as trocas do mercado, mas é tida como uma lei “natural” e mecanismo de progresso pela eliminação dos mais fracos.⁴⁶

Este concorrencialismo social antropofágico (erroneamente denominado darwinismo social) determina uma forma de estar no mundo, como uma lei implacável de sobrevivência, e está a serviço, é claro, de uma ideologia que corrobora com o *laissez-faire*, e justifica o crescimento desmedido de grupos capitalistas gigantescos, sedentos por lucros, em que as “ingerências” do Estado significaria “gastos” desnecessários e coerção às suas faculdades individuais de acumulação egoísta, cujo progresso em longo prazo se restringe às suas próprias finanças.

Houve, porém, outras soluções (à crise liberal) mais favoráveis aos instintos de solidariedade e simpatia como uma necessária expressão da humanidade, aliando o desenvolvimento econômico conjuntamente ao progresso social. Compreender esse “novo liberalismo” é de suma importância para diferenciá-lo do *neoliberalismo*.

2.3.2.2 O “novo” liberalismo

As múltiplas crises, os entre guerras a grande depressão, colocaram abaixo a credibilidade e fé na doutrina econômica do *laissez-faire*, considerado ultrapassado e cuja defesa aguerrida ficava a cargo de poucos economistas presos ainda à doutrina clássica, contrários às intervenções do Estado e cegos às transformações sociais que ocorriam no século XX. Cada vez mais autores liberais procuravam alternativas sobre a organização do capitalismo, não para destruí-lo, é claro, mas para salvá-lo, e para isso, se fazia necessário pensar sobre a forma que se daria a (necessária, além de legítima) intervenção do Estado.

A própria conotação da palavra liberalismo e liberal se transformava. Deixava de

⁴⁶ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 53.

representar o *laissez-faire* e se dedicava reformar o capitalismo, desenvolvendo-o de forma mais atenta e sensível à realidade e demandas sociais. Além de denunciar a impotência do liberalismo clássico para realizar o projeto de liberdade individual e definir limites para intervenção estatal. A rejeição ao *laissez-faire* era tamanha que já no início do século XX inspirou John Maynard Keynes a publicar (e declarar) “O fim do *laissez-faire*” (1926)⁴⁷. Ele estava, obviamente, assim como Spencer (mas em outro sentido), motivado a refundar o liberalismo, questionando, pois, em quais novos limites deveriam se dar a intervenção estatal. Buscava, assim, uma terceira via, mas não exatamente um “justo meio”, entre socialismo e liberalismo clássico, caminhando entre reação e revolução. Essa alternativa de que Keynes se tornou defensor e propagador, inclusive mais tarde se tornaria popular como keynesianismo, é denominada, alternativamente, de “novo liberalismo”, social liberalismo e socialismo liberal.

Para Keynes⁴⁸, a concepção de que os indivíduos que agem de maneira independente para seu próprio bem produzem maior volume de riqueza, depende de uma série de pressupostos irreais, com relação à inorganicidade (ou artificialidade) dos processos de produção e consumo, à existência de conhecimento prévio suficiente das suas condições e requisitos, cuja existência de oportunidades adequadas para obter esse conhecimento prévio. Isto se dá, na visão do autor, porque os economistas geralmente postergam a discussão acerca das complicações que surgem, tais como:

- a) quando as unidades de produção eficientes são grandes em relação às unidades de consumo;
- b) quando ocorrem custos indiretos e conjuntos;
- c) quando as economias internas tendem a concentração da produção;
- d) quando o tempo necessário para os ajustamentos é demorado;
- e) quando a ignorância supera o conhecimento;
- f) quando os monopólios e os cartéis interferem no equilíbrio dos negócios.

Isso significa que os economistas deixam para um estágio superior a sua análise dos fatos reais.⁴⁹ O *laissez-faire*, segundo Keynes, se sustentou em princípios metafísicos ou gerais, e não em fatos científicos. E, conforme observado pela Senhora Marcet “visões liberais e ampliadas sempre levarão a conclusões semelhantes e nos ensinam a nutrir sentimentos de benevolência universal uns para com os outros; daí a superioridade da ciência sobre o mero

⁴⁷ KEYNES, John Maynard. **The end of *laissez-faire***. London: Hogarth Press, 1926.

⁴⁸ KEYNES, John Maynard. **The end of *laissez-faire***. London: Hogarth Press, 1926.

⁴⁹ KEYNES, John Maynard. **The end of *laissez-faire***. London: Hogarth Press, 1926. p. 13-14.

conhecimento prático”⁵⁰

Não é verdade que os indivíduos possuem uma “liberdade natural” prescritiva em suas atividades econômicas. Não existe um contrato que confira direitos perpétuos aos que os têm ou aos que os adquirem. O mundo não é governado do alto de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam. Não é administrado aqui embaixo para que ha prática eles coincidam. Não constitui uma dedução correta dos princípios da Economia que o auto-interesse esclarecido sempre atua a favor do interesse público. Nem é verdade que o auto-interesse seja geralmente esclarecido; mais frequentemente, os indivíduos que agem separadamente na promoção de seus próprios objetivos são excessivamente ignorantes ou fracos até para atingi-los. A experiência não mostra que os indivíduos, quando integram um grupo social, são sempre menos esclarecidos do que quando agem separadamente.⁵¹

E a partir disso, Keynes retoma o conceito de *Agenda* e *Não-Agenda* de Bentham, dando nova conotação à nomenclatura deste autor (que via as ingerências estatais tanto como geralmente desnecessárias quanto perniciosas). Por isso Keynes defende que a principal tarefa dos economistas seria novamente a de distinguir a Agenda do Governo da Não-Agenda; e a tarefa complementar da política seria a de imaginar formas de governo dentro de uma democracia, que sejam capazes de realizar a Agenda. Sobre o que deveria estar nesta Agenda, o autor explica que se deve aspirar à separação dos serviços que são tecnicamente sociais dos que são tecnicamente individuais. A mais importante Agenda do Estado, conforme Keynes, não diz respeito às atividades que os indivíduos particularmente já realizam, mas às funções que estão fora do âmbito individual, àquelas decisões que ninguém adota se o Estado não o faz. Para o governo, o mais importante não é fazer coisas que os indivíduos já estão fazendo, é fazê-las um pouco melhor ou um pouco pior, mas fazer aquelas coisas que atualmente deixam de ser feitas.⁵²

Assim, para a reformulação política e moral do liberalismo, haveria que se definir a questão da agenda ou não agenda, para evitar, por meio desse novo liberalismo, anarquia política e social, controlando assim as forças econômicas, que necessita para tanto, de intervenção estatal. Isto posto, a intervenção política e o Estado assume um papel regulador e redistribuidor fundamental, neste também chamado “socialismo liberal”. Para os reformistas, dentro dos quais se destacam Keynes, Hobhouse e Dewey, os princípios de propriedade e liberdade do comércio não caracterizavam mais um fim em si mesmo, mas um meio como outro qualquer. Apesar das matizes utilitaristas que os aproximam de alguns liberais clássicos como

⁵⁰ MARCET, Jane Haldimand. **Conversations on Political Economy**: in which the elements of that science are familiarly explained. 6. ed. revised and enlarged. London: Longman, Rees, Orme, Brown, and Green, 1827. p. 428.

⁵¹ KEYNES, John Maynard. **The end of laissez-faire**. London: Hogarth Press, 1926. p. 16-17.

⁵² KEYNES, John Maynard. **The end of laissez-faire**. London: Hogarth Press, 1926. p. 17-20.

Mill e Bentham, este novo liberalismo consiste em um movimento democrático, em que se defende a participação das regras que vão assegurar uma liberdade efetiva.⁵³ Tal posicionamento pode ser correlacionado ao pensamento kantiano enunciado na preposição de que:

se um certo uso da liberdade é ele próprio um obstáculo à liberdade de acordo com as leis universais (isto é, injusta), a coerção que a isso se opõe (como um impedimento de um obstáculo à liberdade) é conforme à liberdade de acordo com leis universais (isto é, é justa).⁵⁴

O “novo liberalismo”, keynesianismo, ou liberalismo social, procura assegurar e, regulando a legislação, promover uma extensão máxima da liberdade ao máximo de indivíduos, para que estes possam realizar seus próprios projetos. Uma filosofia (liberal) individualista, que consiste em uma resposta à crise do liberalismo e procurou ser sensível às demandas sociais. Não obstante, houve tanto no campo teórico e posteriormente político, o desenvolvimento de outra alternativa à crise do liberalismo em meados do século XX que persiste nos dias atuais, o *neoliberalismo*, este que será melhor abordado no próximo tópico.

2.3.2.3 *Germén do neoliberalismo*

O neoliberalismo, assim como o “novo liberalismo”, é uma resposta à crise liberal que entende pela necessidade de intervenção Estatal. Todavia, para os neoliberais uma intervenção deve-se opor a qualquer ação que seja obstáculo ao jogo da concorrência e aos interesses privados. Assim, diferentemente do “novo liberalismo”, o neoliberalismo é uma resposta que exige intervenção para assegurar as condições de concorrência sejam respeitadas sem a intromissão, iniciativa ou implementação de políticas assistenciais, redistributivas, protecionistas e reguladoras, que ao ver destes teóricos poderiam conduzir a coletivismo.

No que concerne à pretensão de refundação teórica do liberalismo, dois marcos se destacam: a criação da Sociedade Mont-Pèlerin (1947) e o Colóquio de Walter Lippmann (1938). Sobretudo este último, com todas as discussões suscitadas, será o marco fundador, o germen neoliberal, que mais tarde se espalharia, com suas ideias e autores que influenciariam o Ocidente e que se consolidariam com a Sociedade Mont-Pèlerin, difundindo a doutrina

⁵³ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 60-61.

⁵⁴ KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. Bauru, SP: EDIPRO, 2003. p. 77-78.

cosmopolita neoliberal pelo mundo. Em 1937, Walter Lippmann, um renomado jornalista norte-americano e intelectual público de origem judaica, publica um livro que questionava, entre outras coisas, o problema da liberdade no novo contexto político da emergência do fascismo, do nazismo e do bolchevismo, isto é, antes do surgimento de regimes autoritários, e por outro lado, as inadequações do liberalismo clássico no nível político e econômico. Uma viagem de Lippmann à França permite a Louis Rougier, um filósofo francês que mais tarde terá alguma importância na diplomacia francesa, convocar este colóquio em Paris, e no qual se encontrarão principalmente alguns intelectuais alemães, franceses e austríacos. O objetivo do colóquio é, por um lado, comemorar ou homenagear o livro de Lippmann, e por outro lado programático, pelo menos nas expectativas de Rougier, que propor um diagnóstico da crise do liberalismo e as possibilidades de sua renovação como elementos centrais para o colóquio. O evento aconteceu entre 26 e 30 de agosto de 1938. E foi organizado em sete mesas temáticas. Entre os pouco mais de 25 participantes, podemos contar Raymond Aron (França), R. Auboin (França), Louis Baudin (França), M. Bourgeois (França), J. Castillejo (Espanha), J. B. Condliffe (Grã-Bretanha), A. Detœuf (França), Von Hayek (Grã-Bretanha), Heilperin (Polônia), B. Hooper (Estados Unidos), B. Laverne (França), W. Lippmann (Estados Unidos), E. Mantoux (França), R. Marjolin (França), L. Marlio (França), Mercier (França), Von Mises (Escola Austríaca), A. Piatler (França), M. Polanyi (Grã-Bretanha), St. Possony (Áustria), W. Röpcke (Escola Austríaca), Louis Rougier (França), Jacques Rueff (França), M. Rustow (Turquia), Dr. Schutz (Áustria), Marcel van Zeeland (Bélgica).⁵⁵

O Colóquio de Walter Lippmann teve como discurso de abertura (do organizador) a ênfase no esforço de reconstrução do liberalismo. O livro de Lippmann (*An Inquiry into the Principle of The Good Society*) apresentado em 1938 na abertura do Colóquio, como manifesto dessa pretensa refundação, comunga da linha de Rougier (quem apresentou referida obra) sobre a necessária reinvenção das agendas liberais, se afastando da mera justificação (naturalista) do *status quo*. A esse esforço de refundação, ainda sem nome específico, deveria se referir como “neocapitalismo”, liberalismo construtor ou “neoliberalismo”, termo que prevaleceu no uso corrente.⁵⁶

Em *An Inquiry into the Principle of The Good Society*, Lippmann objetiva oferecer uma solução para a ascensão do totalitarismo em suas formas fascistas, comunistas e quaisquer

⁵⁵ ARAYA, Adán Salinas. Debates Neoliberales en 1938. El Coloquio Lippmann. **Hermenéutica Intercultural Revista de Filosofía**, n. 26, p. 57-91, 2016. p. 69. Disponível em: <http://ediciones.ucsh.cl/ojs/index.php/hirf/article/view/505>. Acesso em: 28 fev. 2021.

⁵⁶ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 73-74.

outras que indicassem a fragilidade da economia liberal, além de criticar vigorosamente e reformular o liberalismo tradicional conservador do *laissez-faire*. Para o autor, o *laissez-faire* não passa de um dogma “obscurantista e pedante”⁵⁷, uma falácia, visto que os contratos de propriedade não têm existência fora da lei, antes são uma criação destas. Observa que os economistas até então falharam em reconhecer a economia como um modo de produção distinto da ordem social. O liberalismo, para Lippmann, é a linha de política que busca reformar a ordem social para atender às necessidades e cumprir a promessa de um modo de produção baseado na divisão do trabalho; enquanto coletivismo é a linha de política que promete reter as vantagens materiais da nova economia, mas aboliria o princípio regulador interno, ou seja, o mercado mais amplo e mais livre, pelo qual a divisão do trabalho se torna efetiva.⁵⁸ O progresso consiste, não em prejudicar ou abolir o mercado, mas em mantê-lo e melhorá-lo, considerando que ele seja parte do sistema de produção, assim como as máquinas, materiais e trabalho.⁵⁹

A obra de Lippmann consiste em um marco importante para neoliberalismo porque entende a economia como pertencente à uma ordem social e a “reabilitação do liberalismo” deveria passar pela refundação do Estado que assumiria as funções que corrigissem os graves erros provocados pelos excessos do mercado. Em seu “novo intervencionismo liberal” defendeu que o Estado deveria ser responsável por uma série de investimentos públicos e serviços sociais, financiados por uma nova distribuição de impostos.

Os impostos cobrados dos ricos não devem ser gastos em doações aos pobres, mas na reforma das condições que os tornaram pobres. O auxílio, com o que quero dizer dinheiro dado pelo governo diretamente aos pobres, é um alívio, mas não um remédio para sua pobreza, enquanto o dinheiro gasto em saúde pública, educação, conservação, obras públicas, seguro e indenização é tanto um alívio quanto um remédio. Melhora a capacidade produtiva do indivíduo e do patrimônio nacional do qual deve ganhar a vida. Ao melhorar a produtividade marginal do trabalho, ele aumenta o salário mínimo de todos os trabalhadores a partir de um dividendo nacional aumentado. Isso equivale a dizer que uma parte do dividendo nacional deve ser investida, a fim de conservar e melhorar os fundamentos da economia, nas pessoas e no patrimônio nacional de que ganham a vida.⁶⁰

Neste sentido, Lippmann estava mais próximo (teoricamente) de Keynes e dos ordoliberais alemães, ao compreender que o direito à propriedade pode ser regulado pela lei e

⁵⁷ LIPPMANN, Walter. **An Inquiry into the Principles of the Good Society**. Boston: Little, Brown & Company, 1938. p. 185

⁵⁸ LIPPMANN, Walter. **An Inquiry into the Principles of the Good Society**. Boston: Little, Brown & Company, 1938. p. 180-181.

⁵⁹ LIPPMANN, Walter. **An Inquiry into the Principles of the Good Society**. Boston: Little, Brown & Company, 1938. p. 175-176.

⁶⁰ LIPPMANN, Walter. **An Inquiry into the Principles of the Good Society**. Boston: Little, Brown & Company, 1938. p. 227-228.

evoluir, não apenas pelas necessidades de progresso econômico, mas também de acordo com as necessidades de justiça social. Não há, para Lippmann, nada na economia moderna que obriga a sociedade a ser indiferente ao sofrimento humano. Não há razão para que uma parte da riqueza produzida não seja redistribuída, via impostos, para proteger e indenizar seres humanos prejudicados pelo avanço da indústria, ou ainda dos incrementos imerecidos dos monopólios⁶¹.

Ficará evidente a partir do que disse que essa má distribuição de riqueza na sociedade moderna surge de duas causas interativas: em resumo, de incrementos não ganhos por um lado e mais riqueza do que aqueles que desfrutam de um cuidado padrão de classe média para consumir ou pode investir lucrativamente. A má distribuição devido a incrementos não ganhos deve ser corrigida na fonte - por reformas que atingem o monopólio, privilégio e barganhas necessárias. Na medida em que essas reformas sejam eficazes, elas tenderão a igualar, embora, é claro, não nivelarão a distribuição de renda. Sob um regime de oportunidades iguais, não poderia haver qualquer desigualdade de renda bruta como a que ocorre hoje em um país como os Estados Unidos. Não haveria grandes heranças; sob verdadeira competição, apenas os pioneiros bem-sucedidos teriam grandes lucros. Em mercados justos, com mobilidade adequada de capital e adaptabilidade de trabalho, as taxas de juros seriam baixas. A desproporção dos salários mais altos e dos salários mais baixos seria muito modificado, pois embora existam raras pessoas, digamos, estrelas do cinema, cujas habilidades tenham um valor único no mercado, a maioria dos homens de sucesso não tem essas habilidades únicas. À medida que a herança e a educação igualadas tornavam as oportunidades mais iguais, o aumento da oferta de empresários e gerentes capazes reduziria os salários e bônus que eles agora comandam no mercado.⁶²

Rougier, assim como Lippmann, criticou o liberalismo tradicional do *laissez-faire*, *laissez-passer* por sua crença em uma ordem natural em que era suficiente deixar as pessoas agirem livremente, para que uma nação alcance sua prosperidade máxima, com o mínimo de esforço e gasto. Contra uma teoria ingênua e “natural” que poderia resultar em uma economia de monopólios, ele defendeu o neoliberalismo, que supõe uma ordem jurídica protegendo a possibilidade de livre concorrência. Ele também denunciou a economia rigidamente dirigida, afirmando que “quanto mais um regime econômico se afasta das condições de livre concorrência baseada na autonomia de preços, mais sacrifica os interesses do consumidor para fins não econômicos; quanto mais planejada uma economia, mais ela se torna arbitrária e opressora”. Sua versão do liberalismo afirmava ser uma terceira via entre o *laissez-faire* e a economia planejada, que denunciou como comunismo e fascismo, propondo o neoliberalismo

⁶¹ ONOFRE, Gabriel da Fonseca. **O papel de intelectuais e think tanks na propagação do liberalismo econômico na segunda metade do século XX**. Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. p. 62)

⁶² LIPPMANN, Walter. **An Inquiry into the Principles of the Good Society**. Boston: Little, Brown & Company, 1938. p..231.

como única solução alternativa.⁶³

Being [neo]liberal is not, unlike being a “Manchester liberal,” letting cars drive in any direction, which would cause traffic jams and constant accidents. Nor is it like “planned economy,” in which each car would be told when to leave and where to go. Rather, it is imposing a highway code, while accepting that this code is not necessarily the same at times of accelerated transport as at times of caution.⁶⁴

Apesar da comunhão de preocupações quanto à ascensão de regimes totalitários, bem como à crise liberal, no Colóquio se destacavam dois grupos que divergiam na forma como deveria se dar a solução. De um lado, os que defendiam a necessidade uma renovação do liberalismo moderno, afastando da ideologia do *laissez-faire* hegemônica no final do século XIX e início do XX. Para estes, dos quais se destacavam Louis Rougier, Auguste Detoef, Louis Marlio, Wilhelm Ropke, Alexandre Rüstow, o liberalismo econômico intransigente da Escola de Manchester resultou na Grande Depressão e, conseqüentemente, na ascensão política dos comunistas e fascistas. Do outro lado, estavam os adeptos e defensores ortodoxos do “velho liberalismo”, com destaque para os representantes da Escola Austríaca, principalmente Hayek e Mises. Rechaçando a necessidade de um “novo liberalismo”, eles acreditavam que a crise econômica não se devia às políticas do *laissez-faire*, pelo contrário, resultava de atitudes contrárias a ele e ingerências estatais. E por isso defendiam que o liberalismo moderno deveria ser adaptado – e não reformulado - aos novos tempos.⁶⁵

Michael Polanyi, o químico-filósofo irmão de Karl Polanyi, afirmou que “a perturbação mental que ameaça nossa civilização deriva de um estado de perplexidade permanente”, em que o estado de espírito da sociedade “torna-se cada vez mais sujeito a violentos distúrbios”. Os indivíduos buscam um propósito e ficam profundamente frustrados com a invisibilidade da mão que os guia em um sistema baseado no mercado. A falta de um propósito claro e direcionado deixa os indivíduos confusos e perplexos, em contraste com as ações claras e propositadas exigidas dos indivíduos em regimes planejados centralmente. Ao contrário dos regimes liberais,

⁶³ DENORD, François. Aux origines du néo-libéralisme en France. Louis Rougier et le Colloque Walter Lippmann de 1938. *Le Mouvement Social*, v 195, p. 9-34, 2001. §8.

⁶⁴ Ser [neo] liberal não é, ao contrário de ser um “liberal de Manchester”, deixar os carros dirigirem em qualquer direção, o que causaria engarrafamentos e acidentes constantes. Também não é como uma “economia planejada”, na qual cada carro seria informado quando deveria sair e para onde ir. Em vez disso, está em impor um código de trânsito, embora se aceite que esse código não é necessariamente o mesmo em momentos de transporte acelerado e em momentos de cautela. (DENORD, François. Aux origines du néo-libéralisme en France. Louis Rougier et le Colloque Walter Lippmann de 1938. *Le Mouvement Social*, v 195, p. 9-34, 2001. §9)

⁶⁵ ONOFRE, Gabriel da Fonseca. **O papel de intelectuais e think tanks na propagação do liberalismo econômico na segunda metade do século XX.** Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. p. 69.

além disso, os regimes centrais parecem estar trabalhando em direção a uma clara e final meta. Como resultado, o indivíduo em uma economia de mercado “fica frustrado em seu sentido social; ele fica perplexo quanto ao alcance de seus deveres sociais”. Buscando profundamente um propósito e achando-o intangível em uma ordem econômica liberal, o homem abraça movimentos antiliberais que prometem uma ação clara e direcionada. Da mesma forma, o francês Marlio argumentou que o indivíduo que “se sente gravemente enfraquecido” está de fato disposto a sacrificar a riqueza pela segurança, mas para ter certeza “ele deve ter um segurador que só pode ser um regime totalitário agindo por meio de constrangimento ou através da persuasão”. A posição de Mises, todavia era diferente. Certamente, ele reconheceu “que as massas têm uma certa inclinação para a crueldade, vingança e mesmo sadismo” que líderes de Estados totalitários exploraram com sucesso e com absoluta crueldade. No entanto, enquanto vários membros do Colóquio, como Röpke, Rüstow ou Marjolin, atribuíram as causas dessa desorientação aos fracassos do capitalismo tradicional e do liberalismo, Mises considerou os intelectuais antiliberais os maiores responsáveis pelo fracasso. O tema da “revolta das massas” contra o capitalismo, retomado por Rougier e outros, do conservador espanhol Ortega y Gasset, não agradava a Mises se significava que as massas tinham boas razões para se revoltar contra o capitalismo histórico, a seus olhos um sistema altamente benéfico.⁶⁶

Para os autores ortodoxos, Rueff, Robbins, Von Mises, Hayek, com traços evidentes da nostalgia de um mercado “espontaneamente” autorregulado, os fatores que resultavam na crise, deve-se à corrosão progressiva dos princípios do liberalismo. Estes últimos argumentam que as intervenções desajustam os mecanismos autocorretivos do mercado. Rueff se manifesta no sentido que a insegurança social suportada pelos trabalhadores consiste em desequilíbrios periódicos que tendem a se corrigir automaticamente, e não há nada a fazer quanto a isso. Da mesma forma é preciso que de forma alguma o Estado intervenha, porque resultaria o atravancamento da máquina do mercado. Nessa mesma linha, Von Mises sobre o declínio do liberalismo afirma que os cartéis são produto do intervencionismo que, ao frear a concorrência, impele a realização de acordos. Esse posicionamento irredutível que incentiva o reforço do *laissez-faire* personifica uma extrema fobia do Estado, e se mostra contrário a qualquer intervenção. A fobia do Estado, apesar de parecer exagerada para alguns teóricos, justifica-se pela experiência e medo do despotismo de que o Estado poderia se revestir, e dessa forma, os golpes à liberdade que ele pode desferir. Todavia, apesar de persistentes, estes teóricos defensores do *laissez-faire* estavam em menor número de adeptos, prevalecendo a linha de

⁶⁶ REINHOUDT, Jurgen; AUDIER, Serge. **The Walter Lippmann Colloquium: The Birth of Neo-Liberalism.** New York, Palgrave Macmillan, 2018.

redefinição liberal, com determinado intervencionismo estatal.⁶⁷

Nesse sentido, longe de ser abstencionista, a refundação da economia liberal pretende estabelecer o quadro legal, definir a agenda e a forma de intervenção, conduzindo um dirigismo estatal diferente do coletivismo e planificação econômica. A fobia do Estado de Spencer e outros liberais ortodoxos é abandonada, mas, em contrapartida é herdado o apreço pelo concorrencialismo social, este que deve ser promovido pelas ações do Estado. Ao contrário dos liberais clássicos que acreditavam na autocorreção “natural” do mercado, Rougier argumentava sobre a existência de forças que desvirtuavam o jogo concorrencial (por exemplo, as forças políticas de massas para angariar votos), e por isso era necessário um Estado forte para garantir o jogo da competição. Assim, esse liberalismo, notadamente construtor, pretende proporcionar condições, sempre que preciso, para que as engrenagens econômicas funcionassem perfeitamente. Diante disso está claro que o capitalismo concorrencial nada tem de natural, antes é criado, mantido, incentivado, promovido. É uma máquina que exige regulação e vigilância constante. E qual seria o critério para determinar intervenção legítima da ilegítima? A concorrência. Para Rougier, qualquer iniciativa que afete a livre concorrência deve ser considerada ilegítima.⁶⁸

Os neoliberais, assim como Lippmann, desfazem a ilusão de um Estado Mínimo, pelo contrário, defendem um Estado forte que seja capaz de fazer ser respeitada a lei comum. E para sustentar de forma eficiente esse Estado forte, é reconsiderado o que se entende por democracia, isto porque a ideia de “soberania do povo” impede de que os governantes tomem as medidas necessárias para a estabilidade democrática, e assim do regime liberal. O Estado forte, governado por uma “elite competente” consiste na garantia de que se evite a governança por interesses particulares. O que notaremos, no decorrer do trabalho, não ser verdade.

Sobre esse Estado forte, interventor em determinada medida, é de suma importância a influência dos teóricos alemães, ordoliberais, tanto para a construção neoliberal da Europa, quanto para o desenvolvimento do neoliberalismo americano. E por isso, considerando suas especificidades, cabe apresentá-lo.

Para contextualizar o liberalismo alemão, deve-se destacar que o desenvolvimento do mesmo não ocorreu facilmente, tendo em vista numerosas dificuldades e obstáculos à política liberal, que sofria severas críticas. A primeira delas consistia na incompatibilidade entre

⁶⁷ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 77-79.

⁶⁸ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 85-88.

economia liberal e política nacional. Isso porque, para List e seus sucessores, a política liberal, em vez de uma fórmula universal, consistia antes em um instrumento nas mãos de alguns países para manter sua hegemonia face aos demais. Por isso, ao ver desses autores considerando a história e geografia da Alemanha, a economia a ser adotada devia ser protecionista, e não o estilo liberal inglês. O segundo obstáculo à política e à teoria liberal no fim do século XIX era o socialismo de Estado bismarckiano que procurava manter a proteção externa e a unidade nacional interna, por isso, tudo que pudesse comprometer essa unidade era controlado. Procurando proteger essa unidade nacional, o proletariado foi efetivamente reintegrado no consenso social político. O terceiro obstáculo foi o desenvolvimento de uma economia planificada a partir da guerra, e posteriormente retomada pelos governos socialistas como pelos não socialistas. Essa planificação configurava uma economia centralizada, em que os aparelhos administrativos que decidiam sobre tudo que envolvia a ordem econômica, estabelecendo preços, atribuindo os recursos raros e garantindo o pleno emprego. O quarto obstáculo foi o dirigismo keynesiano que defendia a intervenção do Estado para garantia de equilíbrios econômicos. Em resumo, estes quatro obstáculos (política protecionista, socialismo de Estado, economia planificada e keynesianismo), consistiam em obstáculos contra a política liberal, mesmo antes da tomada do poder pelos nazistas. E foi a crítica a esses obstáculos, bem como ao próprio nazismo, feita por poucos, mas insistentes teóricos liberais, desde o fim do século XIX, que tomaria corpo e força que os neoliberais alemães (ou ordoliberais) herdariam.⁶⁹

Esses quatro elementos supracitados foram aglutinados pelo nazismo a fim de transformá-los em um sistema unificado, assim o protecionismo, a economia planificada, a economia de assistência e garantia, e a política keynesiana foram atadas pelo nazismo para servir a economia (militarizada) implantada. Enquanto os keynesianos e outros autores vão criticar a economia nazista por misturar elementos contraditórios entre si e heterogêneos, os neoliberais alemães apresentam outro argumento. Para os ordoliberais, o nazismo revela a inter-relação entre esses elementos, pois ao adotar qualquer um deles implicará na adoção dos demais. Assim, autores como Röpke procuraram uma invariante político-econômica que poderia ser identificada em regimes diversos como o nazismo, a Inglaterra parlamentar (e o plano Beveridge), a América com o New Deal, e a União Soviética, e na busca por essa invariante perceberam que a principal diferença não residia na oposição entre capitalismo e socialismo, ou a estrutura constitucional entre tais regimes, e sim em uma invariante antiliberal em oposição ao intervencionismo estatal, variando de intensidade, podendo chegar ao extremo

⁶⁹ FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 146-148.

alemão.⁷⁰

nos movemos em um mundo de preços, mercados, competição, taxas de salários, taxas de juros, taxas de câmbio e outras magnitudes econômicas. Tudo isso é perfeitamente legítimo e frutífero, desde que tenhamos em mente que estreitamos nosso ângulo de visão e não nos esqueçamos de que: a economia de mercado é a ordem econômica própria de uma estrutura social definida e de um ambiente espiritual e moral definido. Se negligenciássemos a característica da economia de mercado de ser apenas parte de uma ordem espiritual e social total, seríamos culpados de uma aberração que pode ser descrita como racionalismo social. O racionalismo social nos leva a imaginar que a economia de mercado não é mais do que uma “técnica econômica” aplicável em qualquer tipo de sociedade e em qualquer tipo de clima espiritual e social.⁷¹ (tradução livre)

A experiência nazista estava no cerne da reflexão dos neoliberais alemães porque possibilitou a estes teóricos estabelecerem um campo de adversidade sobre o qual se oporiam, ou seja, a invariante antiliberal. O objetivo pós-guerra (1945 e 1948) era fundar a legitimidade de um Estado inexistente por meio da economia. O crescimento econômico legitimaria o Estado. Por isso, além de conhecer os adversários teórico-políticos, era necessário compreender qual sistema os ordoliberais poderiam se chocar, no caso as políticas keynesianas, economia planificada e etc. E enfim, depois de identificado o campo de adversidade, a questão era como distribuir os recursos técnicos e conceituais que dispunham.⁷²

Assim, os ordoliberais argumentavam que a adoção do sistema econômico planificado, centralizado, protecionista, keyesiano, exigia consequentemente a adoção de uma espécie de sobre-Estado, diferente das formas clássicas, para fazer funcionar este sistema. E por isso, apesar de aparentemente esvaziar a força do Estado, o nazismo consiste na verdade em um crescimento do poder estatal, criando mecanismos que excedam ou suplantem o Estado para garantir essa organização econômica, e por isso se deu a criação de intensificadores como o princípio de obediência ao *Führer*, o Estado como um mero instrumento do *Volk* (povo), e a autoridade que se recaía sobre o partido regendo as relações legislativas e administrativas. Todo esse aparelhamento para justificar a crítica ao capitalismo burguês, individualista, que promovia uma sociedade massificada centralizada no consumo e no espetáculo. Foi com este argumento, a destruição dessa sociedade, que o nazismo se legitimou. Todavia, os neoliberais vão contrapor apresentando que toda a organização nazista, o princípio do *Führertum*, o partido, a ideia de um povo (*Volk*) unificado, estão basicamente acentuando a sociedade normalizadora, de massa,

⁷⁰ FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 149-151.

⁷¹ RÖPKE, Wilhelm. **A Humane Economy**: The Social Framework of the Free Market. EUA: Institute for philosophical and historical studies, 1960. p. 93.

⁷² FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 146.

de signos e de espetáculo. Ou seja, o nazismo reintroduz e reafirma aquilo que “critica”. Logo, conforme a análise dos neoliberais, essa sociedade massificada não é resultado da economia capitalista, mas sim de uma sociedade ou Estado que escolheu a planificação econômica, o protecionismo, em que o mercado não desempenha sua função, inviabilizado e controlado por uma administração centralizadora.⁷³

Os ordoliberais pretendem fundar um Estado que tenha como princípio regulador e organizador a liberdade de mercado, ou seja, um Estado sob a vigilância do mercado, diferente de anteriormente (um mercado sob a vigilância do Estado). E eles fariam deslocando conceitos da doutrina liberal para que se ajustassem ao objetivo ordoliberal de fundar um determinado Estado e transformar a racionalidade da sociedade da época. Primeiramente procuraram migrar do modelo de mercado da troca para a concorrência. Os neoliberais defendiam que o modelo e princípio de mercado a ser seguido é a concorrência, ou seja, resgatando o concorrencialismo social, e somente isso, afirmaram que o essencial do mercado não é a equivalência, pressuposta no antigo mercado de trocas, mas a desigualdade. A concorrência irá assegurar a racionalidade econômica mediante a formação de preços que regularia as escolhas dos indivíduos. Enquanto alguns liberais defendiam o *laissez-faire* face a concorrência, ou seja, postulavam que o Estado deveria evitar intervir, a não ser para assegurar que a concorrência não fosse alterada; os ordoliberais, por sua vez, criticam a crença naturalista do mercado como um dado natural, seja regulado pela troca ou pela concorrência. Para os ordoliberais, a concorrência é um princípio de formalização, com lógica interna e estrutura própria, configurando-se em um jogo formal de desigualdades e não um jogo natural entre indivíduos e comportamentos. Logo, a concorrência para os ordoliberais constitui um objetivo histórico da arte governamental e não um dado natural, por isso essa concorrência carece de condições minuciosa e artificialmente organizadas e supõe assim uma política demasiadamente ativa. Assim, é necessário governar para o mercado, definindo-se quais serão as ações governamentais adotadas a partir do indexador da economia de mercado.⁷⁴

Eis a clara readequação dos princípios liberais clássicos, abandonando-se a crença no naturalismo do *laissez-faire* e sustentando que para garantir a liberdade de Estado faz-se fundamental uma política extremamente vigilante, ordenada, organizada, cujo intuito é construir ou remodelar a sociedade, que é o objeto da ação política.

Hayek e Von Mises, por sua vez, vão criticar duramente a corrente ordoliberal, defendendo que o mercado é uma máquina econômica que tende ao equilíbrio quando não sofre

⁷³ FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 151-155.

⁷⁴ FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 158-165.

interferências políticas e sociais. Para Ludwig von Mises, os preços de mercado eram indispensáveis e insubstituíveis como alocadores de recursos econômicos escassos. E não existe uma “terceira via” entre o liberalismo, baseado na propriedade privada, e o socialismo, baseado na propriedade coletiva. Para Mises, o “intervencionismo” em todas as suas formas de planejamento econômico, mesmo as flexíveis, são formas moderadas de socialismo que correm o risco de degenerar em totalitarismo, além de sua falta de eficiência econômica. O famoso autor escreveu vários livros em defesa do liberalismo econômico, incluindo *Socialism* (1922), *Liberalism* (1927) e *Human Action* (1949). Dos participantes do Colóquio Lippmann, Mises permaneceu mais comprometido com a defesa do liberalismo econômico puro contra a intervenção do Estado. Como muitos outros membros do Colóquio Lippmann, Mises também estava extremamente preocupado com a ascensão do nacional-socialismo e a perspectiva de uma guerra futura. Em 1931, novamente na Alemanha, ele temeu que futuras catástrofes eram prováveis. A ascensão de Hitler ao poder fortaleceu sua disposição de aceitar, em 1934, uma cadeira de relações econômicas internacionais no *Institut des Hautes Etudes Internationales* em Genebra. Durante este período, ele trabalhou em seu livro sobre a teoria da ação humana em sua versão alemã, *Nationalökonomie: Theorie des Handelns und Wirtschaftens* (publicado pela primeira vez em 1940).⁷⁵

Em sua obra “Liberalismo Segundo a Tradição Clássica”, Mises argumenta que o fascismo a despeito de ter interrompido a ameaça bolchevique à Europa não poderia deixar de dar origem a “uma série de conflitos internacionais que, necessariamente, destruirão a civilização moderna”⁷⁶. Apenas o liberalismo, e não o fascismo, poderia fornecer uma solução para o socialismo. Porque o liberalismo para Mises:

é uma doutrina inteiramente voltada para a conduta dos homens neste mundo. Em última análise, a nada visa senão ao progresso do bem-estar material exterior do homem e não se refere às necessidades interiores, espirituais e metafísicas. Não promete felicidade e contentamento aos homens, mas, tão somente, a maior satisfação possível de todos os desejos suscitados pelas coisas e pelo mundo exterior.⁷⁷

E, compreendendo o liberalismo como uma doutrina voltada para a conduta humana, Mises irá desenvolver a praxeologia, que consiste em uma teoria com pretensões apriorísticas, e contribuirá para o neoliberalismo ao estabelecer uma teoria da ação humana em que possa

⁷⁵ REINHOUDT, Jorgen; AUDIER, Serge. **The Walter Lippmann Colloquium: The Birth of Neo-Liberalism**. New York: Palgrave Macmillan, 2018. p. 67-68.

⁷⁶ MISES, Ludwig von. **Liberalismo Segundo a Tradição Clássica**. 2. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. p. 76-77.

⁷⁷ MISES, Ludwig von. **Liberalismo Segundo a Tradição Clássica**. 2. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. p. 35.

justificar a atuação na mesma, e colocar “à disposição do agente homem todas as informações necessárias de maneira a que a escolha seja feita com pleno conhecimento de suas consequências”⁷⁸.

A praxeologia não é uma ciência histórica, mas uma ciência teórica e sistemática. Seu escopo é a ação humana como tal. Independentemente de quaisquer circunstâncias ambientais, acidentais ou individuais que possam influir nas ações efetivamente realizadas. Sua percepção é meramente formal e geral, e não se refere ao conteúdo material nem às características peculiares de cada ação. Seu objetivo é o conhecimento válido para todas as situações onde as condições correspondam exatamente àquelas indicadas nas suas hipóteses e inferências. Suas afirmativas e proposições não derivam da experiência. São como a lógica e a matemática. Não estão sujeitas a verificação com base na experiência e nos fatos. São tanto lógica como temporalmente anteriores a qualquer compreensão de fatos históricos. É um requisito necessário para qualquer percepção intelectual de eventos históricos. Sem sua ajuda, nossa percepção do curso dos eventos históricos ficaria reduzida ao registro de mudanças caledoscópicas ou de uma desordem caótica.⁷⁹

Em síntese, a reformulação do liberalismo defendida pela maioria dos participantes do Colóquio de Walter Lippmann exigia a construção de regulamentações que permitisse ao novo Estado liberal promover o equilíbrio das ordens econômica e social. Todavia, essa refundação buscava se distanciava das outras propostas políticas do período, como o fascismo e socialismo, ao reafirmar a centralidade do mecanismo de preços e conferir ao Estado a responsabilidade de se determinar o regime jurídico que regulará o livre desenvolvimento das atividades econômicas. Nesse sentido, os participantes do colóquio traçaram estratégias de longo prazo em defesa de uma agenda neoliberal. Para tanto foram estabelecidos o desenvolvimento de um jornal (*Cahiers du Libéralism*) e de um *think tank* (o *Centre International d'Études pour la Renovation du Libéralism* - CIRL), com sede em Paris, sob a presidência de Louis Marlio, e filiais em Genebra (Röpke), Londres (Hayek) e Nova Iorque (Lippmann). A guerra, todavia, impediu a continuidade das iniciativas. Então, quase uma década depois, alguns dos participantes do CWL se reuniram novamente e quinze dos vinte e seis participantes do encontro na França – entre eles, Raymond Aron, Ludwig von Mises, Friedrich von Hayek, Michael Polanyi, Louis Baudin, Wilhelm Röpke e Alexander Rüstow - participaram da Sociedade *Mont-Pèlerin*, nove anos depois. Porém, diferentemente do Colóquio de Lippmann, no projeto de Hayek, os defensores de um liberalismo mais radical ganharão, com o tempo, mais força, marcando a história do neoliberalismo.⁸⁰

⁷⁸ MISES, Ludwig Von. **Ação Humana**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2010. p. 216.

⁷⁹ MISES, Ludwig Von. **Ação Humana**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2010. p. 59.

⁸⁰ ONOFRE, Gabriel da Fonseca. **O papel de intelectuais e think tanks na propagação do liberalismo econômico na segunda metade do século XX**. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. p. 73-75.

A despeito da importante colaboração da corrente austro-americana, a governamentalidade neoliberal não se apoia na fobia do Estado, mas antes faz deste um instrumento de implementação como veremos a seguir.

2.4 Implementação (como única opção)

“Economia livre, Estado Forte” é a expressão de Andrew Gamble⁸¹ que resume a orientação neoliberal. Longe de ser uma retirada do Estado, trata-se de uma readequação e reengajamento político com novos objetivos, métodos e bases. Essa dimensão estratégica foi negligenciada permitindo que, a despeito das críticas “antiliberais”, se desenvolvessem e implementassem políticas neoliberais, principalmente, a partir dos anos de 1970 e 1980. Todo o programa que gerou o projeto de um Estado do Bem Estar social estava sendo questionado desde a década de 40 pelo projeto neoliberal, o Colóquio de Lippmann e outros círculos teóricos posteriores. Todavia, sua efetuação prática se dá nos anos de 1970, curiosamente no Chile na ditadura de Pinochet, nos EUA com Reagan, na Inglaterra com Thatcher, aplicando como um programa de suspensão da ação do Estado, suspensão calculada, suspensão que faz emergir um novo sujeito, um novo modo de viver, uma nova racionalidade. Isso significa que vai muito além de uma mera reformulação econômica, que se trataria de um modelo de produção, se trataria de uma nova forma de espoliação do capital. Consiste em uma nova forma de vida, ou razão de mundo. Mas como se deu essa implementação das políticas neoliberais? É dessa dimensão estratégica que trataremos neste tópico. Estratégia no sentido de uma lógica de práticas⁸², que apesar de inicialmente díspares, multiplicam-se e se propagam em um sentido mundial, não significando, portanto, a formulação de um único indivíduo estrategista que coloca em prática um plano.

A instauração do neoliberalismo pelo mundo decorre de uma conexão entre projetos e reformulações teórico-práticas bem como a dinâmica entre fatores produtivos, tecnológicos e comerciais. Os programas políticos de Ronald Reagan nos EUA e de Margaret Thatcher na Inglaterra, os quais foram imitados pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), consiste em respostas à situação “ingerível” que os Estados se encontravam. Por isso, inspirados na Comissão Trilateral com o título *The Crisis of Democracy*, alegaram o excesso

⁸¹ GAMBLE, Andrew. **The Free Economy and the Strong State**: The Politics of Thatcherism. London: Macmillan Education, 1988.

⁸² DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 191-192.

de “democracia” em que as demandas sociais com reivindicações igualitárias tornaram os governantes incapazes de governar. Assim, como reação à inflação galopante, aumento das taxas de juros e desemprego, favoreceu-se a ofensiva contra o poder sindical e suas reivindicações. Ao mesmo tempo, a elevação das taxas de juros levou ao endividamento os países latino-americanos que, para conseguir ajuda (auxílios e empréstimos), teve de cumprir as exigências de reformas estruturais em seus territórios. Dessa forma, os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e os países do sul necessitando dos créditos (ou aval) do Banco Mundial e FMI, que se sujeitavam progressivamente a essa orientação neoliberal, transformaram profundamente as regras do jogo e modificaram a forma do capitalismo se concretizar entre nações e entre classes.⁸³

O golpe no Chile e a tomada do poder pelos militares na Argentina, promovidos pelas elites domésticas com o apoio dos Estados Unidos, ofereceram um tipo de solução. O subsequente experimento chileno com o neoliberalismo demonstrou que os benefícios da acumulação de capital revivida foram altamente prejudicados pela privatização forçada. O país e suas elites dirigentes, ao lado de investidores estrangeiros se saíram muito bem no começo. Efeitos redistributivos e uma desigualdade social crescente têm sido de fato uma característica tão persistente do neoliberalismo que podem ser considerados estruturais em relação ao projeto como um todo. Gérard Duménil e Dominique Lévy, depois de uma cuidadosa redistribuição dos dados, concluíram que a neoliberalização foi desde o começo um projeto voltado para restaurar o poder de classe. Depois da implementação de políticas neoliberais no final dos anos 1970 a parcela de renda nacional do 1 % mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15% (bem perto de seu valor pré-Segunda Guerra Mundial) perto do final do século. O 0,1% mais rico dos Estados Unidos aumentou sua parcela da renda nacional de 2% em 1978 para mais de 6% por volta de 1999, enquanto a proporção entre a compensação mediana dos trabalhadores e o salário dos CEOs (Chief Executive Officer) passou de apenas 30 para 1 em 1970 a quase 500 para 1 por volta de 2000. Os Estados Unidos não estão sozinhos nisso. O 1% mais rico da Grã-Bretanha dobrou sua parcela da renda nacional a partir de 1982: de 6,5% a 13%. E um exame mais detido revela extraordinárias concentrações de riqueza e de poder surgindo em toda parte. Na Rússia, depois da “terapia de choque” neoliberal aplicada nos anos 1990 surgiu uma pequena e poderosa oligarquia. Extraordinários surtos de desigualdade de renda e riqueza ocorreram na China com a adoção de práticas orientadas para o livre mercado. A onda de privatização no México a partir de 1992 lançou uns poucos indivíduos (como Carlos Slim) quase da noite para o dia na lista dos mais ricos do mundo da revista Fortune. Globalmente, “os países da Europa Oriental e da Comunidade de Estados Independentes (CIS) registraram alguns dos maiores aumentos já ocorridos ... em desigualdade social.”⁸⁴

Está claro que as reformas neoliberais em sua implementação favoreceram (e ainda favorecerem) a concentração de renda e riqueza nos estratos superiores da sociedade, sendo que o imposto sobre a propriedade (imposto sobre a riqueza) e taxação da renda de investimentos e

⁸³ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 193-197.

⁸⁴ HARVEY, David. **O Neoliberalismo:** História e Implicações. São Paulo: Loyola, 2008. p. 25-26.

ganhos de capital é reduzido, enquanto a taxaço dos salários e remunera  es se mant  m.

As privatiza  es de empresas públicas (vendidas geralmente aquém dos preços ideais), bem como a desregulamenta  o da economia, são exemplos das medidas adotadas que refletem o sentido de que a liberdade concedida aos atores privados    mais eficiente que a interven  o direta e regula  o extrema do Estado. Assim, a concorrência se eleva ao patamar de regra universal, transformando-se em um sistema disciplinar mundial cujos dispositivos se inspiram no que Jonh Williamson chamou de “Consenso de Washington”, que consiste em um conjunto de recomenda  es a serem seguidas pelos países interessados em angariar auxílios e empréstimos. Dentre as recomenda  es que se estabeleceram na comunidade financeira internacional estão: privatiza  o da economia, liberaliza  o comercial (com supressão de barreiras alfandegárias e fixa  o da taxa de câmbio competitivas), disciplina orçamentária e fiscal (respeito ao equilíbrio orçamentário e diminui  o dos descontos obrigatórios e taxas de impostos), desregulamenta  o e cria  o de mercados concorrenciais e prote  o aos direitos de propriedade (em particular    propriedade intelectual dos oligopólios internacionais) e abertura    moviment  o de capital estrangeiro.⁸⁵

Diante da adesão dos países ricos    essas orienta  es, o Banco Mundial e FMI também adotaram tais diretrizes, obrigando as economias mais frágeis se sujeitarem igualmente a tais recomenda  es. A pressão exercida adotava como pretexto o “salvamento” das economias em crises, na prática, contudo:

As “terapias de choque” sufocaram o crescimento com taxas de juros muito elevadas, arruinaram a produ  o local expondo-a sem cautela    concorrência dos países mais desenvolvidos, muitas vezes agravaram a desigualdade e aumentaram a pobreza, reforçando a instabilidade econômica e social e submeteram essas economias “abertas”    volatilidade dos movimentos de capitais. As interven  es do FMI e do Banco Mundial visava impor o quadro político do Estado cujas a  es tenderem a fazer da concorrência a lei da economia nacional, seja essa concorrência a dos produtores estrangeiros, seja a dos produtores nacionais.⁸⁶

A concorrência se tornou exacerbada em um contexto de conquista de mercado estrangeiro, capta  o de recursos, corrida de exporta  o, o que exigiu reformas sociais e institucionais permanentes, sendo apresentadas    popula  o como necessidade vital em face a crise. Para tanto, as políticas que se prestaram a integrar essa adapta  o ao cenário global diminuindo a pressão fiscal sobre os rendimentos do capital, baixando o custo do trabalho,

⁸⁵ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradu  o de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 197-198.

⁸⁶ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradu  o de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 198.

disciplinando a mão de obra e aumentando a produtividade. Nesse sentido:

Os Estados tornaram-se elementos-chave dessa concorrência exacerbada, procurando atrair uma parte maior dos investimentos estrangeiros pela criação de condições fiscais e sociais mais favoráveis à valorização do capital. Assim, contribuíram amplamente para a criação de uma ordem que os submete a novas restrições que, por sua vez, levam a comprimir salários e gastos públicos, reduzir “direitos adquiridos” considerados muito onerosos e **enfraquecer mecanismos de solidariedade que escapam à lógica de concorrência privada**. Ao mesmo tempo atores e objetos da concorrência mundial, construtores e colaboradores do capitalismo financeiro, os Estados são cada vez mais submetidos à lei férrea de uma dinâmica de globalização que lhes escapa largamente. Os dirigentes dos governos e organismos internacionais (financeiros e comerciais) podem sustentar, assim, que a globalização é um *fatum* que ao mesmo tempo que trabalha continuamente para a criação dessa pretensa “fatalidade”.⁸⁷ (grifei)

Diante da massiva onda de privatizações do setor público, com o aumento dos capitais estrangeiros e investimentos institucionais na estrutura da propriedade das empresas, houve uma mudança nos objetivos almejados anteriormente por conta da pressão dos acionistas. O poder financeiro destes acionistas que, preocupados em produzir valor sobre as ações das empresas, a fim de ter uma boa cotação no mercado de ações, afeta a dinâmica entre gestores e assalariados. O mercado financeiro global constitui-se assim em agente disciplinante e submete os atores privados a uma pressão de produtividade para agregar valor, o que exige a submissão também ao princípio de *accountability*, isto é, a necessidade de prestar contas sobre a obtenção dos resultados alcançados.⁸⁸

O novo capitalismo (financeiro) se organizou em novas bases, a exigência da concorrência generalizada entre atores privados e Estados. E o nascimento deste novo capitalismo se deve à implementação de uma política de finança global, ou seja, é fruto da razão liberal. Razão esta que se lançava à empreitada de conversão de mentalidades por meio de uma luta ideológica cujo objetivo era exaltar a eficiência dos mercados, a (necessária) desobrigação do Estado, e difusão de *think thanks*. Essas ideias, apropriadas pelos partidos de direita (principalmente) para se lançar em momentos de crise, tiveram massiva divulgação com o apoio de uma imprensa dependente dos meios empresariais. Dessa forma, resultou no enaltecimento das ideias e ideais do mercado ao passo que ocultava ou suprimia os discursos e sistemas ideológicos contrários. A partir da repetição obstinada dos custos abusivos do Estado de bem-estar e a supremacia da dinâmica de mercado, se enfraquecia qualquer alternativa que se

⁸⁷ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 199.

⁸⁸ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 201-205.

levantasse contra o capitalismo, tido como modelo ideal de sociedade. Assim, houve um deslocamento da crítica social que, enquanto nos anos 1970 se via o desemprego, a inflação, a desigualdade e alienação como “patologias sociais” atribuídas ao capitalismo, a partir de 1980 esses “males” foram atribuídos ao Estado. Visão esta sintetizada no *slogan* de Ronald Reagan: “O governo não é a solução, é o problema”.⁸⁹

No desenvolvimento dos *think tanks*, a peça fundamental foi o austríaco Hayek, que, se no Colóquio de Lippmann era minoria, a partir da década de 1970 suas ideias ganharam novo fôlego e se espalharam pelo mundo, consistindo no novo credo neoliberal. Sua obra mais famosa “O caminho da servidão” é contundente acerca dos limites da democracia, que deve permanecer tão somente para sustentar a liberdade econômica. E por isso, suas ideias são compatíveis com regimes totalitários, ainda que economicamente liberais (como o Chile de Pinochet).

Não temos, contudo, a intenção de converter a democracia em fetiche. Talvez seja verdade que nossa geração fale e pense demais em democracia e muito pouco nos valores a que ela serve. Não se pode dizer da democracia o que Lord Acton, com razão, disse da liberdade: que ela não é “um meio para a consecução de um objetivo político superior. Ela própria é o supremo objetivo político. Ela não se faz necessária em virtude de uma administração pública; visa, antes, a assegurar a busca dos mais altos objetivos da sociedade civil e da vida privada”. A democracia é, em essência, um meio, um instrumento utilitário para salvaguardar a paz interna e a liberdade individual. E, como tal, não é, de modo algum, perfeita ou infalível. Tampouco devemos esquecer que muitas vezes houve mais liberdade cultural e espiritual sob os regimes autocráticos do que em certas democracias – e é concebível que, sob o governo de uma maioria muito homogênea e ortodoxa, o regime democrático possa ser tão opressor quanto a pior das ditaduras.⁹⁰

Um fato importante sobre Hayek é que, excetuando os Estados Unidos, o Brasil foi o país mais visitado pelo autor, onde suas ideias foram recebidas com entusiasmo e defendidas com vigor pelas elites empresariais.

Dentre seus adeptos está Henry Maksoud, que mais tarde participaria da Sociedade Mont-Pèlerin, profundo admirador de Hayek. Em correspondência com este, Maksoud partia da premissa que a democracia decorre do capitalismo, e somente esse cria condições democráticas. Concorde com Hayek que os regimes democráticos devem servir (tão) somente à liberdade econômica, e por seus convites e diálogos com o autor, Maksoud trouxe Hayek diversas vezes ao Brasil, para que o próprio divulgasse as ideias liberais que defendia, além das

⁸⁹ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 205-209.

⁹⁰ HAYEK, Friedrich August Von. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. p. 86.

publicações feitas por Maksaud.⁹¹

Outro admirador de Hayek, Paulo Guedes, atual Ministro da Economia no Brasil, compartilha com o autor da ideia de Estado Mínimo, que deve atuar tão somente para salvaguardar a manutenção do mercado livre e qualquer ingerência fora destes limites seria ilegítima.⁹² Assim, a depreciação ou indiferença face ao liberalismo político, com vieses democráticos, são recorrente e sistematicamente praticadas. Por outro lado, o (neo)liberalismo econômico, cujo corolário é o livre mercado, consiste na grande meta a ser atingida como agenda do governo atual.

Tal situação tem como desdobramento a emergência de uma racionalidade em que o mercado como regime político cria a crença de que bastaria um governo gerar efeitos econômicos positivos para que suas ações fossem consideradas legítimas, incluindo aquelas que afastassem elementos como Democracia, Direitos Humanos e Fundamentais.⁹³

A ofensiva contra os custos do Estado se deu tanto em sua dimensão contábil quanto à dimensão moral. Assim a renda mínima e seguro desemprego agravavam os índices de desempregados, as políticas de redistribuição de renda desestimulavam o esforço individual e não reduzia a desigualdade, os gastos com saúde intensificava a inflação e o *déficit* público, a gratuidade da educação favorecia o nomadismo e descompromisso dos estudantes. A política de bem-estar social, além de ser onerosa desestimulava, para os neoliberais, as virtudes da sociedade civil como: valor do trabalho, a civilidade, o esforço pessoal, a honestidade. Então, para os neoliberais, não é a “sede de lucro” do mercado que corrói as virtudes necessárias para uma sociedade civil. A constante denúncia neoliberal é sobre a “dependência à assistência” que torna onerosa a garantia e proteção dos riscos aos mais necessitados. Viam nesses projetos assistenciais subvenções que prejudicavam o trabalho porque enfraquecia o desenvolvimento moral do indivíduo que preferia o ócio à atividade.⁹⁴

Um novo discurso de valorização do “risco” inerente à vida individual e coletiva tenderá a fazer pensar que os dispositivos do Estado social são profundamente nocivos à criatividade, à inovação, à realização pessoal. Se o indivíduo é o único responsável

⁹¹ COELHO, Fernando. O caminho da servidão e a carta de HenryMaksoud para Hayek: um olhar a partir da história das ideias. **Temporalidades –Revista de História**, 34. ed, v. 12, n. 3, set./dez. 2020. p. 13.

⁹² SCHAEFER, Bruno. Paulo Guedes e o (neo) liberalismo: apontamentos preliminares acerca da nova (velha) direita brasileira. **Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 4, n. 3, p. 97-121, 2019.

⁹³ GONTIJO, Lucas de Alvarenga; MORAIS, Ricardo Manoel de Oliveira. A fragilidade da República Democrática Brasileira: governamentalidade, escândalos públicos e midiáticos e ideologias ultra conservadoras no contexto contemporâneo do Brasil. In: GONTIJO, Lucas de Alvarenga; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; MORAIS, Ricardo Manoel de Oliveira. (org.) **Rompimento democrático no Brasil: teoria política e crise das instituições públicas**. Belo Horizonte: D’Plácido, 2017. p. 287.

⁹⁴ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 207-2012.

por seu destino, a sociedade não lhe deve nada; em compensação, ele deve mostrar constantemente seu valor para merecer as condições de existência. A vida é uma perpétua gestão de riscos que exige rigorosa abstenção de práticas perigosas, autocontrole permanente e regulação dos próprios comportamentos, misturando ascetismo e flexibilidade. A palavra-chave da sociedade do risco é “autorregulação”. Essa “sociedade do risco” tornou-se daquelas evidências que acompanham as mais variadas propostas de proteção e seguro privados. Um imenso mercado de segurança pessoa que vai do alarme doméstico aos planos de aposentadoria, desenvolveu-se proporcionalmente ao enfraquecimento dos dispositivos de seguros coletivos obrigatórios, reforçando por um efeito de circuito-fechado o sentimento de risco e a necessidade de se proteger individualmente.⁹⁵

Nesse sentido, diante da problemática do risco, da forma como foi apresentada, existe uma pressão sobre a forma de se posicionar e viver, estimulando uma racionalidade de autogestão dos riscos desde o nascimento a fim de aumentar os meios de proteção pessoal. Todo esse cenário acirra a concorrência entre agentes e favorece o desenvolvimento de um mercado competitivo cujo árbitro é o consumidor. Os assalariados ficam então sujeitos a essas mudanças e precisam se adequar às demandas de produtividade ao máximo. Com essa lógica de responsabilização, os desempregados são aqueles que são punidos por não se submeterem às regras do jogo, ou seja, os indisciplinados que sofrem com a falta de emprego.

O perigo e insegurança (a ameaça de desemprego, pobreza, degradação social etc.) não são somente consequências indesejadas ou efeitos colaterais negativos, mas sim condições essenciais e elementos necessário no [neo]liberalismo. Nesse sentido, o liberalismo cultiva o perigo, ele sujeita o perigo a um cálculo econômico, pesando suas desvantagens contra seus custos, estes que são transferidos para os indivíduos, sem o amparo do Estado.⁹⁶

O fulcro do neoliberalismo é produzir um sujeito que seja permanentemente orientado e vivido como uma empresa. Ou seja, impõe a interiorização de um modelo, o modelo da empresa, que torna cada indivíduo em alguém que precisa pensar como uma empresa, se justificar como uma empresa, criar laços como uma empresa, e que gere (o paradigma da gestão) os seus custos e benefícios, os seus investimentos ao modo de uma autogovernabilidade. Então, a dimensão estratégica do neoliberalismo não deve ser associada apenas com políticas de Estado ou modos de produção, mas com um novo sujeito. Por isso, *a nova razão do mundo* se trata de uma racionalidade que capitaliza todas as relações, e objetiva transformar o pensamento e o comportamento das pessoas para que incorporem a nova (i)racionalidade neoliberal.

⁹⁵ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 213.

⁹⁶ LEMKE, Thomas. **Foucault, Governmentality, and Critique**. Paper presented at the Rethinking Marxism Conference. Amherst: University of Amherst, september, p. 21-24, 2000. p. 12.

Quando os princípios dominantes da visão econômica e política do mundo são questionados, um discurso que oferece novidades pode atrair grande apoio.⁹⁷ E, o mérito do neoliberalismo foi se colocar como um sistema racional e “científico”, face à crise liberal-capitalista da época. Sua força reside “no fato de se mostrar como dogma”, como aparente “única saída para crise”⁹⁸. Todavia, podem existir outras saídas e outras saídas que façam uma releitura dos efeitos e implicações do paradigma neoliberal.

Não se trata apenas de um problema ético derivado da nossa crítica ao *custo social* dessas políticas. Isso é justo, mas insuficiente. Me parece ser um erro discutir o neoliberalismo exclusivamente do ponto de vista ético, embora isso seja importante e fundamental. Nossos princípios devem, também, ser compatíveis com a posição científica. O que quero dizer com isto? Que os atributos da ciência não são propriedade exclusiva dos neoliberais. Uma leitura diferente da crise nos possibilita fundar outra política econômica.⁹⁹

Alguém, concordando com Hayek¹⁰⁰, poderá dizer: já avançamos muito nesta estrada para voltar atrás. Todavia, a despeito da adoção do paradigma neoliberal há muito realizada, os fatos históricos colocam em questionamento as bases da teoria. E, sendo tais princípios até então dominantes questionados, novos caminhos, que não os da servidão, podem se abrir e obter o apoio dos indivíduos.

O objetivo do presente capítulo foi trazer uma contextualização sobre a germinação do paradigma neoliberal. De forma alguma se pretendeu esgotar o tema, tendo em vista a amplitude do assunto e limitação do trabalho. Mas, buscou-se elencar pontos importantes para compreender no próximo capítulo porque referido paradigma consiste em um “perigo” na sociedade do risco.

Destarte, se abordará a seguir com o tratamento distorcido que o neoliberalismo dá ao risco para favorecer e reproduzir seu paradigma, sua (i)racionalidade. Se a vida comporta riscos, a forma com que lidamos com os mesmos pode variar para além da resposta neoliberal.

⁹⁷ DENORD, François. Aux origines du néo-libéralisme en France. Louis Rougier et le Colloque Walter Lippmann de 1938. *Le Mouvement Social*, v. 195, p. 9-34, 2001. §24.

⁹⁸ ANDERSEN, Perry; THERBORN, Göran; BORÓN, Atílio; SADER, Emir; SALAMA, Pierre. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 139-180. p. 155.

⁹⁹ ANDERSEN, Perry; THERBORN, Göran; BORÓN, Atílio; SADER, Emir; SALAMA, Pierre. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 139-180. p. 178-179.

¹⁰⁰ HAYEK, Friedrich August Von. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. p. 30.

3 NEOLIBERALISMO: PERIGO NA SOCIEDADE DO RISCO

“Os limites da minha linguagem significam os limites de meu mundo”

(Ludwig Wittgenstein)¹⁰¹

No capítulo anterior foi mostrado como o neoliberalismo se apresenta com discurso que enaltece a autogestão da vida e dos riscos a ela inerentes, exaltando a segurança do mercado, esvaziando e enfraquecendo os mecanismos de solidariedade. Todavia, o contraponto que se apresenta repousa em argumentos teóricos e constatação histórica. Para explicar porque o neoliberalismo consiste em “perigo” na sociedade do risco, primeiro há que se apresentar a diferença dos conceitos supracitados à luz de investigadores do tema, quais sejam, Raffaele De Giorgi e Niklas Luhmann. E em seguida apresentar-se-á os motivos e as evidências que tornam o neoliberalismo um perigo à sociedade do risco. Passe-se, pois, à compreensão dos termos.

3.1 Risco *versus* Perigo: esclarecimentos conceituais

Raffaele De Giorgi e Niklas Luhmann desenvolveram instrumentos que procuram descrever adequadamente a observação da sociedade moderna e de seu direito, dentre estes estão paradoxo, risco, reflexividade, forma, distinção e evento. Sobre esses instrumentos interessa, no caso, um em específico: o *risco*.

Para De Giorgi, a literatura e grande parte do senso comum geralmente consideram risco uma espécie de realidade subterrânea que flui oculta sob a realidade produzida pelo agir, queira o agir singular, queira os sistemas sociais. Risco é um tipo de realidade da ameaça ou um tipo de ameaça da realidade conservada silenciosamente. Se não existisse essa ameaça, a ordem continuaria a subsistir. O estado de conservação dessas condições do agir chama-se segurança. Como a segurança é condição merecedora de preferência, deve-se atribuir a ela um valor positivo. Ao risco, ao contrário, é conferido um valor negativo.¹⁰²

A construção do esquema do risco ou da segurança apresenta sempre as mesmas características. Identifica-se uma situação, uma condição ou uma questão arriscada, ou seja, portadora de um dano atual ou futuro que deveria ser evitado. Ao se dar conta do dano, atribui-lhe a qualificação de risco. O risco é apresentado como um dado, algo dotado de objetividade

¹⁰¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Companhia Editora Nacional: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo: 1921. p. 111.

¹⁰² DE GIORGI, Raffaele. O risco na sociedade contemporânea. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo v. 9, n. 1 p. 37-49, mar/jun. 2008. p. 39.

e acessível à consciência. A razão impõe sua prevenção, seu tratamento ou bloqueia sua realização e, caso seja atual, impede a continuação de sua permanência. O horizonte longínquo que avalia o nível do risco é a segurança, uma condição artificial de estabilidade e de certeza assumida como racional. Em suma, a alternativa ao risco é a segurança. Trata-se, entretanto, de uma construção altamente implausível e arriscada. O risco não é algo real, não é um dado. É a possibilidade de um evento danoso que determinada decisão poderia ter evitado. O perigo, por sua vez, é um dano que verificado é inevitável. Portanto, a alternativa ao risco é o perigo, e não a segurança. E na verdade, o que se observa é que quanto mais se implementam “medidas de segurança”, mais se incrementam os riscos.¹⁰³

Por essa razão, a sociedade moderna é descrita como sociedade do risco no sentido de que esse risco é uma técnica de elaboração da contingência que requer a manutenção de abertura cognitiva das estruturas dos sistemas sociais. Essa é a forma como os sistemas adaptam-se à complexidade de seu ambiente. A sociedade moderna é a sociedade do risco não no sentido ameaçador e apocalíptico que o senso comum difundiu. É a sociedade do risco porque somente essa sociedade moderna criou condições para se construir futuros diferentes, para manter elevada a contingência dos eventos, vale dizer, para manter possibilidades sempre abertas.¹⁰⁴

O pensamento da complexidade torna possível observar como outros observadores observam, isto é, como esses constroem a realidade. Isto porque o observador é parte do sistema e pode ser observado. Dessa forma, esse é um trabalho crítico, que se submete ele mesmo, à observação; que se submete à crítica. Essa consciência permite ver as artificialidades que a sociedade moderna construiu para si mesma para operar. Elucidar e descrever essa artificialidade possibilita ver as possibilidades ainda inexploradas. O horizonte da modernidade, deste modo, manifesta-se, como possibilidade do diverso, como as possibilidades do que ainda não foi explorado, possibilidades de um futuro diferente. Isso não é otimismo, mas apenas a certeza de que o possível supera em grande medida o real.¹⁰⁵

A sociedade moderna, apesar do caráter e estrutura de um sistema universal de produção de sentido, produz igualmente, por si própria, a indeterminação que ela busca evitar. E, na busca das possibilidades de autorregulação destas indeterminações, estabiliza seus valores e fixa suas constantes de normalidade. Procura, assim, controlar as indeterminações. De fato,

¹⁰³ DE GIORGI, Raffaele. O risco na sociedade contemporânea. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo v. 9, n. 1, p. 37-49, mar/jun. 2008. p. 40.

¹⁰⁴ DE GIORGI, Raffaele. O risco na sociedade contemporânea. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo v. 9, n. 1, p. 37-49, mar/jun. 2008. p. 44.

¹⁰⁵ DE GIORGI, Raffaele. **Direito, Democracia e Risco vínculos com o futuro**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998. p. 17.

não se pode ter confiança na normalidade. Se, numa primeira observação, a normalidade parece constituída de determinações, ou seja, acontecimentos que ocorrem com certa regularidade e que permitem fazer previsões do agir ou cálculos de natureza racional, numa observação mais profunda, a normalidade parece constituída de constelações de indeterminações. A sociedade moderna se caracteriza pela sua grande capacidade de controlar as indeterminações. Mas, sobretudo, de produzi-las. Nesse sentido, o risco é uma modalidade de relação com o futuro: é uma forma de determinação das indeterminações segundo a diferença probabilidade/improbabilidade.¹⁰⁶

O risco, dessarte, é modalidade de construção do futuro. Já que a perspectiva de risco torna plausíveis pontos de vista diferentes da racionalidade, na condição de que estes sejam capazes de rever os próprios pressupostos operativos e na condição de que haja tempo para efetuar esta revisão, essa perspectiva é típica da sociedade moderna.¹⁰⁷

Nesse sentido, é necessário observar a sociedade contemporânea como um sistema resultado da sua própria evolução, isto é, um sistema resultado de si mesmo, das operações que ele mesmo possibilita em seu interior.¹⁰⁸ Todos os sistemas sociais — e também os sistemas psíquicos — se expõem a operações arriscadas¹⁰⁹. Importa, assim, observar e aceitar que na democracia moderna existem riscos estruturais inerentes que consistem em manter alta a complexidade social, em deixar aberto o horizonte das alternativas de escolha¹¹⁰, e o horizonte das diferenças.

A partir do esclarecimento destes conceitos, podemos refletir sobre a distorção que os teóricos neoliberais realizaram, ao articular discursos para a manutenção de suas próprias (ir)racionalidades.

3.2 Gestão de riscos ou implementação de perigos?

No capítulo anterior foi abordada a ênfase que os teóricos neoliberais conferiam ao “risco” e à capacidade do indivíduo se autogerir e autorregular, suportando as “indeterminações

¹⁰⁶ DE GIORGI, Raffaele. **Direito, Democracia e Risco vínculos com o futuro**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998. p. 189;191;197.

¹⁰⁷ DE GIORGI, Raffaele. **O risco na sociedade contemporânea**. Sequência n. 28, jun. 1994. p. 53.

¹⁰⁸ DE GIORGI, Raffaele. **Direito, Democracia e Risco vínculos com o futuro**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998. p. 36.

¹⁰⁹ DE GIORGI, Raffaele. O risco na sociedade contemporânea. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo v. 9, n. 1, p. 37-49, mar/jun. 2008. p. 45.

¹¹⁰ DE GIORGI, Raffaele. **Direito, Democracia e Risco vínculos com o futuro**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998. p. 45.

de existir”, cuja única segurança poderia se dar nas atividades mediadas pelo mercado. Isso implica que quaisquer “ajudas” perturbariam o “desenvolvimento moral” dos indivíduos que prefeririam o ócio à atividade, além de tornarem muito oneroso os “gastos públicos”, motivo pelo qual o Estado deveria atuar tão somente para assegurar a ordem econômica estabelecida. Contudo, os próximos tópicos cuidarão de mostrar as falácias deste discurso.

Como De Giorgi dispõe, o risco não é algo real, é uma possibilidade, mas um perigo é um dano que verificado não pode ser evitado. A retórica da “autogestão dos riscos” oculta do indivíduo atomizado, chamado a se comportar como uma pequena empresa, que ao dispersar sua força enquanto classe (trabalhadora), precisa se curvar diante das condições de trabalho e de vida disponíveis. E, tendo em vista que o capital se organiza de modo a alcançar a mais valia, a tendência é cada vez mais diminuir “gastos” e aumentar os lucros. Dentre as iniciativas que incluem diminuir “gastos”, estão a compressão de salários, oposição e supressão de políticas redistributivas, direitos adquiridos que impunham ônus às empregadoras, além de medidas públicas de saúde e educação que poderiam aumentar “custos” e prejudicar o mercado. Assim, diante de tais circunstâncias, o poder de “autogestão” dos indivíduos se restringe a aceitar o que estiver sendo oferecido. Observando tal situação, percebe-se que a propaganda de “autogestão de riscos” tem por objetivo disfarçar a implementação de perigos, ou seja, deixar os indivíduos suscetíveis às condições de trabalho difíceis e às desigualdades gritantes, tendo em vista a desarticulação das forças que poderiam abrandá-las (como organização sindical, mobilização de políticas sociais vistas como “gastos” em saúde, educação e outras políticas redistributivas). O perigo se caracteriza porque o dano é inevitável aos mais frágeis nesse sistema ideológico, neste paradigma neoliberal. Todavia, o discurso de “autogestão de riscos” e corte de “gastos” não serve para as grandes empresas que, com auxílios em forma de investimento e suporte por parte do Estado, socializa os prejuízos enquanto privatiza os lucros.

Nesse sentido, os próximos tópicos apresentarão os fatos que esclarecem como o neoliberalismo caracteriza um perigo na sociedade do risco. Para tanto, procurar-se-á expor a artificial (e falsa) segurança do mercado, o aproveitamento do sofrimento da população como motor para a produção capitalista bem como a concentração e encriptação do poder nas mãos de poucos, favorecendo a exploração de muitos. Além disso, serão apresentados os argumentos e fatos históricos que comprovam como o neoliberalismo consiste em um conjunto dogmático e ideológico, uma racionalidade que imprime um tipo de subjetivação em todas as áreas da vida. Ele opera no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição. Será esclarecido como no paradigma neoliberal há um incentivo para que os indivíduos se comportem como empresas e ao mesmo tempo como produtos, procura, assim, fazer com que

os homens se orientem pelo princípio da concorrência. E, ao final, se questionará sobre a existência de possibilidades ao paradigma vigente.

3.2.1 Livre-mercado, “corte de gastos” e outras falsas promessas

“*Growth is a rising tide lifts all boats*”.¹¹¹ Essa frase descreve a justificativa sob o qual muitos dos efeitos devastadores do neoliberalismo são suportados até hoje com resignação. Essa frase também demonstra o pensamento de Kuznets¹¹² que postulou uma hipótese conhecida como U-Invertido, ou “curva de Kuznets”, em que a desigualdade de renda, depois de atingir um pico máximo, naturalmente, sem intervenção política, se estabilizaria na medida em que a economia se desenvolve. Na verdade, apenas “grandes barcos” podem navegar nesse mar cheio de destroços de madeira das pequenas embarcações e os ossos de seus tripulantes. A frase inicial que faz crer no benefício geral que será alcançado em algum ponto, não passa de uma falácia diante da realidade dos fatos, conforme afirma Piketty¹¹³, “não há motivo algum para acreditar que o crescimento econômico tende a se equilibrar de forma automática” porque de fato isso não acontece.

Foi prometido pelas elites, tanto nos países pobres como nos ricos, que as políticas neoliberais levariam a um crescimento econômico mais rápido e que os benefícios seriam repartidos para todos, inclusive aos mais pobres, melhorando assim a situação geral. E para alcançar esse patamar, os trabalhadores precisavam aceitar salários mais baixos e todos os cidadãos teriam de aceitar cortes em importantes programas governamentais. Essas promessas se diziam baseadas em “estudos de evidências”, mas, depois de 40 anos, os números mostram o contrário: o crescimento desacelerou e os frutos desse “crescimento” foram esmagadoramente pouco e para poucos.¹¹⁴ E um dos principais fatores para este fracasso econômico é que os mercados desregulados muitas vezes levam à exploração e à ineficiência. Os benefícios são alcançados (por poucos), mas não produzindo produtos melhores a preços melhores, e sim tirando vantagem de outros, como se vê com os bancos. Além disso, se subestima a necessidade de ação coletiva. Muitos dos sucessos da pesquisa básica em ciência e tecnologia

¹¹¹ “O crescimento é como a maré alta: levanta todos os barcos”

¹¹² Ver Simon Kuznets, 1955 e 1973.

¹¹³ PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 23.

¹¹⁴ STIGLITZ, Joseph E. O fim do neoliberalismo e o renascimento da história. **Project Syndicate**, Nova York, 04, nov. 2019. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/end-of-neoliberalism-unfettered-markets-fail-by-joseph-e-stiglitz-2019-11/portuguese?barrier=accesspaylog>. Acesso em: 07 dez. 2020.

são financiados pelo governo e no caso dos cortes de fundos (ou “corte de gastos”) tem o efeito de diminuir o crescimento.¹¹⁵

A despeito do que os neoliberais sustentaram, mais ideologicamente que cientificamente, a longo prazo o que realmente impede o desenvolvimento e crescimento é o aumento das desigualdades, o fato de que os que estão abaixo têm cada vez menos oportunidades e recursos enquanto os do topo podem agir sem restrições.¹¹⁶

Os defensores do neoliberalismo prometiam que as “reformas” ou “ajustes estruturais” neoliberais inaugurariam uma era de crescimento econômico sem precedentes, progresso tecnológico, aumento dos padrões de vida e prosperidade material. Na verdade, a economia mundial desacelerou até a estagnação na era neoliberal. A taxa média de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) mundial diminuiu de 4,9 por cento entre 1950 e 1973, para 3,0 por cento entre 1973 e 1992, e para 2,7 por cento entre 1990 e 2001. Entre 1980 e 1998, metade de todos os “países em desenvolvimento” (incluindo o as chamadas economias de transição) sofreram com a queda do PIB real *per capita*. Sob o neoliberalismo, a desigualdade global atingiu níveis sem precedentes e os trabalhadores, em muitas partes do mundo, sofreram de absoluta pauperização. O investimento privado em face do excesso de capacidade global estagna, e o capital privado se transforma em especulação em instrumentos financeiros. Como resultado da liberalização financeira, os fluxos de capital especulativo transfronteiriço cresceram muito, aumentando o perigo de fuga de capitais e de crise financeira. Contra esses perigos, alguns bancos centrais são forçados a manter altas taxas de juros, na verdade pagando um prêmio de risco ao capital financeiro global.¹¹⁷

Ocorre que, ao implementar essas altas taxas de juros para combater os perigos da fuga de capitais, o resultado é a asfixia da economia e orçamento. O dinheiro que poderia ser utilizado para crescimento, para combater desigualdades, para resolver problemas, é desviado para as mãos de poucos indivíduos. As elevadas taxas de juros, sobretudo no Brasil, deixam as empresas do país em desvantagem competitiva, e assim prejudicam seu efetivo desenvolvimento e crescimento econômico. A carga tributária é altíssima por conta das altíssimas taxas de juros que são cobradas pelo setor privado. Mas, são impostos que são

¹¹⁵ STIGLITZ, Joseph E. Trump es el reaganismo con esteroides. **La Vanguardia**, Barcelona, 6 fev. 2020. Disponível em: <https://www.lavanguardia.com/cultura/20200206/473305139856/trump-es-el-reaganismo-con-esteroides.html>. Acesso em: 07 dez. 2020.

¹¹⁶ STIGLITZ, Joseph E. La disuguaglianza frena la crescita. **La Repubblica**. 7 nov. 2019. Disponível em: https://rep.repubblica.it/pwa/intervista/2019/11/07/news/capitalismo_che_fare_intervista_a_joseph_stiglitz-240426397/. Acesso em: 7 dez. 2020.

¹¹⁷ LI, Minqi. After neoliberalism: empire, social democracy, or socialism? **Monthly Review**, v. 55, n. 8, p. 21-36, jan. 2004. p. 22-23. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2004/01/01/after-neoliberalism-empire-social-democracy-or-socialism/>. Acesso em: 7 dez. 2020.

suportados principalmente por quem trabalha para viver, classe baixa e média, e impostos que não são destinados para fins públicos, e sim para bancos. Somado a isso, as políticas de austeridades severas e o imediatismo do mercado financeiro em lucrar, principalmente de forma especulativa, têm-se como consequências profundas depressões econômicas e índices estrondosos de desigualdade.¹¹⁸

A desigualdade, por sua vez consistia, e ainda consiste, em um valor positivo para os neoliberais, os quais utilizaram muitos recursos propagandistas para inculcar nas massas essa valoração igualmente positiva, independentemente do quão negativo fossem os efeitos que as mesmas teriam de suportar. Efeitos que de fato suportaram, na esperança da promessa de melhoria e crescimento a longo prazo, na esperança de que os “cortes de gastos” e o “livre-mercado” em algum momento seriam benéficos para todos, incluindo os pobres. Todas essas promessas, todavia, se mostraram falsas.

Após as crises econômicas, ficou muito claro que os livres mercados por si só não são eficientes e estáveis, tampouco o são exatamente livres, tendo em vista que com as mudanças de regras e funcionamento favoreceram a formação de oligopólios e a concentração do poder (tanto econômico como político), nas mãos de poucos¹¹⁹. O neoliberalismo consiste, como explica Lévy e Duménil¹²⁰, em um golpe político cujo objetivo era a restauração de privilégios perdidos após a Grande Depressão e Segunda Guerra Mundial por conta do compromisso *keynesiano*. No período do *keynesianismo* por sua vez, o poder e os privilégios da classe capitalista se encontraram consideravelmente reduzidos, ainda que não totalmente apagados; o crescimento, emprego e progresso técnico aumentavam, e uma fração substancial dos lucros permanecia nas empresas e era investida produtivamente. A renda das instituições financeiras era tipicamente baixa, diferentemente da atualidade cuja hegemonia financeira revela a alta remuneração do capital, principalmente especulativo.

A hegemonia neoliberal se deu ao promover quatro modificações nas estruturas e na atuação política:

¹¹⁸ STIGLITZ, Joseph E. Uma visão realista sobre a crise [Entrevista cedida a Paulo M. Leite e Florestan Fernandes Jr.]. **TV Brasil**, nov. 2015. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/espacopublico/episodio/espacopublico-entrevista-nobel-joseph-stiglitz>. Acesso em: 11 dez. 2020.

¹¹⁹ Nesse sentido, Chomsky explica que: “Alguns economistas descreveram, de maneira bastante plausível, o sistema mundial como um “mercantilismo de corporações”, muito distante, portanto, do ideal do livre comércio. A OCDE concluiu que são a “competição oligopolística e a interação estratégica entre firmas e governos, e não a mão invisível das forças do mercado, que condicionam as atuais vantagens competitivas e a divisão internacional do trabalho nas indústrias de alta tecnologia”, adotando assim, implicitamente, uma visão similar.” (CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e ordem global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 62.

¹²⁰ DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo - neoimperialismo. **Revista Economia e Sociedade**, v. 16, n. 1, p. 1-19, 2007. p. 2-3.

a mercantilização de direitos e prerrogativas sociais, que passaram a ser percebidos como bens e serviços, portanto, analisados sob a ótica do mercado; um processo de culpabilização e satanização do Estado, que passou a ser responsabilizado pela ineficiência e retrocesso, enquanto o mercado era exaltado como o lócus das atividades benéficas; uma nova sensibilidade e mentalidade social (a manufatura do consenso na visão de CHOMSKY, 2002) que aponta o capitalismo e seu modo de vida como único horizonte histórico possível e o consumismo como a medida do bem-estar e da existência humana; convencimento de amplos setores de que não existem alternativas viáveis ao capitalismo, impondo um programa e naturalizando as desigualdades e outras consequências da expansão imperialista.¹²¹

O neoliberalismo se apresenta, ideológica e dogmaticamente, como única opção econômica e como único modelo de vida. Os indivíduos idealmente plásticos devem se adaptar e readequar permanentemente, interiorizando o modelo de empresa, de forma a mercantilizar as relações que vive e as decisões que toma. Os perigos devem ser assumidos pelos mais pobres sem qualquer auxílio do Estado, porque qualquer mecanismo de solidariedade indica uma ingerência desnecessária e prejudicial à autorrealização humana, e ao progresso social. Somente as grandes empresas merecem assistência e subsídio estatal, pois precisam de alguém que assegure suas atividades perigosas e são grandes demais para quebrar. É apenas pelos mercados “livres” que as pessoas, são verdadeiramente realizadas, onde elas podem se beneficiar de comprar o seu bem-estar e sua felicidade.

Em contrapartida, os mercados livres nunca existiram verdadeiramente, pelo contrário, nos Estados Unidos, por exemplo, desde o princípio de sua história até os anos Reagan, estabeleceram padrões de proteção e intervenção estatal em sua economia. Outro exemplo é a Grã-Bretanha que apenas levantaram a bandeira do livre comércio após 150 (cento e cinquenta) anos de proteção comercial que os levaram a vantagens substanciais, em que por meio da força impediram o desenvolvimento industrial no Egito e na Índia, agindo muito conscientemente para minar uma potencial concorrência. As antigas colônias inglesas, principalmente após a revolução norte-americana, seguiram seus próprios caminhos no sentido de incentivar e manter extensiva proteção e subsídios para sua própria revolução industrial, primeiro em máquinas e tecidos, depois aço e manufatura, e assim por diante, até os dias atuais: computadores, tecnologia e eletrônica em geral, produtos farmacêuticos, indústria aeronáutica, metalurgia, agricultura; ou seja, praticamente todo setor operativo da economia. O Primeiro e o Terceiro Mundo de hoje já foram muito semelhantes durante o século XVIII. E, uma das razões para as

¹²¹ SILVA, Marcos A.; JOHNSON, Guillermo A. Neoliberalismo e Cultura Política na América Latina: uma crítica à visão liberal de Estado, Democracia e Sociedade Civil. **REBELA: Revista de Estudos Latino-Americanos**, v. 1, n. 2, p. 234-251, 2011. p. 239.

colossais diferenças surgidas desde então reside no fato de que os dominantes não aceitaram a disciplina do mercado, mas a impuseram e impõem à força nas suas dependências¹²². Diante da evidente falácia, sobre o mercado livre desaguar no desenvolvimento, cabe lembrar que, como afirmou Casanova¹²³, “algumas mentiras são contadas não para que se acredite nelas, mas para que sejam obedecidas”.¹²⁴

O custo é muito alto pela escolha de não fazer nada e seguir o dogmatismo neoliberal, não apenas em termos de sofrimento humano, como também termos de desempenho econômico de médio e longo prazo, além da estabilidade democrática. Conforme diversos estudos elaborados pela CEPAL, em 1960 51% das pessoas viviam abaixo da pobreza na América Latina, que era equivalente a cerca de 110 milhões de pessoas. No ano de 1970 esta proporção caiu significativamente para 40%. Na década de 1970, a tendência positiva estagna, registrando ligeiro aumento até atingir 41% em 1980. Após a eclosão da crise da dívida e a implementação de políticas de ajuste e estabilização, a regressão social ganha mais força: a proporção de pobres salta para 43% em 1986 e 46% em 1990, ou seja, 196 milhões de latino-americanos.¹²⁵ Nações que investiram consistentemente em capital humano levaram à redução da pobreza e à construção de sociedades mais justas. Para sobreviver é necessário que um grau mínimo de justiça distributiva prevaleça na sociedade: mas os países, latino-americanos principalmente,

¹²² “A partir da Segunda Guerra Mundial, o sistema do Pentágono - incluindo a Nasa e o Departamento de Energia tem sido usado como mecanismo ótimo para canalizar subsídios públicos para os setores avançados da indústria, uma das razões pelas quais ele continua a existir com poucas mudanças depois do pretenso desaparecimento do orçamento. O atual orçamento do Pentágono é mais elevado em valor real do que na administração Nixon, não ficando muito abaixo da sua média durante a Guerra Fria, e provavelmente irá aumentar sob a influência das políticas dos estadistas reacionários, erroneamente chamados de “conservadores”. Como de hábito, boa parte disso funciona como uma forma de política industrial, um subsídio do contribuinte fiscal para o lucro e o poder privados.” (CHOMSKY, N. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In: GENTILLI, P. (org.) **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 7-46. p. 23-25.

¹²³ CASANOVA, Pablo G. O imperialismo, hoje. **Revista Tempo**, v. 9, n. 18, p. 65-75, 2005. p. 69.

¹²⁴ O “contrato com a América” de Gingrich exemplifica claramente a ideologia do “livre mercado”, de dois lados: proteção estatal e subsídio público para os ricos; disciplina de mercado para os pobres. Insta a “cortar os gastos sociais” e os pagamentos do sistema de saúde para pobres e pessoas idosas, negando ajuda para crianças e fazendo cortes nos programas de assistência social - para os pobres. Também defende o incremento da assistência aos ricos, seguindo o caminho clássico: medidas fiscais regressivas e subsídios diretos. Na primeira categoria estão incluídas maiores franquias fiscais para empresas e ricos, redução de impostos sobre ganhos de capital, etc. Na segunda categoria entram subsídios dos contribuintes fiscais para investimentos em instalações e equipamentos, regras mais favoráveis para a depreciação, o desmonte do aparato regulador que apenas protege a população e as gerações futuras, e “fortalecendo a nossa defesa nacional para podermos “manter (melhor) a nossa credibilidade perante o mundo” - de maneira que quem tiver ideias estranhas, como sacerdotes e organizadores de camponeses na América Latina, vai entender cito: “O que nós dizemos é para ser feito”. (CHOMSKY, N. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In: GENTILLI, P. (org.) **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 7-46. p. 30-31.

¹²⁵ BORON, Atílio. La sociedad civil después del diluvio neoliberal. In: **La trama del Neoliberalismo**. Mercado, Crisis y exclusión social. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003. p. 1-26. p. 8-9.

não só se encontram abaixo desse limiar, mas também, ao adotar o paradigma neoliberal, caminham na direção oposta. Contudo, essa é uma das características da ação neoliberal:

dar vazão à difusão de visões ideológicas distorcidas da realidade ou da história. Todos os males econômicos e sociais, caso do México, se atribuem a erros dos governos anteriores à reforma neoliberal, ainda que os contradiga a comparação das taxas de crescimento ou de emprego e a debilitação de múltiplas instituições de proteção social. A eficiência do mercado e das privatizações são artigos de fé, ainda que o negue a queda geral da produtividade, a crise e resgates bancários, ou os fracassos das privatizações. Acusa-se a PEMEX e seu sindicato, pelo fato de haverem criado um centro de ineficiência e corrupção — sendo por essas razões privatizável —, apesar de que o refutem suas enormes utilidades antes de impostos e a transferência íntegra das rendas petroleiras para que o fisco faça do México, não um país de energia barata, mas sim um país de baixos impostos. A retórica da eficiência do mercado continua mascarando a ganância de poder por parte do conservadorismo universal, somado ao vernáculo.¹²⁶

A despeito das repetidas verificações que o mercado desregulado apenas agrava os problemas de pobreza, criminalidade, desemprego e desigualdade social, os teóricos neoliberais argumentam que o Estado está falido e não possui os recursos necessários para financiar uma política social agressiva direcionada a, no mínimo, neutralizar a massa de empobrecidos pela aplicação de políticas neoliberais. O Estado, na maioria dos países da América Latina está em crise, no entanto, o que é cuidadosamente escondido é como a deplorável situação das contas fiscais não se origina nos gastos excessivos, mas na incapacidade dos governos de expandir suas receitas por meio de impostos que tributem as rendas do capital. Tal atitude favorece poucos indivíduos, e como afirma Anthony Atkinson: “pobreza maior tende a andar ao lado de estratos superiores mais concentrados”¹²⁷. A realidade é que diferente do que pregam alguns defensores obstinados do neoliberalismo, o “tamanho” do Estado na América Latina, medido pela proporção dos gastos públicos sobre o PIB é substancialmente inferior ao dos países industrializados. Logo, o discurso neoliberal postula que crise acontece porque gastamos mais do que deveríamos, mas esconde o fato de que, em relação ao PIB, países como Argentina, Brasil, Chile e México gastam muito menos do que França, Alemanha, Canadá, Estados Unidos e muitos outros gigantes da economia mundial. Mais da metade das economias mais industrializadas em 1985 alocou mais de 50% de seu produto bruto para gastos públicos. Na América Latina, obedecendo às determinações neoliberais, o ajuste fiscal reduziu os gastos públicos para canalizar recursos a fim de pagar a dívida e controlar a inflação. No final dos anos 1980, gastos públicos como porcentagem do PIB era de 32,8% na Argentina, 31,2% no Brasil,

¹²⁶ IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. *Revista de Economia Política*, v. 31, n. 2, ano 122, p. 238-248, abr-jun, 2011. p. 246-247.

¹²⁷ ATKINSON, Anthony B. *Desigualdade: o que pode ser feito*. São Paulo: LeYa, 2015. p. 49.

36,4% no Chile, 31,1% no México e 27,0% na Venezuela, sendo estes cortes nos “gastos sociais” os mais significativos. Um estudo do Banco Mundial revela que os países com “baixa renda” têm uma proporção de gastos públicos em relação ao PIB de 23%, enquanto as chamadas “economias de mercado industrial” situam-se em 40,0%. Na América Latina os gastos públicos da Guatemala, Peru e Paraguai são 11,8%, 13,6% e 14,6% dos respectivos produtos brutos. As coisas são muito diferentes de como os tecnocratas do Consenso de Washington as pintam.¹²⁸

Cabe ressaltar que os países mais desenvolvidos são aqueles que implementam políticas industriais, regulam cuidadosamente o investimento e os fluxos da economia estrangeira, acentuam o controle nacional sobre os recursos estratégicos (energéticos, por exemplo), e sobretudo, fortalecem as instituições de segurança social e participação cidadã nas decisões coletivas. Em síntese, aqueles que se afastam da dogmática neoliberal. A aceitação do paradigma neoliberal tem produzido a queda no ritmo de desenvolvimento e a desindustrialização e reversão dos processos de inclusão dos marginalizados, que ainda representam grande parte da população.¹²⁹ Além disso:

A “liberalização da economia”, o desregulamento do setor financeiro, a privatização e desnacionalização de riquezas e serviços públicos como estradas de ferro, eletricidade, telefonia, correios, água potável, escolas, hospitais... todas essas medidas de privatização, desnacionalização, integração e globalização coincidiram com uma nova política de cortes do gasto público para equilibrar o orçamento e para dedicar ao pagamento do serviço da dívida o que antes se destinava à saúde, educação e desenvolvimento, com o que se reduziu a renda direta de boa parte da população, especialmente dos assalariados. A redução de salários aumentou com uma política de dessindicalização dos trabalhadores, de descentralização dos grandes sindicatos e uniões e de eliminação de jure ou de facto dos direitos que haviam conquistado em lutas centenárias; a política de contenção salarial foi combinada com a de inflação e hiperinflação incontíveis, que se acentuaram com as desvalorizações e com um crescente desemprego devido às falências e suspensões em massa. Os ajustes estruturais afetaram de maneira crescentemente inequitativa [sic] a carga fiscal, as taxas de juros nos créditos a pequenos proprietários, o custo de bens e serviços nos bairros marginalizados, e deram pé a medidas legislativas que levaram à privatização de florestas, terras e águas comuns que antes eram dos camponeses pobres, os quais se tornaram paupérrimos. Lance Taylor comprovou que, em 50 países do Terceiro Mundo estudados por ele, **nem a maior abertura do mercado nem a “orientação para fora” da economia estão associadas a um maior crescimento**. Por sua vez, Amadeo e Banuri fizeram ver que “o argumento da liberalização” defende o uso de políticas trabalhistas “apertadas” ou “de baixo salário” e que também pressiona por

¹²⁸ BORON, Atílio. La sociedad civil después del diluvio neoliberal. In: **La trama del Neoliberalismo**. Mercado, Crisis y exclusión social. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003. p. 1-26. p. 8-9.

¹²⁹ IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 2, ano 122, p. 238-248, abr-jun, 2011. p. -247.

sindicatos “desvantajosos” como os que existem no leste da Ásia.¹³⁰ (grifei)

Ao modificar a ordem social no interior dos países, principalmente os mais pobres, o neoliberalismo suprimiu o protecionismo da política industrial e de outras formas de intervencionismo estatal, somada à abertura de fronteiras e às privatizações, modificou drasticamente a distribuição de oportunidades de progresso e a própria estratificação social. As exportações passaram ser a estratégia do crescimento interno, as metas de geração de emprego derem lugar à estabilidade dos preços e orçamentos; o Estado cedeu o comando ao mercado para fixar a direção e os resultados do manejo socioeconômico. Na América Latina, além das elevadas taxas de juros, alta remuneração do capital, o insuficiente ativismo exportador conduz ao retorno da majoritária venda de itens primários — produtos agropecuários, minerais, energéticos, máquinas simples —, enquanto se tem o enfraquecimento da competitividade, na colocação de manufaturas ou serviços, onde se encontra um avanço tecnológico de caráter mundial.¹³¹

Esses efeitos não são decorrentes das leis da natureza, ou do funcionamento “autorregulado” do livre-mercado, mas sim de políticas conscientemente elaboradas com um objetivo específico: o enriquecimento dos “Fortune 500” (os 500 mais ricos mencionados pela revista Fortune)¹³² à custa da maior parte, ou praticamente toda, população. E mesmo diante das crises decorrentes da adoção do paradigma neoliberal, este, apesar de falido, não deixa de se alimentar das crises. Na verdade, tais crises tornam-se a causa para explicar o recrudescimento de cortes em políticas sociais (de educação, saúde, trabalho, previdência social), jogando uma cortina de fumaça sobre suas causas reais, além da perpetuação da concentração de riqueza e extrema desigualdade, bem como acelerando o processo iminente de catástrofe ecológica.¹³³

Entender o neoliberalismo como um perigo na sociedade do risco significa observar como a adoção desse paradigma econômico, social e político, condena a população em geral, excetuando o 1% do topo, à extrema desigualdade, baixo desenvolvimento, às condições indignas de vida e a permanente desumanização resultante da fome antropofágica pelo lucro (a

¹³⁰ CASANOVA, Pablo G. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In: GENTILLI, P. (org.) **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 46-62. p. 55-56.

¹³¹ IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 2, ano 122, p. 238-248, abr-jun, 2011. p. 240-242.

¹³² CHOMSKY, N. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In: GENTILLI, P. (org.) **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 7-46. p. 41.

¹³³ SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Almedina, 2020. p. 5-6.

qualquer custo). Quando o lucro está em primeiro lugar então vale tudo para ter lucro¹³⁴, vale pagar subsalários, vale oferecer condições indignas, vale o aumento do desemprego e as desorganizações disso decorrentes (criminalidade, por exemplo), vale destruir o meio ambiente, vale dizimar as pessoas por omissões deliberadas, por “cortes de gastos” em educação, saúde, previdência social, etc. Literalmente vale tudo, inclusive se utilizar de meios autoritários para fazer com que os “ajustes” sejam feitos. E é sobre esse aspecto antidemocrático opressor que o próximo tópico tratará.

3.2.2 O sequestro da democracia

O neoliberalismo consiste em uma iniciativa intelectual e política por um grupo de pessoas para renovar o liberalismo através da criação de instituições globais, os mercados, os fluxos de capital internacional e o comércio internacional. E criar, dessa forma, um porto seguro para o capital global e um porto seguro contra a democracia. Isso porque a democracia é vista como um poder subversivo que poderia atrapalhar os mercados. Além disso, desde o pós-guerra, o *Estado de Bem Estar Social* estava se tornando mais forte, com muitas medidas que propiciavam alguma proteção aos menos favorecidos, algo prejudicial à “concorrência”, pois para que a concorrência funcione precisa de certo (alto) grau de desigualdade. Somado a isso, no pós-guerra o processo de descolonização se estendeu a vários países, ex-colônias, que estavam ficando independentes como Estados, e, portanto, inspiravam-se no bem estar social e da social-democracia para construir seus Estados nos mesmos moldes de proteção social e de medidas que aumentavam a igualdade. Depois desses movimentos surgia o medo, por parte dos países colonizadores, que suas ex-colônias pudessem entrar na competição e impedissem o funcionamento dos mercados, afinal de contas afetaria seu poder imperialista.

Com o termo “imperialismo”, referimos-nos à capacidade dos países mais avançados de extrair lucros do resto do mundo. Também está em jogo aqui a estrutura da acumulação, já que países imperialistas exportam seus capitais; mas também podemos observar que outros países investem seus capitais nos países do Centro. Trata-se diretamente de violência nesse processo de domínio. A violência econômica simples toma a forma da abertura das fronteiras comerciais e financeiras entre países de níveis de desenvolvimento muito diferentes, com conseqüências desastrosas para muitos países menos avançados cuja mão-de-obra fica comparativamente cara; a dívida dos países menos desenvolvidos, no contexto de taxas de juros reais, até recentemente, elevadas, é uma manifestação de tais estruturas de exploração. A esse respeito, o imperialismo tem que ser compreendido como um amplo conjunto de práticas econômicas, políticas, culturais, etc., e não pode ser reduzido a nenhum dos seus

¹³⁴ UM NOVO Capitalismo. Direção de Henry Grazinoli. São Paulo: Netflix Brasil, 2017. Documentário (75 min.).

componentes isolados.¹³⁵

Diante de tais circunstâncias, era preciso criar instituições globais que garantissem o funcionamento do mercado, sem que fossem atingidos pela soberania local, política de cada um desses Estados, controlando em alguma medida a ameaça das reivindicações sociais que estejam em desacordo com os interesses do capital. Nesse sentido, instituições como Banco Mundial e FMI passam a ser curadores e propagadores dos *think-tanks* neoliberais. Por isso, o neoliberalismo foi pensado em sua gênese como um conjunto de instituições de normas e de regras para conter o poder da democracia, e, portanto, concentrar além do poder econômico o poder político também.

Existe uma contradição notória de princípios entre neoliberalismo e democracia. E não por acaso que a primeira e exemplar implementação (de choque) do neoliberalismo foi a partir de um golpe democrático e a instituição autoritária pela ditadura de Pinochet no Chile em 1973.

O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra. Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. Nesse sentido, Friedman e Hayek podiam olhar com admiração a experiência chilena, sem nenhuma inconsistência, a intelectual ou compromisso de seus princípios.¹³⁶

Mesmo quando a democracia latino-americana logrou êxito ao desterrar o autoritarismo, a mesma não chegou com a bandeira da igualdade, mas marcou o triunfo de elites nacionais excludentes, aliadas a empresas e grupos estrangeiros. Subsiste assim a desconfiança do povo em relação às elites apenas aparentemente democráticas, mas frequentemente defensoras de privilégios inaceitáveis em desacordo com a realidade social. E isso fica claro por meio do fracasso de políticas sociais no interior de cada país, refletindo as imperfeições, perfeitamente orquestradas, dos sistemas democráticos, ao negar voz e participação efetiva de uma grande parte da população nacional que é privada de decidir sobre os fins coletivos e de exercer sua soberania.¹³⁷

Ao ser privada de decidir sobre suas próprias políticas, a população fica refém de efeitos

¹³⁵ DUMÉNIL, Gerárd; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo - neoimperialismo. **Revista Economia e Sociedade**, v. 16, n. 1, p. 1-19, 2007. p. 3.

¹³⁶ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995 p. 9-23.

¹³⁷ IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 2, ano 122, p. 238-248, abr-jun, 2011. p. 243-244.

desastrosos:

Alain DurMing escreve do World Watch Institute de Washington: “Para os pobres da África, América Latina e parte da Ásia os anos oitenta foram um tempo de cruéis derrotas...” E acrescenta: os preços das nações pobres caíram vertiginosamente e a dívida internacional canalizou uma parte crescente de sua renda em mãos dos financistas estrangeiros. **Ao mesmo tempo os pobres ganharam menos e consequentemente comeram menos; mas pagaram mais, isso sim**”. A descrição de Durning é exata, rigorosa. Baseia-se em números, em evidências inocultáveis. Em fins dos anos oitenta e princípios dos noventa, a maioria dos indicadores assinala que a pobreza aumentou dramaticamente na África Sul-saariana e na América Latina, assim como em diferentes regiões da Ásia, submergindo na miséria sobretudo os menores de quinze anos, muitos deles com danos orgânicos e cerebrais por causa da desnutrição. O exemplo mais dramático é o da África. Ali, a dívida subiu três vezes sobre o nível de 1980.¹³⁸ (grifei)

Por sua vez, para sustentar o enfraquecimento dos trabalhadores e empregados e dominar suas lutas e movimentos que lograram conquistas de direitos trabalhistas e sociais, além do empobrecimento da população, campesina e urbana, foram (e são) promovidas e ampliadas políticas repressivas. Para compor este cenário a mídia, a serviço do capital tem servido há muito como controle social, combinada com outras formas de desorganização, desarticulação de movimentos bem como atomização dos indivíduos. Essa dominação, habilmente articulada do novo Estado conta com poder do mercado e dos oligopólios quando estes têm satisfeitas suas demandas substantivas.¹³⁹

A democracia, principalmente na América-Latina, como explica Boron, tem como preocupação central o fortalecimento e funcionamento do modo capitalista de produção, e não propriamente do regime democrático. Assim, o empreendimento para estabelecer a democracia se restringe à criação e institucionalização de uma ordem política, isto é, um sistema de regras do jogo que se abstrai de seus conteúdos éticos e da natureza profunda dos antagonismos sociais e que só levanta problemas de governança e eficiência administrativa. A concretização histórica da democracia, tanto em seu núcleo mais desenvolvido quanto na periferia do capitalismo, está conectada a uma estrutura de dominação de classe que impõe limites rígidos às potencialidades representativas e, em grau ainda maior, as possibilidades de autogoverno da sociedade civil. Nesse sentido, a democratização do capitalismo não é suficiente para as estruturas arraigadas de domínio sobre as quais repousa e falar em democracia quer dizer frequentemente

¹³⁸ CASANOVA, Pablo G. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In: GENTILLI, P. (org.) **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p.46-62. p. 53.

¹³⁹ CASANOVA, Pablo G. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In: GENTILLI, P. (org.) **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 46-62. p. 59.

“capitalismos democráticos”, onde o substantivo é capitalismo e o adjetivo democrático.¹⁴⁰

Indiscutível que, pressionados pelas lutas populares, os capitalismos democráticos tiveram de ceder a uma série de reformas que beneficiavam as classes populares. Todavia, esses desenvolvimentos encontraram os limites inflexíveis de despotismo capitalista no campo decisivo da produção. O impulso reformista parou nas portas dos bancos e das fábricas. Isso decorre da incompatibilidade entre a prevalência da sociedade capitalista e a acumulação de novos direitos e titularidades, bem como a expansão e participação da democracia que delas flui.

Não é por coincidência que as críticas ao Estado tenham começado a se intensificar quando os Estados capitalistas da América Latina iniciam uma nova etapa de democratização. Um de seus resultados foi o enfraquecimento do Estado, cada vez mais sujeito aos interesses das classes dominante e renunciando a graus importantes de soberania nacional para a superpotência imperialismo, a grande burguesia transnacionalizada e suas “instituições” guardiãs: o FMI, o Banco Mundial e o regime econômico que gira em torno da supremacia do dólar. A estratégia de dominação articulada nos diversos cenários nacionais com o das coligações hegemônicas do capital imperialista teve como facilitador o retrocesso do movimento operário em escala mundial. Esta situação acentuou a preferência do mercado em relação ao Estado, do que decorreram as ondas de desregulamentações, liberalizações, aberturas mercados indiscriminados e as privatizações pelas quais os capitalistas tornaram as empresas estatais e os serviços públicos mais lucrativos, para tão somente eles próprios. Como resultado de tudo isso, os capitalistas locais e seus parceiros metropolitanos reforçaram seu domínio econômica, reduzindo ainda mais o controle público dos recursos nacionais e facilitando ações do setor privado. É claro que para garantir seus privilégios esses grupos modificaram decisivamente a correlação de forças a seu favor entre o mercado e o Estado, condicionando assim os graus de liberdade que poderiam ter um futuro governo animado por uma vocação reformista ou transformadora. Em suma, o que se observa é uma deliberada e progressiva deslegitimação democrática pelo neoliberalismo e suas instituições, e como resultado se afasta cada vez mais de melhorar a sorte de vida da maioria da população, deixando a democracia instável, mas flexível às demandas do capital.¹⁴¹ Em outras palavras, o perigo reside, portanto,

¹⁴⁰ BORON, Atílio. La sociedad civil después del diluvio neoliberal. In: **La trama del Neoliberalismo**. Mercado, Crisis y exclusión social. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003. p. 1-26. p. 1-26.

¹⁴¹ BORON, Atílio. La sociedad civil después del diluvio neoliberal. In: **La trama del Neoliberalismo**. Mercado, Crisis y exclusión social. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003. p. 1-26. p. 6-10.

no esvaziamento progressivo de conteúdos e finalidades, em que movimentos neoliberais complexos e sistematizados se aproveitando da fragilidade nas organizações sociais “sequestram regimes (pretensamente democráticos) esvaziando-os materialmente sem excluí-los formalmente”¹⁴².

A democracia enquanto governo do povo em suas diferentes aplicações, desde a antiga forma direta grega, até a moderna representativa com suas complexas instituições, contém subjacente a ideia (e ideal) de igualdade, como princípio forte que motiva e conduz o caminhar deste sistema.¹⁴³ Escapa aos objetivos deste trabalho discutir sobre as teorias democráticas existentes, portanto para delimitar, se concentra sobre a ideia de governo do povo, e seus processos reais de concretização, que legitima, sustentam e fundamentam todo o sistema democrático. Ocorre que, sendo um governo do povo cabe se perguntar sobre qual povo governa?

A utilização da expressão “em nome do povo” ou “nome da democracia” serviu e ainda serve para legitimar medidas que deslocam o centro de poder, e divide o povo em dois: o corpo integrado de cidadãos livres e soberanos, a “Todos” em nome de quem trabalha a lei e o Estado; e o marginalizado condenado a vida nua, excluídos do exercício da política e do direito. As relações desiguais de poder são uma realidade em grande parte das relações humanas, e isso se confirma solidamente pela história de dominação de minorias. As formas de dominação variam entre a coerção e persuasão. A força se observa quando o próprio Estado, tendo por fundamento o povo, neutraliza este último, encapsulando o poder constituinte no poder constituído, além de utilizar de mecanismos de força não para assegurar os direitos, mas o Direito ou a ordem estabelecida, e no caso, a ordem hegemônica neoliberal. E aliado a isto, estão os extensos recursos propagandistas dispensados para o convencimento e modulação das pessoas ao paradigma neoliberal.¹⁴⁴

Aqueles que pretendem entender o passado e moldar o futuro devem prestar muita atenção não apenas a prática atual, mas também à estrutura ideológica que sustenta presente.¹⁴⁵

¹⁴² MARMOL, Renata R; PARREIRAS, Núbio P.M. Neoliberalismo e o sequestro da democracia. In: GONTIJO, Lucas A. *et.al* (org.) **Direito, Memória, Democracia e crimes de lesa humanidade**. Belo Horizonte, São Paulo: Editora D’Plácido, 2020. p. 130.

¹⁴³ MARMOL, Renata R; PARREIRAS, Núbio P.M. Neoliberalismo e o sequestro da democracia. In: GONTIJO, Lucas A. *et.al* (org.) **Direito, Memória, Democracia e crimes de lesa humanidade**. Belo Horizonte, São Paulo: Editora D’Plácido, 2020. p. 134.

¹⁴⁴ RESTREPO, Ricardo S. Cinco tesis desde el Pueblo oculto. **Oximora Revista Internacional da Ética e da Política**, n. 1, p. 10-39, outono 2012. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/oximora/article/view/5245>. Acesso em: 15 dez. 2020.

¹⁴⁵ CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e ordem global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 24.

Não é de hoje que a prática e teoria, inclusive de regimes pretensamente democráticos, procura encriptar o poder e concentrar a renda nas mãos de uma minúscula elite autoproclamada de “homens bons” e domar a “grande fera” que é a população em geral e seus anseios, como declararam os *foundings fathers*. A solução para evitar que a maioria das pessoas tomasse o poder foi conservar este poder político nas mãos dos que “provêm da riqueza da nação e a representam”, o “conjunto dos homens mais capazes”, e deixar o público em geral fragmentado e desorganizado.

Vejamos as doutrinas construídas para impor as modernas formas de democracia política. Elas foram expressas, de maneira bastante precisa, num importante manual da indústria das relações públicas, por Edward Bernays, uma de suas figuras mais importantes. Ele começa observando que “a manipulação consciente e inteligente dos hábitos e opiniões organizadas das massas é um importante componente da sociedade democrática”. Para executarem essa tarefa essencial, “as minorias informadas devem fazer uso contínuo e sistemático da propaganda” porque somente elas entendem os processos mentais e os padrões sociais das massas” e podem “manejar os cordões que controlam a opinião pública”. Por conseguinte, a nossa “sociedade consentiu em aceitar que a livre concorrência fosse organizada pela liderança e pela propaganda”, outro caso de “consentimento sem consentimento”. A propaganda proporciona à liderança um mecanismo para “moldar a opinião das massas”, de modo que estas ‘joguem as forças recém-adquiridas na direção desejada’.¹⁴⁶

O legado do neoliberalismo é uma sociedade menos integrada, um produto das desigualdades e lacunas que aprofundaram em sua política econômica. Uma sociedade que, na realidade, se tornou uma justaposição de universos sociais quase sem relação uns com os outros. Uma sociedade onde se enfraqueceu, de forma deliberada, em graus extremos a integração social, além de corroer os laços de solidariedade e as estruturas de representação coletiva de interesses populares. Assim, os sindicatos, por exemplo, perdem sua eficácia de negociação e credibilidade social por tendências monopolizadoras do capitalismo neoliberal em um ambiente onde, idealmente, ambos deveriam desenvolver suas iniciativas. O esvaziamento da política, cada vez mais transformada em um evento de “mídia de massa” em que a televisão substitui a Ágora, tanto em plataforma quanto em função, já que a mídia passa, não a discutir, mas a prescrever as determinações (do capital) a serem seguidas. Diante da aparente impotência, podem surgir, ocasionalmente, formas de resposta coletiva, não direcionadas à emancipação e anseios das classes oprimidas, mas expressões aberrantes, como racismo, xenofobia, ou fundamentalismos de diferentes tipos, em que o protesto social e movimentos de massa podem adquirir características francamente reacionárias. Em tudo isso se esvai quase que

¹⁴⁶ CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e ordem global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 30.

por completo as perspectivas de uma cidadania participativa e autogovernada e o capitalismo democrático, pelo menos na periferia, está se tornando cada vez mais problemático.¹⁴⁷

O liberalismo é intrinsecamente inconciliável com a democracia porque como expressão ideológica do capitalismo significa fundamentalmente o individualismo e o princípio da ganância como condutor da organização da vida social. Já a democracia se organiza sobre a base de justiça e igualdade. Portanto são duas instituições que vivem em choque permanente: quanto mais liberalismo existir, menos democracia vamos ter. **Estamos numa batalha muito desigual, mas como as coisas que estamos dizendo são verdade, ao fim e ao cabo a verdade aparece porque eles não podem tapar o sol com a peneira. Nosso papel é dizer a verdade e denunciar a mentira, mesmo que não tenhamos um grande aparato midiático, mas cada vez mais temos meios alternativos.** Por isso tenho confiança que vamos sair deste mal trecho em que se encontra a América Latina. Não podemos evitar que eles digam mentiras, o que nós temos que fazer é dizer a verdade.¹⁴⁸ ((grifei))

Cumprindo, pois, com o propósito de continuar a dizer a verdade, para transformar as realidades opressivas, o próximo tópico se debruçará sobre como o sofrimento infligido às pessoas é inteiramente aproveitado, e promovido, pelo neoliberalismo. Além disso, procurará refletir sobre outras forças desagregadoras cujo objetivo é fragmentar a sociedade, já que uma sociedade dividida é fácil ser dominada e vencida.

3.2.3 Forças desagregadoras: racismo, aniquilação e o sofrimento produtivo

O sofrimento enquanto experiência psíquica precisa ser regulado, precisa ser administrado, jurídica e politicamente, administrado tanto pelo Estado, quanto e fundamentalmente pelo próprio indivíduo. Essa governabilidade, o paradigma neoliberal em que se cria um *neosujeito*, está profundamente ligada ao redimensionamento da experiência do sofrimento. Em vez de uma dimensão de transformação, em vez de uma dimensão que faz a política ser repensada em suas origens, ou que faz o direito repensar a teoria dos delitos e das penas, o neoliberalismo inventa um sofrimento produtivo. Inventa um argumento de que cada empresa, e que cada indivíduo que se subjetiva como uma empresa tem que gerir o seu sofrimento de forma torna-lo mais produtivo possível, ou seja, mesmo o mais patológico, mesmo o mais desviante, mesmo aquilo que deveria nos indignar, é tornado por este sistema

¹⁴⁷ BORON, Atilio. La sociedad civil después del diluvio neoliberal. In: **La trama del Neoliberalismo**. Mercado, Crisis y exclusión social. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003. p. 1-26. p. 19-21.

¹⁴⁸ BORON, Atilio O liberalismo é inconciliável com a democracia. **Revista Jacobin Brasil**, 2019. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/portal/entrevistas/154903/2019-08-01/atilio-boron-o-liberalismo-e-inconciliav-el-com-a-democracia>. Acesso em: 22 nov. 2020.

uma espécie de motor impulsionador para aquilo que seria assim o espírito do capitalismo. Está no fulcro do neoliberalismo produzir um *neosujeito* que seja permanentemente orientado e vivido como uma empresa, e o sofrimento encarado como um elemento a ser aproveitado como produto.¹⁴⁹

Dessa forma, ao exortar os indivíduos a adotarem a racionalidade de empresa, o extremo individualismo do “cada um por si”, as práticas neoliberais procuram desgastar e destruir quaisquer laços sociais e solidários que possam resultar em uma maior coesão e organização social. Isto porque, ao atomizar os indivíduos se evita que os mesmos questionem, ou derrubem a ordem neoliberal imposta. É preciso, pois, excluir, aniquilar todas as formas de vida que sejam discordantes dos princípios de capitalismo democrático. Disso decorrem muitas das ações de racismo de Estado contra aquela “população supérflua”¹⁵⁰ que nada contribui para a geração de lucro e possui “apenas” o valor humano. População que precisa ser mantida na ignorância e na miséria além de ser controlada.

Existe, assim, a construção de uma ampla rede de dominação, inclusive cultural, em que qualquer modo de vida diferente da hegemonia capitalista neoliberal é sumaria e consistentemente, fraturado, inferiorizado e reprimido. As sociedades passam a se articular por hierarquização de raças e ideologias dentro da nação. Nesse sentido, o racismo se revela como uma técnica de poder, uma estratégia capitalista amparada, para não dizer promovida, pelos Estados Modernos.

Ao longo da modernidade política, essa fratura vai permitir que a escravidão física seja substituída pela escravidão psicológica, sem eliminar a dominação e exclusão no plano cultural. A dominação no plano cultural, por sua vez, vai permitir a expansão e aperfeiçoamento da dominação no plano econômico. Isso porque a dominação de uma classe econômica é vivificada ideologicamente por toda sociedade, por seus valores, hábitos sociais, forma de reprodução social. Trata-se da desqualificação racista do inimigo no interior dos Estados nacionalizados, da purificação das raças no interior dos Estados nacionais.¹⁵¹

Desqualificação e opressão do povo em geral, das minorias, das mulheres cuja exploração garantiu a reprodução do sistema capitalista¹⁵², dos povos nativos, que resistem face

¹⁴⁹ DUNKER, Cristian. **Neoliberalismo e sofrimento psíquico**. Publicado por TV Boitempo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uR5CXgSrrt8>. Acesso em: 31 jul.2020.

¹⁵⁰ CHOMSKY, N. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In: GENTILLI, P. (org.) **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 7-46. p. 38.

¹⁵¹ GONTIJO, Lucas A; BICALHO, Mariana F. Paradoxos da modernidade capitalista: racismo, Estado e biopoder. In: LIMA, Bárbara N.; GONTIJO, Lucas A.; BICALHO, Mariana F. (org). **Cuba-Brasil: Diálogos sobre democracia, soberania popular e direitos sociais**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.v. 2. p. 320.

¹⁵² Cf. FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa - Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

às intensas investidas do capital, e, seja defendendo contra os avanços da mineração, agropecuária ou garimpo padecem das epidemias e espingardas dos brancos, esse povo da mercadoria, que só sabe devastar e retalhar as florestas desde que chegaram¹⁵³.

O neoliberalismo, a forma como foi pensando muito além dos limites econômicos, mas como um paradigma teórico geral da ação humana¹⁵⁴, se pretendia ser uma forma de governo que manipula os interesses para se autoperpetuar. Todavia, ele não pode manipular os interesses sem ser ao mesmo tempo gestor dos perigos e dos mecanismos de segurança/liberdade, que deve garantir que os indivíduos ou a coletividade fiquem o menos possível expostos aos perigos.

podemos dizer que, afinal de contas, o lema do liberalismo é “viver perigosamente”. “Viver perigosamente” significa que os indivíduos são postos perpetuamente em situação de perigo, ou antes, são condicionados a experimentar sua situação, sua vida, seu presente, seu futuro como portadores de perigo. E é essa espécie de estímulo do perigo que vai ser, a meu ver, uma das principais implicações do liberalismo. Toda uma educação do perigo, toda uma cultura do perigo aparece de fato no século XIX, que é bem diferente daqueles grandes sonhos ou daquelas grandes ameaças do Apocalipse, como a peste, a morte, a guerra, de que se nutria a imaginação política e cosmológica da Idade Média, ainda no século XVII. Desaparecimento dos cavaleiros do Apocalipse e, inversamente, aparecimento, emergência, invasão dos perigos cotidianos, perigos cotidianos perpetuamente animados, atualizados, postos, portanto em circulação pelo que poderíamos chamar de cultura política do perigo no século XIX.¹⁵⁵

Ocorre que, diferentemente de gestor de riscos, o paradigma neoliberal consiste, pelas evidências históricas, em um verdadeiro implementador de perigos. Perigos que são inevitáveis ao escolher o referido paradigma, tais como níveis extremos de desigualdades, de pauperização, de situações indignas de trabalho, de exclusão e desumanização da vida, na encriptação de poder e concentração de renda nas mãos de poucos. Ao criar um *neossujeito*, que deve ser tratado como produto e empresa, orientado para competição entre indivíduos e autogestão dos perigos, o paradigma neoliberal produz a corrosão dos laços sociais, gera sofrimento e “convence” as pessoas que este é um “bom” sofrimento, e que deve ser aproveitado como mercadoria. Neste cenário é difícil aceitar que este seja o “fim da história” humana como afirmam os mais

¹⁵³ “Já foram demais os nossos que morreram das epidemias *xawara* espalhadas pelos brancos. Nós, que somos o que resta dos nossos maiores, queremos voltar a ser tão numerosos quanto eles foram antigamente. Não queremos mais ficar morrendo antes da idade. Queremos nos extinguir só quando tivermos nos tornado velhos de cabeça branca, já encolhidos, descarnados e cegos. Queremos que o ser da morte, que chamamos *Nomasiri*, e o da noite, *Titiri*, só nos façam desaparecer quando tiver realmente chegado a hora. Então, ficaremos felizes de morrer, pois teremos vivido bastante tempo, como acontecia com nossos antepassados, antes de encontrarem os brancos.” (KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 251.

¹⁵⁴ A praxeologia, um trabalho desenvolvido por Ludwig Von Mises, em seu livro “Ação Humana: Um tratado de Economia” publicado em 1949.

¹⁵⁵ FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 90.

obstinados neoliberais. Mas, será que é mesmo?

3.3 Adiando o fim da história e o fim do mundo¹⁵⁶

Na visão de Foucault, o neoliberalismo não é um sistema econômico, é uma racionalidade, e para Dardot e Laval um modelo de subjetivação. Algumas escolhas que não costumavam ser econômicas passam a ser guiadas por uma racionalidade econômica. O ser humano é visto como fonte de sua própria satisfação e por isso ele não deve parar de investir em si mesmo como um capital. E, a partir da abordagem de Foucault, se percebe que a hegemonia do paradigma neoliberal se deve ao fato de que ele integrou revigorou um conjunto de valores, de imaginários e utopias que não fazia parte do sistema econômico. Para disputar com o neoliberalismo é preciso disputar nesse terreno, dos valores, do imaginário e da utopia. E por mais distante que isso pareça, é preciso ter em mente que a realidade foi modificada outras vezes para atender alguns interesses, e ela pode novamente sê-lo a fim da concretização de uma sociedade mais livre, justa e solidária.¹⁵⁷ Conforme apresentado anteriormente, observa-se que o neoliberalismo precisa da desigualdade para os seus mecanismos de concorrência funcionar. Portanto, é preciso oferecer alternativas econômicas e modos de vida que não contradigam as diferenças subjetivas entre as pessoas e tampouco prejudiquem a liberdade dos indivíduos.

A alternativa ao neoliberalismo é um problema moral, político e social de urgente solução. É também o mais importante problema intelectual que se coloca às ciências sociais do nosso tempo: estas não podem propor um regresso ao passado sem converter-se em piada. A alternativa para o Estado neoliberal será uma democracia social diferente do Estado benfeitor, do populista e do socialismo real. A única coisa que sabemos é que será uma alternativa democrática que lute pelo poder da maioria e para uma economia da maioria em cada nação e em nível mundial. É esse o projeto que devemos pensar e realizar.¹⁵⁸

Para pensar em alternativas, não basta que os governantes mudem, mas é necessário construir outro tipo de racionalidade sistemática. É preciso que se transforme a sociedade, e para isso, é preciso transformar as pessoas. Da mesma forma que o projeto neoliberal se consolidou utilizando de tecnologias diversas, implementando tecnologias e políticas diversas,

¹⁵⁶ O título do tópico é uma clara alusão (e homenagem) à obra “Ideias para Adiar o fim do mundo” de Ailton Krenak.

¹⁵⁷ ROQUE, Tatiana. **O neoliberalismo para Foucault**. Publicado por Tatiana Roque. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FrphjkQ4n_8. Acesso em: 31 jul. 2020.

¹⁵⁸ CASANOVA, Pablo G. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In: GENTILLI, P. (org.) **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 46-62. p. 61.

da mesma forma é preciso se dedicar à construção de uma sociedade, de uma civilização mais solidária, mais humana, subvertendo o antigo paradigma ou ordem neoliberal, e alinhando a uma nova ordem (solidária) direcionada ao verdadeiro progresso dos povos.

Para efetuar uma verdadeira transformação da sociedade, como afirma Pepe Mujica “as ideias precisam ser sentidas”¹⁵⁹ e para serem sentidas é preciso tomar consciência das mesmas. É pela conscientização, que o indivíduo tem a possibilidade de se inserir no processo histórico, como sujeito, evitando os fanatismos e se inscrevendo na busca de sua afirmação. “Se a tomada de consciência abre o caminho à expressão das insatisfações sociais, se deve a que estas são componentes reais de uma situação de opressão”.¹⁶⁰

Os teóricos neoliberais afirmam que cabe ao indivíduo (principalmente os mais pobres) suportar os perigos e indeterminações da vida. Toda assistência e investimento social são considerados “gasto” e deve ser direcionado para incentivos fiscais e subsídios para as grandes empresas. O neoliberalismo se caracteriza em um perigo na sociedade do risco porque cria a artificial (e falsa) segurança de mercado, promove e aproveita a desigualdade e o sofrimento da população como um motor para a reprodução do sistema opressor, além de concentrar a riqueza e encriptar o poder nas mãos de poucos. Todas as promessas de crescimento econômico, progresso tecnológico e aumento do bem-estar social que se alcançaria com os “ajustes estruturais” neoliberais, se mostraram falsas. O legado do neoliberalismo é uma sociedade fragmentada, cujos laços solidários são sistematicamente atacados e corroídos para favorecer um tipo de racionalidade e subjetivação.

Não há dúvidas de que vida comporta riscos, e a tentativa de criar uma “constância” artificial é catastrófica porque “a constância é contrária à natureza, contrária à vida. As únicas pessoas completamente constantes são os mortos”¹⁶¹. Então, considerando que viver comporta risco, cabe a cada indivíduo decidir sobre quais riscos quer assumir, e quais perigos quer eliminar. A escolha está em assumir o risco de decidir (democraticamente) entre medidas que promovam maior justiça social aliado ao progresso econômico e eliminar o perigo de um neoliberalismo antropofágico, que faz do *homo homini lupus*. Para isso se faz necessário descriptografar o poder há muito concentrado na mão de poucos. É preciso que os indivíduos, enquanto sociedade, se coloquem em direção à emancipação, pois “ou a sociedade transforma

¹⁵⁹ DIÁLOGOS: O Futuro que não tem Bordas (com Noam Chomsky, Pepe Mujica e Aline Midlej) In: Festival LivMundi. 3 out. 2020. Publicado por LivMundi. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AIuNr3SU_FU. Acesso em: 13 out. 2020.

¹⁶⁰ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 15.

¹⁶¹ Aldous Huxley.

a si mesma ou não se transforma”¹⁶². E, diferentemente do que os neoliberais pretendem fazer crer, quanto à falta de alternativas diante de seu paradigma, “convém lembrar que o ‘fim da história’, a ‘perfeição’ e o ‘final’ foram muitas vezes proclamados e sempre se revelaram falsos. E, apesar de todas as sórdidas permanências, a alma otimista pode divisar um lento progresso”.¹⁶³ Conceber ideias para “adiar” ou redesenhar o “fim da história” e o “fim do mundo” significa, como ensina Krenak¹⁶⁴, poder contar outra história, esta que se encontra aberta para novas possibilidades.

Destarte, o próximo capítulo se ocupará de apresentar alternativas práticas face ao neoliberalismo. Exemplos de ações elaboradas e sistematicamente implementadas, ideias sentidas e aplicadas que mostram outro caminho a trilhar, e, obtendo os devidos incentivos e políticas eficazes podem conduzir verdadeiramente ao progresso. Ações que se apresentam como alternativas para a conscientização e concretização de um novo paradigma, de uma nova ordem com o regaste da solidariedade perdida.

¹⁶² BICALHO, Mariana F. **Ensaio sobre o Estado e Democracia na Modernidade: de sujeitos de direito a agentes políticos**. Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2019. p. 133.

¹⁶³ CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e ordem global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 35.

¹⁶⁴ KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 27.

4 O RESGATE DA SUBVERSIVA SOLIDARIEDADE

“Humanizar é, naturalmente, segundo o ponto de vista dos opressores, SUBVERTER”. (Paulo Freire)

“Só há mudança real com comprometimento”. (Ailton Krenak)

“O desejo de prosperar é inerente em toda a natureza; é o impulso fundamental do universo”.

(Wallace Wattles)

“FRATELLI TUTTI”. (São Francisco de Assis)

O neoliberalismo criou um modelo de “homem econômico” específico, descartando, silenciando e suprimindo qualquer outra possibilidade de práxis. O paradigma neoliberal se anuncia como dogma e única alternativa de subjetivação e modelo de vida. Os efeitos e perigos da adoção do mesmo foram elencados no capítulo anterior.

O presente capítulo cuidará de apresentar argumentos e iniciativas existentes e há muito aplicadas ao redor do mundo. Essas que, se à primeira vista de alguns pareçam infactíveis, diante do exame dos fatos, verifica-se que a discussão escapa do campo da possibilidade e viabilidade (existente) e passa para a decisão de mudança de paradigma. Uma mudança do roteiro neoliberal que estabeleceu objetivos econômicos em desacordo com o bem-estar humano. Objetivos que precisam ser readequados para uma concepção econômica humanista.

O que se propõe, e se notará neste capítulo, para além das alternativas econômicas e modos de vida, é o desenvolvimento de um novo tipo de racionalidade, sistemática e prática. Um novo paradigma, o paradigma solidário. Como isso ocorrerá é o conteúdo dos tópicos a seguir.

4.1 Em busca da Solidariedade perdida

O que é a solidariedade? Para Comte-Sponville:

É um estado de fato antes de ser um dever; depois é um estado de alma (que sentimos ou não), antes de ser uma virtude ou um valor. O estado de fato é bem indicado pela etimologia: ser solidário é pertencer a um conjunto *in solido*, como se dizia em latim, isto é, “para o todo”. Assim devedores são ditos solidários, na linguagem jurídica, se cada um pode e deve responder pela totalidade da soma que tomaram emprestada coletivamente. Isso tem suas relações com a *solidez*, de que a palavra provém: um corpo sólido é um corpo em que todas as partes se sustentam (em que as moléculas, poderíamos dizer igualmente, são mais *solidárias* do que nos estados líquidos ou gasosos), de tal sorte que tudo o que acontece com uma acontece também com a outra ou repercute nela. Em suma, a solidariedade é antes mais nada o fato de uma coesão, de uma interdependência, de uma comunidade de interesses ou de destino. Ser solidários, nesse sentido, é pertencer a um mesmo conjunto e partilhar, consequentemente – quer se queira, quer não, quer se saiba, quer não – uma mesma história. Solidariedade objetiva, dir-se-á: é o que distingue o seixo dos grãos de areia,

e uma sociedade de uma multidão.¹⁶⁵

Viver *in solido*, conjuntamente organizados, é um princípio natural tanto em nossa biologia quanto em nossa comunidade, que nos acompanha desde os primórdios da existência. As células e os órgãos são interdependentes e somente assim conseguem sobreviver, do contrário, quando a inteligência coletiva do corpo se desorganiza surge a dor, a doença, e a morte. Assim o é também com as comunidades, em que elementos e indivíduos são interdependentes uns com os outros, cuja sobrevivência alcança diferentes âmbitos da vida. Desde as necessidades básicas como educação e saúde (física e mental), à realização e felicidade estão relacionadas à conexão com as pessoas, conforme demonstra um dos mais longos estudos realizados, apresentado pelo Dr. Robert Waldinger¹⁶⁶. Tais fatos refutam o paradigma individualista neoliberal, que a muito custo (de tempo e dinheiro) seus defensores procuraram implementar. Em outras palavras, não é a riqueza e fama proveniente da competição que advém o bem-estar humano, mas antes, das conexões sociais, da interdependência, da colaboração, ou, da solidariedade.

O filósofo Comte-Sponville de forma contundente expõe que:

a solidariedade é demasiada interessada ou demasiado ilusória para ser uma virtude. Nada mais é que egoísmo bem entendido ou generosidade mal entendida. Isso não impede que ela seja um valor, mas um valor que vale, sobretudo, na medida que escapa ao encolhimento do eu, ou egoísmo estreito e limitado, digamos, ao solipsismo ético. É muito mais a ausência de um defeito do que uma qualidade. [...]

Sendo este um tratado das virtudes, e não um dicionário de ideias prontas, deixei, pois, a solidariedade no universo que lhe é próprio, o universo dos interesses convergentes ou opostos, dos diferentes corporativismos, ainda que fossem planetários, dos *lobbies* de todo tipo, ainda que fossem legítimos. Não acredita(o?) que sejamos todos solidários, isto é, todos interdependentes. Em que sua morte me torna menos vivo? Em que sua pobreza me torna menos rico? Não só a miséria do Terceiro Mundo não é prejudicial à riqueza do Ocidente, como esta só é possível, direta ou indiretamente, graças aquela, que ela explora ou acarreta. E o fato de habitar todos a mesma Terra, de sermos, pois, ecologicamente solidários, não impede que sejamos também, e mais ainda, economicamente concorrentes. Não venhamos com histórias. Não é de solidariedade que a África ou a América do Sul necessitam, mas de justiça e de generosidade!¹⁶⁷ (grifei)

Apesar de respeitável, a posição de Comte-Sponville desconsidera que os efeitos da pobreza de alguns afetam o sistema como um todo. Talvez, apenas o 1 % mais rico não se afete

¹⁶⁵ COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. p. 98.

¹⁶⁶ TED. **What Makes a Good Life? Lessons from the Longest Study on Happiness**. Disponível em: https://www.ted.com/talks/robertwaldinger_what_makes_a_good_life_lessons_from_the_longest_study_on_happiness?language=pt-br#t-711304. Acesso em: 21 jan. 2021.

¹⁶⁷ COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. p. 98-100.

com as consequências da desorganização social advindas da pobreza, e mesmo assim por apenas algum tempo, porque sendo a Terra um (eco)sistema fechado, ora ou outra todos sofrem os efeitos das ações nela empreendida, conforme abordado no capítulo anterior. Nesse sentido, ainda que a solidariedade seja demasiada “interessada” ou interesseira, consiste no tipo de racionalidade que se pretende despertar e internalizar nos indivíduos ao passo que seja concretizada por políticas públicas e ações cotidianas. A racionalidade solidária pode ser considerada um tipo de egoísmo, sem dúvida, mas que, muito diferente do individualismo neoliberal, faz caminhar para o desenvolvimento consciente da sociedade como um todo, da humanidade, e não apenas do 1% mais rico da população.

Nesse sentido, Celso Grecco, criador da primeira Bolsa de Valores Sociais do mundo, homenageado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e apontado pela revista alemã *Der Spiegel* como uma das pessoas com ações de maior impacto no planeta, concorda que a solidariedade seja o caminho para o bem-estar das pessoas e progresso social. Citando um ditado atribuído a Dalai-Lama afirma que: “a pessoa que é sábia, mas egoísta, cuida dos outros”. E continua, “o egoísmo pode ser também um dos maiores gestos de solidariedade”¹⁶⁸. Importante destacar que o “egoísmo solidário” é diametralmente oposto ao individualismo neoliberal, e a mudança entre paradigmas conduz a transformações profundas na sociedade. Despertar para a consciência de que o “eu sou nós e nós sou eu”, como declara Grecco, significa “termos a consciência de que não estamos sozinhos nem estamos sós. Por isso não deveríamos agir como se as nossas decisões ou, pior, as nossas omissões não afetassem outras pessoas”.¹⁶⁹

Pela lógica “nós versus eles”, como ensina o professor José Luiz Quadros, somos doutrinados a aceitar a viver em uma metrópole moderna, em meio à violência, exclusão e miséria radical. O que ajuda a manter a ignorância deliberada é o fato de que aparentemente isto não nos diz respeito. “Eles” justificam a desigualdade de cada dia. Eles não podem ser iguais a “nós”.¹⁷⁰ Logo “eles” podem sofrer as consequências das nossas ações (ou omissões). O que é totalmente diferente da lógica solidária.

O interesse próprio, segundo Adam Smith, seria eficaz para promover o bom funcionamento do mercado, mesmo assim ele sabia que esta característica não era a única

¹⁶⁸ GRECCO, Celso. **A decisão que o mundo precisa: 7 caminhos para você sair da indiferença e fazer algo pelo futuro da nossa sociedade**. São Paulo: Editora Gente, 2019. p. 21.

¹⁶⁹ GRECCO, Celso. **A decisão que o mundo precisa: 7 caminhos para você sair da indiferença e fazer algo pelo futuro da nossa sociedade**. São Paulo: Editora Gente, 2019. p. 48.

¹⁷⁰ MAGALHÃES, José Luiz Quadros. O novo constitucionalismo latino-americano. **Revista da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza**, n. 22, v. 22, ano 22, p. 9-33. p. 23. Disponível em: <https://revista.pgm.fortaleza.ce.gov.br/revista1/article/view/337/146>. Acesso em: 01 fev. 2021.

responsável pelo bom funcionamento. Não obstante, de sua obra *A riqueza das nações*, apenas a premissa básica do egoísmo competitivo foi selecionada para justificar dois séculos de teoria econômica, reformulada no paradigma neoliberal. Todavia, quando se observa como efetivamente as pessoas se comportam, nota-se que além (ou talvez mais que) egoístas, as pessoas são também altruístas. Isso quer dizer que ajudam sem qualquer propósito de auferir lucros com a conduta, como compartilhar comidas e bebidas, colaborar em instituições de caridade, ajudar estranhos com a bagagem, doar sangue ou até órgãos para pessoas que sequer conhecem, entre outras ações. Acontece que a espécie humana é a mais cooperativa do planeta, superando inclusive formigas, hienas e até o rato-toupeira-pelado quando se trata de viver junto daqueles que não são nossos parentes próximos. Assim, além da inclinação ao negócio, existe um forte traço que conduz as pessoas a compartilhar, dar e retribuir. Isso pode decorrer do instinto básico de sobrevivência, em que cooperando uns com os outros a chance de enfrentar situações difíceis aumenta.¹⁷¹ E, retomando Adam Smith, a sociedade e as pessoas prosperam mais quando se exhibe humanidade, justiça, generosidade e espírito público, ao invés do egoísmo individualista e competitivo.¹⁷²

Ainda que Rumi, um jurista, poeta e mestre sufi, tenha escrito há muito tempo como arte que “na verdade, somos uma só alma, tu e eu. Nos mostramos e nos escondemos tu em mim, e eu em ti. Eis aqui o sentido profundo de minha relação contigo, porque não existe entre tu e eu, nem eu, nem tu”, tais constatações estão longe de se restringir às observações poéticas. Tais palavras retratam em poesia a consciência solidária (o “eu sou nós e o nós sou eu”) que faz com que a humanidade sobreviva, ou, mais que isso, progrida. A mudança de paradigma, do neoliberalismo para a solidariedade pode parecer utópica, mas de forma alguma é infactível.

O próximo tópico cuidará de apresentar as alternativas na sociedade do risco ao perigoso¹⁷³ paradigma neoliberal, que ao contrário dos brados de seus adeptos, fica demonstrado a existência de outras possibilidades de comportamento e de relações econômico-sociais que conduzem (de fato) ao bem-estar e progresso humano.

¹⁷¹ RAWORTH, Kate. **Economia Donut**: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 116-117.

¹⁷² RAWORTH, Kate. **Economia Donut**: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 142.

¹⁷³ A partir da diferenciação entre perigo *versus* risco de De Giorgi apresentado no capítulo anterior.

4.2 Alternativas em um Agora possível

O neoliberalismo insiste na tecla da inexistência de alternativas eficientes para implementar, e por isso seus teóricos bradam, sem se preocupar com a falácia, em sua superioridade como modelo político-econômico. Todavia, conforme foi mostrado no capítulo anterior, o neoliberalismo além de ineficaz para o progresso que alega, se consubstancia em verdadeiro perigo para/na sociedade do risco. Na sede irrefreada de possuir, o “povo da mercadoria” desenvolve em si a convicção de que lhes é possível transformar tudo a seu poder de compra. E por isso a sua concepção estritamente materialista da existência. No paradigma neoliberal o dinheiro é a medida de todas as coisas. E o lucro, o objetivo principal.

Todavia, ao contrário do que os neoliberais afirmam, existem sim alternativas à competição exacerbada e antropofágica, a essa ordem que leva ao retrocesso e que por muito tempo dominou o discurso. Se o foco é obtenção de lucro, tudo vale para alcançá-lo, todavia, se o lucro estiver em uma linha horizontal em que compartilhe o valor humano e o valor social, então existe um capitalismo consciente que conduz a prática do mercado. E, simultaneamente a isso, há a mobilização para que Estado possa redefinir novamente seu papel, de modo que deixe de ser aval de um modelo neoliberal predatório e passe a ser um promotor de progresso real, em que a prosperidade¹⁷⁴ econômica resulte em desenvolvimento social. Isto porque já vimos que apenas quando a desigualdade diminui o progresso geral aumenta. Nesse sentido, este tópico apresentará algumas alternativas que implementam uma nova razão de mundo, uma nova racionalidade, um novo paradigma solidário.

4.2.1 Reescrevendo o roteiro

A economia constitui-se por práticas humanas moldadas pelas instituições, estas que existem e se reproduzem em culturas específicas. Essas práticas dizem respeito aos processos de produção, consumo e troca, cujo propósito é gerar valor. A racionalidade, ou o que é definido como racional, é modelado a partir de um sistema de valores institucionalizado, no caso o paradigma neoliberal. Geralmente são as elites financeiras que controlam os meios para definir a cultura e o que é valoroso na sociedade, expressando através do poder (encriptado) o comportamento a ser seguido no paradigma neoliberal. Tendo em vista que a economia global

¹⁷⁴ A escolha pelo termo “prosperidade” ao invés do corriqueiro “crescimento” econômico será melhor compreendida no decorrer do texto.

atual é capitalista, o valor supremo difundido (como única alternativa) é o da acumulação de capital.¹⁷⁵

A racionalidade é medida em termos da melhor alocação de recursos escassos a fim de maximizar a utilidade pessoal. Para que essa formulação ingênua se desvencilhe da contradição de uma utilidade puramente objetiva, livre de valores subjetivos, a satisfação pessoal deve ser equiparada à maximização dos ganhos monetários. Com efeito, há uma segunda suposição: se o dinheiro não traz felicidade, pelo menos pode compra-la. Por conseguinte, a satisfação é circunscrita ao que o mercado pode oferecer. O circuito está fechado: o valor econômico é equiparado ao valor monetário determinado pelo mercado em termos da relação entre oferta e demanda como meio de satisfazer a maior parte das necessidades e dos desejos. Claro, os economistas convencionais reconhecem que há nisso uma simplificação excessiva da diversidade do comportamento humano. **A vida não pode ser reduzida a transações econômicas, as sociedades não podem ser reduzidas a mercados.** Não obstante, todos os demais comportamentos humanos são despachados para o mundo da irracionalidade, sendo a economia o domínio de escolhas racionais e resultados quantificáveis.¹⁷⁶ (grifei)

O roteiro da economia, principalmente com a releitura neoliberal, pretende oferecer (e convencer) o público que seu objetivo enquanto ciência é desvendar as “leis naturais” que regem as atividades econômicas. E, “desvendando” estas leis organizacionais, estabelecer o lugar de cada personagem na trama. Assim o fizeram, por isso se existe uma lei infalível de “auto-organização” do mercado, o Estado precisa ficar longe e não interferir (exceto quando os atores não se comportam como manda o *script*); as empresas devem ter total autonomia para maximizar suas chances de acumulação e aproveitamento da mais valia; as instituições financeiras são confiáveis e devem ser avalizadas ou recuperadas, já que são grandes demais para falir; os “gastos sociais” da população precisam ser minimizados ao extremo para o enriquecimento de poucos; a Terra, o habitat em que vivemos, consiste em uma fonte de recursos a serem explorados do modo mais eficiente; o poder encriptado que sequer deve ser mencionado para evitar questionamentos; além de outros personagens fundamentais, mas tratados como figurantes, como o agregado familiar (que “apenas” fornece mão de obra para o capital), os bens comuns (que devem ser liquidados a todo custo), e a sociedade (que só existe por conta das relações mercantis).

Este foi o roteiro, cuidadosamente escrito e encenado, responsável por conduzir ao colapso financeiro e caos social, além das crises ecológicas que ameaçam de extinção a

¹⁷⁵ BANET-WEISER, Sarah; CASTELLS, Manuel. Economia é cultura. In: CASTELLS, Manuel (org). **Outra economia é possível:** cultura e economia em tempos de crise. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 13-17.

¹⁷⁶ BANET-WEISER, Sarah; CASTELLS, Manuel. Economia é cultura. In: CASTELLS, Manuel (org). **Outra economia é possível:** cultura e economia em tempos de crise. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p 46.

humanidade. Será possível reescrever o roteiro de modo a assistir outro final? Este capítulo mostrará que sim, pois considerando que as práticas econômicas dizem respeito aos processos de produção, consumo e troca, é possível que o mercado e outras formas e instituições econômicas manifestem a expressão de diferentes objetivos e propósitos humanos (diverso do lucro a qualquer custo e acumulação capitalista).

Repensar a economia não tem a ver com descobrir uma economia correta (porque não existe); trata-se de escolher ou criar aquela que melhor serve ao nosso propósito – refletir o contexto com que nos deparamos, os valores que sustentamos e os nossos objetivos. Como o contexto, os valores e os objetivos da humanidade evoluem, o mesmo deveria acontecer com o modo como encaramos a economia.¹⁷⁷

Nesse sentido, além de possível, é necessário realizar uma escolha diferente de objetivos, porque eficiência econômica, produtividade e crescimento, não são valores autoexplicativos. Eficiência em direção a que? Produtividade de que modo? Crescimento do que, e para quem? O desenvolvimento de uma concepção econômica humanista não vem de hoje, todavia, foi com o trabalho do economista e filósofo, Prêmio Nobel, Amartya Sen, que ela foi retomada. Segundo ele, o foco do desenvolvimento deve estar em “promover a riqueza da vida humana, em vez da riqueza da economia em que vivem os seres humanos, que é apenas uma parte dela.”¹⁷⁸ Para promover a riqueza e bem-estar humano, é preciso que primeiro se atenda às necessidades básicas de cada indivíduo e ao mesmo tempo respeite os limites planetários que se encontram em estado alarmante. Em outras palavras, que o crescimento e o lucro a qualquer custo, ou a custo de tudo, deem lugar a prosperidade humana que está de acordo com (e depende da) prosperidade do planeta.

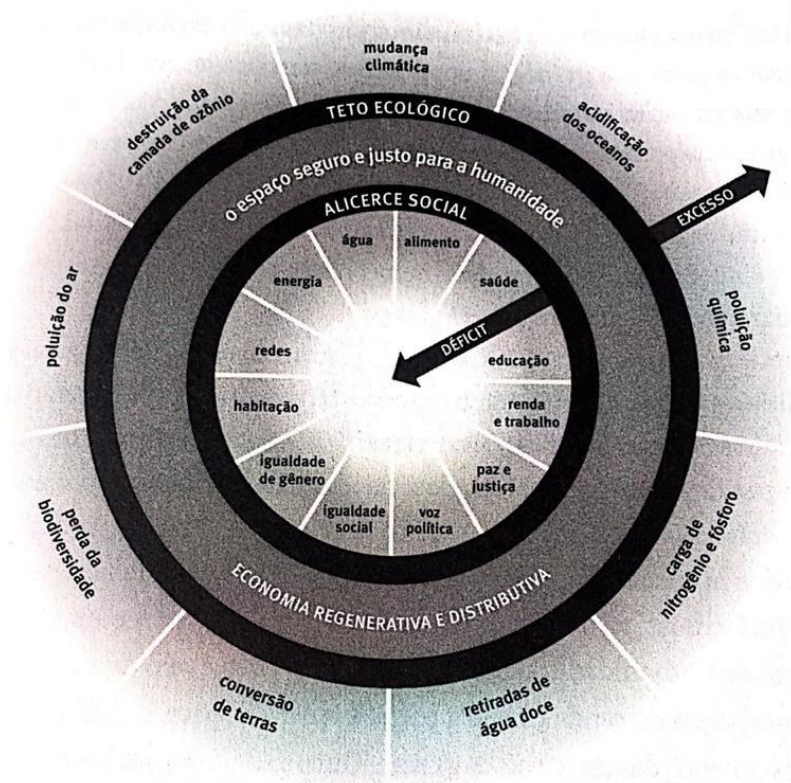
Diante disso, a imagem a seguir ilustra o conceito de economia *donut*¹⁷⁹ proposto pela economista e colaboradora científica da ONU, Kate Raworth. Ela propõe novos objetivos para a economia, de modo a evitar novas crises de diferentes ordens, e apresenta, por meio do *donut*, uma bússola para a teoria econômica regenerativa e distributiva no século XXI.

¹⁷⁷ RAWORTH, Kate. **Economia Donut**: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 3.)

¹⁷⁸ SHAIKH, Nermeen. **Amartya Sen**: A More Human Theory of Development. Asia Society, 2004. Disponível em: <https://asiasociety.org/amartya-sen-more-human-theory-development#:~:text=Human%20development%20as%20an%20approach,only%20a%20part%20of%20it>. Acesso em: 11 fev. 2021.

¹⁷⁹ A nomenclatura decorre do fato da figura lembrar uma rosquinha americana conhecida como *donut*.

Figura 1: O *Donut*: uma bússola para o século XXI¹⁸⁰



O alicerce social (parte interna) e o teto ecológico de limites planetários (parte externa) criam os limites, ou bordas, do *donut*, e estão interconectados. Os danos ambientais refletem diretamente no bem-estar e desenvolvimento humano. E por este motivo, pensar em prosperidade humana como novo objetivo de uma economia exige que esta seja simultaneamente regenerativa e distributiva.

Uma economia distributiva por concepção é aquela cuja dinâmica tende a dispersar e fazer circular o valor à medida que este é criado, em vez de concentrá-lo em um número de mãos cada vez menor. Uma economia regenerativa por concepção é aquela em que todas as pessoas se tornam participantes plenas na regeneração dos ciclos geradores de vida da Terra, para que prosperemos dentro dos limites planetários. Esse é o nosso desafio geracional em termos de concepção.¹⁸¹

¹⁸⁰ RAWORTH, Kate. **Economia Donut**: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 55.

¹⁸¹ RAWORTH, Kate. **Economia Donut**: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 170.

Assumir o desafio geracional resulta em reescrever o roteiro econômico para desenvolver a economia de forma regenerativa e distributiva, bem como fornecer novos papéis e ações aos personagens elencados.

Destarte, o próximo tópico apresentará as possibilidades de concretização de uma economia direcionada a prosperidade, o que significa reescrever o roteiro e definir novas regras para o jogo.

4.2.2 Novas regras do jogo

Em momentos de crise e com o aumento dos preços, alguns podem incentivar os indivíduos a comprarem terra porque não se fabrica mais, enquanto outros, notando a desigualdade das condições formulem estratégias para que todos saiam ganhando. O segundo caso trata-se de Henry George, um político e economista norte-americano, que em 1879 escreveu *Progress and Poverty*, e defendia um imposto sobre o valor da terra, também conhecido como “imposto único”, a ideia geral era de tributar a terra, e apenas a terra, de modo que poderia ajudar a transferir a carga tributária para os proprietários ricos. Muitos americanos se conectaram com essa mensagem no final dos anos 1800, quando a pobreza e a miséria estavam em plena exibição nos centros urbanos do país. O movimento antimonopólio também serviu como palco para defensores dos direitos das mulheres e muitos abolicionistas. Tal obra influenciou James Magie, um homem a frente do seu tempo, e igualmente sua filha Elizabeth Magie, uma ativista que inventou um jogo elucidativo.¹⁸²

Para expressar suas convicções políticas e filosóficas criticando o sistema capitalista, Elizabeth desenvolveu um jogo de tabuleiro que poderia ser jogado de duas formas: com um conjunto de regras antimonopolista, também chamado de prosperidade, no qual todos eram recompensados quando a riqueza era criada, e outro conjunto monopolista no qual o objetivo era criar monopólios e dominar os oponentes. Sua abordagem dualística era uma ferramenta de ensino destinada a demonstrar que o primeiro conjunto de regras era moralmente superior.¹⁸³ Esse jogo, mais tarde deturpado e vendido para a Parker Brothers, ficou conhecido mundialmente como *Monopoly* ou Banco Imobiliário no Brasil.¹⁸⁴

¹⁸² MONOPOLY'S Lost Female Inventor. **National Women's History Museum**, 01 set. 2018. Disponível em: <https://www.womenshistory.org/articles/monopolys-lost-female-inventor>. Acesso em: 12 fev. 2021.

¹⁸³ MONOPOLY'S Lost Female Inventor. **National Women's History Museum**, 01 set. 2018. Disponível em: <https://www.womenshistory.org/articles/monopolys-lost-female-inventor>. Acesso em: 12 fev. 2021.

¹⁸⁴ RAWORTH, Kate. Monopoly was invented to demonstrate the evils of capitalism. **BBC**, 28 jul. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/worklife/article/20170728-monopoly-was-invented-to-demonstrate-the-evils-of-capitalism>. Acesso em: 12 fev. 2021.

Reescrever o roteiro e jogar com novas regras, que não o lucro a qualquer custo do sistema capitalista, é o que muitas pessoas vêm fazendo ao redor do mundo, principalmente como resposta aos colapsos financeiros e ao desencanto face às falsas promessas neoliberais. E essas novas regras são aplicadas a partir de um paradigma solidário, em que mais conscientes de como suas ações afetam a sociedade, o indivíduo procura em comunidade por soluções que sejam benéficas a todos.

De forma alguma se pretende esgotar todas as iniciativas e alternativas ao paradigma neoliberal. Trata-se de um rol exemplificativo que serve ao propósito de demonstrar a possibilidade, viabilidade e necessidade de novas regras para o jogo e novo roteiro para o espetáculo, em que se assegure a prosperidade para todos. E isso será observado nas propostas de adoção das redes de distribuição e diversidade de produtos e serviços, na organização e utilização de bens comuns, moedas complementares, a ética feminista do cuidado, reformulação de políticas para estimular outros comportamentos, entre outras iniciativas a seguir apresentadas.

4.2.2.1 A economia imita a natureza

Qualquer planta, ou outro organismo vivo, depois de crescer durante um tempo, passa por uma estabilização de modo que as flores ou os frutos possam aparecer periodicamente. Todavia, no paradigma neoliberal se exige que amplifique os números, a métrica do lucro sem se importar com o custo disso. Isso é problemático porque na natureza os exemplos de crescimento contínuo existentes são os que levam a doenças e pragas, cujas consequências são notoriamente negativas e em casos extremos fatais. Além disso, o crescimento dos números na economia não significa a melhora no bem-estar humano, pelo contrário, o objetivo de competição acirrada para crescimento a qualquer custo, e de qualquer jeito, conduziu aos colapsos financeiros, tem extenuado a Terra, além concentrar a riqueza nas mãos de poucos.

A natureza funciona a partir de ciclos de crescimento e redes de distribuição, de modo que todos os organismos tenham os nutrientes necessários para existir. Assim como a arte imita a vida, a economia, artificial e culturalmente construída, pode imitar a natureza para que os seres possam igualmente prosperar.

O modelo-padrão de crescimento de Robert Solow, por exemplo, foi projetado para explicar as origens do crescimento, que era atribuído à acumulação de capital e ao progresso tecnológico que determina a produtividade. Economistas depois de Solow decompuseram a produtividade em capital social e capital humano, produtividade energética ou qualidade das instituições. Inverter isso e afirmar que o decrescimento

exigiria redução do estoque de capital, regressão tecnológica ou desmantelamento de instituições e sistemas educacionais é obviamente um equívoco. Os determinantes da “prosperidade sem crescimento” são uma questão qualitativamente diferente. O problema não é como desfazer o crescimento, mas como criar um caminho próspero alternativo que não passe pelo crescimento. É necessário uma ciência econômica diferente para uma economia diferente.¹⁸⁵

O principal problema não é o crescimento em si, mas a ideologia do crescimento, um sistema de representação que traduz tudo em uma realidade econômica reificada e autônoma habitada por consumidores interessados. E ao mesmo tempo, embora exista um reconhecimento crescente da degradação ambiental, as políticas de desenvolvimento sustentável ou modernização ecológica oferecidas por governos nacionais e instituições internacionais, por outro lado estas parecem fazer pouco mais do que “sustentar o insustentável”. Ao prometer reconciliar o crescimento com o meio ambiente, eles falham em questionar o princípio econômico do crescimento infinito que causou a destruição ambiental em primeiro lugar. Nesse contexto, alternativas baseadas em críticas ao crescimento podem oferecer fundamentos mais promissores. A ênfase do movimento não é meramente pedir menos crescimento, consumo ou produção, mas, fundamentalmente, está em convidar os indivíduos a mudar e repolitizar os termos em que as relações e identidades econômicas são construídas. Segue-se que, para desafiar a “tirania do crescimento”, não é suficiente pedir um crescimento menor, mais lento ou mais verde, pois isso manteria a mesma lógica. Em vez disso, é preciso escapar da economia como um sistema de representação. Isso significa re-imaginar relações econômicas, identidades, atividades em termos diferentes.¹⁸⁶

Não obstante, se o movimento de decrescimento pretende escapar, sair dos imperativos econômicos, eles também suspeitam dos imperativos políticos ou ecológicos. O decrescimento não é apresentado como um imperativo ecológico (embora também possa ser), mas como uma oportunidade para iniciar debates e reivindicar decisões sobre a organização das atividades econômicas e sociais. O decrescimento não é defendido como uma necessidade, mas sim como uma escolha, que deve ser feita democrática e abertamente. Embora o decrescimento possa se impor através de limites naturais, é uma oportunidade de reivindicar e repensar democraticamente a maneira como vivemos, ou para fazer da necessidade uma virtude. As condições materiais definidas pelo espaço ecológico limitado e seu atual uso excessivo podem

¹⁸⁵ KALLIS, Giorgos. Economia sem crescimento. In: CASTELLS, Manuel (org). **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 47-48.

¹⁸⁶ FOURNIER, Valerie. Escaping from the economy: the politics of degrowth. **International Journal of Sociology and Social Policy**, 2008, v. 28, n. 11/12, p. 528-545. p. 528-529. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/01443330810915233>. Acesso em: 15 fev. 2021.

criar um imperativo para uma mudança radical na maneira como nos organizamos, mas não ditam por si só como isso deve ser feito. O decrescimento não se trata apenas de proteger a natureza, é uma questão de justiça social. Geralmente, argumenta-se que a crise ecológica é apenas uma consequência de uma ideologia de crescimento que destrói o tecido social (ao criar desigualdades e pobreza) e a democracia, bem como o meio ambiente.¹⁸⁷

Em suma, o decrescimento não é defendido como uma determinação, mas como uma escolha política, é um caminho aberto que se pode escolher e moldar. Assim, o decrescimento é considerado como uma oportunidade de reconsiderar o que constitui a vida boa. Esta ênfase na boa vida é sinalizada pelo uso de termos como convivência (“menos bens, mais relacionamentos” sendo um dos lemas do movimento) e bem-estar. O decrescimento não requer diminuição da qualidade de vida, mas propõe uma concepção diferente de qualidade de vida, que dê mais importância às experiências, aos relacionamentos, à convivência, do que ao consumo.

Assim, para desafiar o suposto consenso neoliberal em torno do crescimento e repolitizar os debates e práticas econômicas, é necessário envolver um público mais amplo. É o que faz, por exemplo, o *Parti pour la Décroissance*, partido francês que defende e promove o decrescimento, de forma que torne o debate mais inclusivo. Assim, além da participação local ou direta, mister que seja articulado em níveis mais amplos, e se torne um movimento de massa. Isso não significa negar a importância das iniciativas de base, da política local, apenas incentiva que a discussão se amplifique para o coletivo. E, de fato, tal estratégia tem conseguido trazer a noção de decrescimento ao debate público. O decrescimento, por meio de sua ênfase em “escapar da economia”, fornece estratégias conceituais e práticas para desafiar a economia em crescimento; e faz isso nos convidando a repensar as práticas econômicas em termos de escolhas democráticas e atos de cidadania. Além das políticas governamentais, imprescindível que se modifique as decisões e ações cotidianas dos indivíduos. Todos, enquanto cidadãos, são chamados a agir e participar na distribuição justa de recursos naturais limitados; em mútuas relações de direitos e obrigações.¹⁸⁸

Na bibliografia sobre o decrescimento há clamores para “sair” da economia ou “resgatar” a economia. Eles não são tão contraditórios quanto parecem. “Sair” significa fugir da visão dominante de uma economia exógena com suas próprias regras

¹⁸⁷ FOURNIER, Valerie. Escaping from the economy: the politics of degrowth. **International Journal of Sociology and Social Policy**, 2008, v. 28, n. 11/12, p. 528-545. p. 536. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/01443330810915233>. Acesso em: 15 fev. 2021.

¹⁸⁸ FOURNIER, Valerie. Escaping from the economy: the politics of degrowth. **International Journal of Sociology and Social Policy**, 2008, v. 28, n. 11/12, p. 528-545. p. 539-541. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/01443330810915233>. Acesso em: 15 fev. 2021

e leis, isto é, um reconhecimento da autonomia para dar forma ao que é economia. “Resgatar” significa um exercício do poder coletivo para governar a economia rumo a diferentes fins. Sair literal e fisicamente, da economia convencional é um meio de criar novas economias alternativas, economias com leis e verdades diversas.¹⁸⁹

Assim, o modelo de economia convencional capitalista, com propriedade privada, trabalho assalariado, empresas que produzem apenas pelo lucro e pagam funcionários para que estes consumam os produtos que produzem, é apenas uma das possíveis configurações econômicas. A economia de mercado é sustentada na verdade por uma quantidade imensa de trabalho realizado fora dela.¹⁹⁰ Existe uma diversidade de mercados alternativos em que os bens circulam sem a lógica de lucro (bens comuns, trocas de mercado-escambo, hortas urbanas, bancos de tempo, cooperativas) e distribuem de eficaz e equitativamente os bens, de modo que todos prosperem. Algumas das formas que podem se dar essa distribuição serão apresentadas nos próximos tópicos.

4.2.2.2 *Nem só de dinheiro vive o homem: práticas alternativas e moedas complementares*

Diferente do que o paradigma neoliberal sustenta, outra economia é possível, uma economia social baseada na solidariedade, em consumo e desenvolvimento sustentável, e tais práticas estão espalhadas pelo mundo. Essas práticas que ficaram conhecidas por economia solidária têm por ênfase o relacionamento social do indivíduo com a comunidade e organizações cujo objetivo é gerar sustento por meios diferentes e com valores diversos daqueles subjacentes ao capitalismo financeiro global.

Nos anos recentes, testemunhamos a ascensão dos meios de pagamento e do crédito alternativos. Foram criadas moedas locais e redes de moedas. Finanças éticas estão redefinindo a prática bancária. Bancos de tempo deram um significado novo às redes e à troca. Múltiplas formas de escambo estão transformando laços sociais em uma nova economia de serviço. A ajuda mútua está desmercantilizando a produção de bens e serviços. Hortas urbanas e produção agroecológica, em conjunção com cooperativas de consumidores, estão provendo novas formas de subsistência, com ênfase primordial em valores ecológicos.¹⁹¹

¹⁸⁹ KALLIS, Giorgos. Economia sem crescimento. In: CASTELLS, Manuel (org). **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 52.

¹⁹⁰ GIBSON-GRAHAM, J.K. **The End of Capitalism (As We Knew It): A Feminist Critique of Political Economy**. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2006. p. 261.

¹⁹¹ CASTELLS, Manuel; HLEBIK, Sviatlana. Práticas econômicas alternativas em Barcelona: sobrevivendo à crise, reinventando a vida. In: CASTELLS, Manuel (org). **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 189.

O estudo realizado por Castells e Hlebig, com uma amostragem significativa da população de Barcelona, conclui que as atividades não capitalistas e economia solidária fazem parte da vida cotidiana de uma parcela considerável dos residentes da cidade. Entre as atividades estão o conserto de veículos, casas e outros itens sem intermediação de dinheiro, o compartilhamento de bens (automóveis, materiais de vídeo, entre outros), o intercâmbio de utensílios e outros itens, oferecimento de aulas sem retribuição monetária, entre outras atividades.¹⁹²

Somando a essas práticas comunitárias, autor Jérôme Blanc explica sobre as moedas locais que circulam entre atividades e atores territoriais, com a finalidade principal de fortalecer e construir a resiliência em um território específico. A moeda social, comunitária ou complementar viabiliza as trocas e reciprocidades sociais bem como objetiva desenvolver as atividades econômicas mais sustentáveis.¹⁹³

Sustentabilidade da rede de fluxo pode ser conceituada como o equilíbrio ótimo entre a eficiência e a resiliência conforme determinado pela natureza. A eficiência corresponde a capacidade da rede funcionar organizada e eficientemente de modo a se manter sua integridade durante o tempo. A resiliência por sua vez se caracteriza pela adaptabilidade, pelo estoque de diversidade de ações que possam ser utilizadas para atender e se ajustar às novas perturbações sistêmicas e às inovações necessárias para o desenvolvimento e evolução do organismo, no caso a economia. A sustentabilidade ótima está situada mais próxima da resiliência do que a eficiência. E por outro lado, um foco excessivo na eficiência, como é o caso do sistema monetário global, cria um tipo de economia de bolha que se observa repetidas vezes na história de expansão e retração, culminando nos colapsos financeiros. Isso porque a ideia central é que o dinheiro circula na rede econômica global e é mantido como monopólio de um tipo único de

¹⁹² “21 % dos respondentes consertavam a casa de terceiros sem mediação de dinheiro, e 11% consertavam carros, motocicletas ou bicicletas sem mediação de dinheiro. Adicionalmente, 16 % dos respondentes tomavam conta de crianças, pessoas idosas e doentes, e *mais de um terço emprestava dinheiro sem cobrar juros durante o período da crise, para pessoas que não eram membros de sua família*; 65% emprestavam ou tomavam emprestados livros, filmes ou música de pessoas que não eram membros de sua família; 22% intercambiavam roupas, utensílios, eletrodomésticos e outros bens sem mediação de dinheiro; 24% davam aulas sem retribuição monetária; 17% compartilhavam carros com pessoas que não eram de sua família; 34% compartilhavam o uso de câmeras de vídeo, ferramentas ou utensílios e eletrodomésticos com pessoas que também não eram membros de sua família; 97% dos respondentes tinham se envolvido em pelo menos uma prática e 83% tinham se envolvido em três ou mais práticas. A pessoa média pesquisada tinha se engajado em seis práticas.” (CASTELLS, Manuel; HLEBIG, Sviatlana. *Práticas econômicas alternativas em Barcelona: sobrevivendo à crise, reinventando a vida*. In: CASTELLS, Manuel (org). **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 192-193).

¹⁹³ BLANC, Jérôme. Classifying "CCs": Community, complementary and local currencies' types and generations. **International Journal of Community Currency Research**, v. 15, p. 4-10, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/51014992_Classifying_CCs_Community_complementary_and_local_currencies_types_and_generations. Acesso em: 17 fev. 2021.

moeda (bancária e criada com juros). Em contrapartida, a operação de moedas complementares de diferentes tipos favorece a eficiência reduzida e a resiliência estrutural crescente, o que conduz a economia para os trilhos da sustentabilidade. Essas moedas são chamadas de moeda comunitária complementar (MCC) porque opera como complemento das moedas nacionais convencionais, e auxilia no desenvolvimento dos territórios que atuam.¹⁹⁴

As moedas sociais, comunitárias ou complementares, têm como princípio fundamental o estímulo à produção e circulação de riquezas locais. Diferentemente das formas de pagamento tradicionais, a MCC não se enquadra como meio de acumulação, pois em geral não rende juros e, ao circular dentro de restrições espaciais, propicia a ativação das capacidades produtivas locais, além de servir de instrumento de conscientização e emancipação das economias populares.¹⁹⁵

A autora brasileira Ariádne Rigo desenvolveu um estudo abrangente acerca de diferentes e diversas moedas complementares enquanto iniciativas coletivas de economias solidárias. No Brasil, as moedas sociais são criadas pelos associados de um clube de trocas ou por um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD). Os primeiros se caracterizam por se organizarem em torno da troca direta (sem o uso de moeda) ou indireta (usando moedas sociais) de bens e serviços de modo sistemático;¹⁹⁶ e os segundos (BCD's) que utilizam “diversas formas de serviços para atender às necessidades do público usuário; como microsseguros, linhas de microcrédito, moedas sociais, poupança coletiva, correspondência bancária, além de outros serviços não financeiros”¹⁹⁷.

A seguir os quadros expõem as principais moedas elencadas por Rigo¹⁹⁸, com informações sobre a origem, datas, metodologias, objetivos entre itens, de cada uma.

¹⁹⁴ HLEBIK, Sviatlana. Análise de economias comunitárias mundiais em defesa do desenvolvimento sustentável local. In: CASTELLS, Manuel (org). **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 72-76.

¹⁹⁵ PRIMAVERA, Heloísa. Riqueza, dinero y poder: el efímero “milagro argentino” de las redes de trueque. In: HINTZE, Susana. (org.). **Redes de trueque y economía solidária**. Sarmiento: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2002.

¹⁹⁶ RIGO, Ariádne Scalfoni. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações teóricas e práticas**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014. p. 41.

¹⁹⁷ LEAL, Leonardo Prates; RIGO, Ariádne Scalfoni; ANDRADE, Richard Nogueira. Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento: explorando os dados do diagnóstico no nordeste do Brasil. **Repositório de Conhecimento Ipea**, v. 60, p. 77-85, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6666>. Acesso em: 18 fev. 2021.

¹⁹⁸ RIGO, Ariádne Scalfoni. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações teóricas e práticas**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014. p. 290-299.

Quadro 1

Moeda	Lugar Onde?	Objetivo Por quê?	Atores Para quem?	Metodologia Como?	Governança Quem faz parte?	Legitimidade (Tem amparo legal?)	Resultados (O que tem alcançado?)	Desafios (O que tem enfrentado?)	Outras informações
L'Accorderie (fim dos anos 90)	Saint Roch, bairro pobre da cidade de Québec-Canadá.	Constituir uma rede de trocas de serviços , individuais, coletivos e associativos	População de baixa renda dos territórios, embora 30% dos membros não estão nessa categoria.	A moeda é o tempo , com base em 01 hora de serviço, independente do tipo e do prestador. Site e sistema de informática.	Entidades da sociedade civil; apoio do poder público	Regras de funcionamento por meio de uma Convenção de Franquia Social.	Fundo para microcrédito; mais de 1600 membros no Québec que conta com 5 Accorderies; e mais 3 em Montreal.	Não explicitados	Em expansão para França (19 ^{ème} em Paris e na cidade de Chambéry)
CES (Community Exchanges System) (em 2002)	Cidade do Cabo, África do Sul. Hoje, é uma rede global de grupos de troca.	Facilitar e estimular trocas de bens e serviços inter-grupos e entre grupos de troca.	Grupos de trocas já constituídos (como os LETSs) ou a serem constituídos (grupos locais). Serve também de rede social para estes grupos. Definido pelo vendedor.	Serviço web, um sistema on line de gestão de contas. Funciona como um "mercado de trocas" (em tempo e em moeda social eletrônica) Se autofinanciam com as moedas Talents , que o usuário recebe ao abrir uma conta (5 mil) Neste ambiente, vendedores e compradores trocam bens e serviços por meio de um intermediário "virtual" que converte o preço	Sistema surgido dentro da Cidade do Cabo Trading Exchange (CTTE), ainda conta com parte da sua administração. Além disso, os pontos de Administração das trocas podem nomear membros para participarem das assembleias, analisar relatórios etc.	Registro de organização autônoma, sem fins lucrativos, na seção 21 do <i>Companies Act of South Africa</i>	Difundiu-se e está em toda África do Sul, e em grupos de troca de 34 países diferentes usam o sistema (como EUA, Austrália, Nova Zelândia, Espanha etc). São mais de 20 mil pessoas registradas no sistema em 2011.	Tornar o sistema de domínio público, para que programadores de todo o mundo possam contribuir no ser aperfeiçoamento, incluindo os de tradução das diferentes línguas entre compradores e vendedores.	Após a transação, o vendedor lança o saldo no sistema (<i>trading slip</i>) e o crédito entra na sua conta ao mesmo tempo em que o débito é registrado na do comprador.

Quadro 2

Moeda	Lugar Onde?	Objetivo Por quê?	Atores Para quem?	Metodologia Como?	Governança Quem faz parte?	Legitimidade (Tem amparo legal?)	Resultados (O que tem alcançado?)	Desafios (O que tem enfrentado?)	Outras informações
Tauchkreis (o LETSs desde 1996 e os cupons, desde 2008)	Vorarlberg, Áustria.	Destinada a parar o declínio da economia rural austríaca	Pessoas e empresas interessadas em trocar bens e serviços	de venda Moeda local mista , os Talents , a base do tempo (LETSs, em que 100 Talents = 1 hora) e cupons indexados ao Euro. É direcionada a um projeto municipal. Os LETSs são descentralizados em 9 regiões.	Há um conselho de 25 pessoas (<i>top-down</i>) e as decisões são tomadas pelo consenso. Há esforços para tornar o sistema <i>bottom-up</i> por meio do contato direto com as comunidades.	Os cupons são mantidos com recursos da União Europeia. Algumas municipalidades aceitam os cupons no pagamento de impostos.	Envolve 130 empresas que usam os cupons Talents; e cerca de 0,5% da população de Vorarlberg. A aceitação por parte de municipalidades tem feito o volume de moeda circulante crescer.	Somente uma pessoa em casa 100 conhece o Talents. Então, buscam ampliar o sistema e envolver o governo nacional.	
Regiogeld (rede criada em 2006, a partir de moedas que surgiram desde o final dos anos 90)	Alemanha. Rede de moedas regionais (diferentes) existentes em vários territórios, principalmente os com problemas econômicos	Estimular a troca de bens e serviços entre pessoas e empresas.	Municipalidades, empresas e pessoas interessadas em dinamizar as economias locais.	Conjunto de 30 iniciativas de Moedas regionais (Regiogeld). 19 indexadas ao Euro (como os Chiemgauer, criados em 2003), outros no tempo e outros mistos (não consideram os LETSs neste conjunto).	Associação da Regiogeld das moedas. Além disso, alguns sistemas têm se fundido, dando origem a outras associações, principalmente entre empresas. Nestes sistemas, são compartilhados alguns recursos (<i>sites</i>), decisões e responsabilidades.	Tanto a rede quanto as associações são formalizadas sob a forma típica de associação sem fim lucrativo. A palavra Regiogeld foi inserido no dicionário da língua alemã em 2008.	Há cerca de 3 mil empresas trabalhando com moedas regionais; e 900 mil equivalentes em Euro em circulação. Algumas iniciativas oferecem também microcrédito.	Não identificados na literatura.	A formalização da rede tem permitido a ampliação do número de moedas regionais, e sua visibilidade na mídia, políticos e outros atores.
Brixton Pound (lançada em 2006)	Começou na Cidade de Totnes, Inglaterra.	Ajudar na adaptação das cidades em relação a eventos	Estimular o consumo entre pessoas e comerciantes	Moeda local, impressa , com paridade com a libra esterlina. Seu	Bancos cooperativos e autoridades locais	Os bancos cooperativos são enquadrados numa estreita	Implementadas em mais 3 cidades do Reino Unido e	Encontrar sistemas mais inovadores de indexação.	Esperam alterações na legislação para que os bancos

Quadro 3

Moeda	Lugar Onde?	Objetivo Por quê?	Atores Para quem?	Metodologia Como?	Governança Quem faz parte?	Legitimidade (Tem amparo legal?)	Resultados (O que tem alcançado?)	Desafios (O que tem enfrentado?)	Outras informações
	Primeira Cidade em Transição (TT-Transition Towns)	exteriores, choques e mudanças impostas, encorajando a economia local	dos bairros envolvidos.	uso é limitado a certas zonas e nos comércios onde elas são aceitas.		legislação e só podem emprestar para indivíduos	recebendo apoio financeiro de (fundo) autoridades locais	Os comerciantes trocam a moeda muito rápido, por questões de segurança à noite.	cooperativos possuem emprestar para comerciantes
Sistema C3 de Crédito Comercial) (últimas duas décadas)	Em todo o Uruguai e também em Porto Alegre, Brasil	Gerar transações econômicas em mercados com baixa liquidez	Notadamente para empresas, públicas e privadas, de todos os tamanhos. Também pessoas que tem atividade econômica	Funciona mais como um meio de pagamento , um sistema de crédito entre empresas pertencentes a uma rede.	Ao que parece, a ONG STRO (Social Trading Organization) com algumas centrais (organizações em outros países) operam o sistema e fazem melhorias.	Apoio do poder público. As moedas tem sido aceitas por órgãos públicos e para pagamentos de serviços (água, eletricidade etc)	A ampliação do sistema C3 é uma demanda do governo do Uruguai. Buscando difundir para outros países da América Latina	Não identificados na literatura	Estudam e tentam aperfeiçoar o sistema para melhorar o volume das transações
Moedas Sociais (criadas à partir das Palmas, em 2002)	Surgiu no Conjunto Palmeiras, bairro pobre da cidade de Fortaleza, Brasil, com mais de 30 mil habitantes. São encontradas hoje em diversos territórios do país, tipicamente carentes.	Reorganizar e aumentar o consumo e a produção dentro do bairro	Comunidades em situação de pobreza, produtoras e consumidoras em potencial, e excluídas do sistema bancário	Moeda criada coletivamente, impressa , com lastro na moeda do país. Emitida por um banco comunitário e associada à oferta de microcrédito produtivo ou de consumo.	Controle social em Fóruns locais; parcerias com organizações da sociedade civil, públicas e privadas	Não possui marco legal, mas um acordo entre o Banco Central e o Ministério do Trabalho e Emprego para refletirem sobre essa possibilidade.	Rede de mais de 70 bancos comunitários com suas moedas em várias regiões do país. Estão se expandindo com apoio e recursos do governo federal.	Sensibilizar a comunidade e os comerciantes para uso da moeda no território.	Aponta a importância de um plano de negócio para as moedas sociais, principalmente que dependem de financiamento externo.
NU-Spaarpas (lançada em 2002)	Cidade de Rotterdam, Países-Baixos	Favorecer as compras e comportamentos ecologicamente	Toda a população da cidade e para o meio ambiente.	São pontos de fidelidade obtidos na compra de produtos	Sistema administrado pela fundação QOIN em Rotterdam. Conta	Sistema que tem contato com apoios públicos, embora alguns	Mais de 11 mil pessoas com cartões; 100 empresas	Perderam alguns apoios financeiros importantes	

Quadro 4

Moeda	Lugar Onde?	Objetivo Por quê?	Atores Para quem?	Metodologia Como?	Governança Quem faz parte?	Legitimidade (Tem amparo legal?)	Resultados (O que tem alcançado?)	Desafios (O que tem enfrentado?)	Outras informações
		responsáveis		ecologicamente corretos. Estes pontos podem ser trocados por outros produtos e serviços públicos. Utilizam técnica de códigos de barra num cartão pessoal e, no comércio, os pontos são creditados na conta após a compra.	com vários parceiros, públicos e privados.	menos constantes.	participando e mais de 7 milhões de pontos em circulação.	(União Europeia), mas buscam inovar as formas e ferramentas de obtenção e troca de pontos.	
SEL (Système d'Echange Local) (na França, 1994)	Montreal, Existe em várias cidades francesas, cada sistema denomina sua moeda.	Estimular a troca de bens e serviços entre as pessoas. Os SELs urbanos, trocam-se mais serviços, notadamente os intelectuais. Nos SELs rurais, trocam-se mais alimentos e dias de trabalho	Trocar bens e serviços inspirados nos sistemas LETS, anglo-saxão.	Moeda de troca do tipo crédito mútuo. Nos SELs, uma hora vale uma hora, embora cada sistema tem sua moeda. Colocam a disposição uma lista de ofertas e demandas. As vezes, a relação entre comprador e vendedor contam com a ajuda de um mediador. São semelhantes, mas cada um tem suas particularidades de funcionamento.	Forma colegiada de organização que evita aspectos da hierarquia. Criarão uma associação chamada SELidaire, com um site e que funciona como um ponto de contato entre os diferentes SELs.	Evitam parceria com o poder público tendo em vista que todo serviço pago a um profissional incide imposto.	Só na região parisiense, existem mais de 40 SELs. 465 na França. Organizam encontros regionais e nacionais; os inter-Sels (clube de trocas), com moeda própria (Em Paris, existe o BLE-Bourses Locaux d'Echange, com a moeda Feuille de la Richesse)	Tentaram adotar um sistema de informática, como o SELs em Genebra, mas não tem recursos para pagar internet	Mais informações em selidaire.org
L'Abeille (2010)	Cidade de Villeneuve-	Funcionar como um vetor de	Surgido a partir da dificuldade de	Moeda impressa, local com	Gerenciada pela associação Agir	Conseguiram o apoio dos	Circulam cerca de 6 mil	Embora em um ano 50 empresas	Surgido a partir da dificuldade

Quadro 5

Moeda	Lugar Onde?	Objetivo Por quê?	Atores Para quem?	Metodologia Como?	Governança Quem faz parte?	Legitimidade (Tem amparo legal?)	Resultados (O que tem alcançado?)	Desafios (O que tem enfrentado?)	Outras informações
	sur-Lot, França.	trocas permitindo o desenvolvimento de produções locais.	usar dinheiro dentro do SEL, nos quais os membros não podem usar a moeda no comércio local.	paridade com o Euro. Emitida uma associação. A ideia é que empresas que trabalham com produtos ecológicos e bio aceitem a moeda. A moeda perde valor de 2% duas vezes ao ano, e se as empresas trocam, pagam uma taxa de 2% do valor.	pour le Vivant	representantes do poder público local os quais no início viam a iniciativa como uma forma de não pagar o imposto	l'abeilles, com 44 empresas e 51 aderentes em 2011. Outras associações em cidades da França tem emitido suas moedas com este modelo. Tem organizado encontro nacionais entre as experiências.	aderiram, as pessoas ainda usam pouco. A ideia é mudar o nível de consciência, através de um trabalho pedagógico, para chegar a ação. Criar uma rede nacional para difundir a ideia e possibilitar inovações, como os cartões	de usar dinheiro dentro do SEL, nos quais os membros não podem usar a moeda no comércio local.
RES (início dos anos 2000)	Louvain, cidade universitária de 30 mil habitantes perto de Bruxelas.	Sustentar o comércio local por meio de um sistema de pagamento entre comerciantes, consumidores e autônomos sem precisar dos bancos.	Consumidores e pequenas e médias empresas locais.	Sistema de pagamento sem dinheiro , por meio de cartão. Tem paridade com o Euro, mas não pode ser trocada por ele e não usa taxas. As trocas ocorrem entre empresas, entre elas e consumidores e entre estes últimos.	Emitida pela cooperativa RESPLUS, na qual os cooperados são os comerciantes.	Negociação com o banco central Belga para que os consumidores possam trocar Euros por RES a uma taxa de 10% (10 Euros = 11 RES)	Em 2011, a cooperativa contava com 5 mil comerciantes e 100 mil consumidores com um cartão de pagamento. Há comerciantes que aceitam o cartão em várias cidades Belgas e alguma na França.	Não explicitados na literatura.	Inspirada nos Regiogeld alemães e nos WIR suíços.
SOL (lançado em 2004)	Grenoble, França. Presente em	Retomar o sentido das trocas, nunca	Três tipos: Sol engagement (indivíduos); Sol	Sistema de pagamento com cartão , que	Estruturas de apoio no nível local (associações,	Contou com o apoio do Fundo Social Europeu	Alguns sistemas SOL locais tem usado papel	100 mil Euros de transações em 2010	

Quadro 6

Moeda	Lugar Onde?	Objetivo Por quê?	Atores Para quem?	Metodologia Como?	Governança Quem faz parte?	Legitimidade (Tem amparo legal?)	Resultados (O que tem alcançado?)	Desafios (O que tem enfrentado?)	Outras informações
	cinco regiões do país.	clara concepção e Economia plural e solidária.	Coopération (associações e empresas) e Sol Affecté (coletividades específicas)	permite pagar em Sol e receber bônus em Sol. Há 3 componentes: sol-econômico, associado ao Euro; Sol Temps e o Sol Engagemet, que valoriza trocas não monetárias. São válidos em nível local e dentro de toda rede Sol, em outras regiões.	peçoas). Governança tripartite: empresas de economia social e solidária; coletividades locais, como poderes públicos; e habitantes e cidadãos locais.		moeda e transações via celular.	considerado pouco em vista dos investimentos do projeto. O desafio é validar o investimento e inovar em tipos de transações. Responder melhor à necessidades territoriais. Promover educação popular em torno do SOL	
L'occitan (2010)	Pézénas, França, cidade de 10 mil habitantes	Estimular o comércio local,	Particulares e comerciantes	Moeda impressa, com paridade com o Euro, emitida pela associação TAT. O indivíduo paga 6% do seu valor reconverter l'occitan em Euro. Moeda 100% oxidante no último dia do ano. O comerciante tem 2 meses para trocar.	Gerenciada pela associação TAT e pelos Fundo de Dotação (garante o lastro). Conta, no dia a dia, com o tesoureiro da TAT e presidente dos Fundos de Dotação. Conta com equipe de voluntários e associação dos comerciantes como parceira.	Não explicitada nenhum relação legal. Mas este Fundo de Dotação	6 mil occitans circulando ao final do primeiro ano. Mais de 60 comerciantes aderiram a moeda.	Atingir um número maior de pessoas e de comerciantes dentro da cidade e das cidades vizinhas	Ver também Luciole no meio rural.
Sol-Violette (2010)	Toulouse, França (três bairros com características	Estimular o consumo local, por meio de trocas éticas e	Indivíduo, organizações sociais e solidárias,	Moeda impressa e via telefone, com paridade com o Euro. Oxida 2%	CLAS (Comité local d'agrément do Sol-Violette) defini um	Apoio significativo da prefeitura de Toulouse (120 mil	Em 6 meses, 600 pessoas aderiram a moeda, 25%de	Desenvolver a rede local, melhoras a fluidez das	Site: sol-violette.fr

Quadro 7

Moeda	Lugar Onde?	Objetivo Por quê?	Atores Para quem?	Metodologia Como?	Governança Quem faz parte?	Legitimidade (Tem amparo legal?)	Resultados (O que tem alcançado?)	Desafios (O que tem enfrentado?)	Outras informações
	diferentes), em caráter de projeto piloto.	solidárias entre atores da sociedade	parceiros e população da cidade	por trimestre.	Colegiado formado por financiadores, solistas, prestatárias (org. Ecosol), coletividades etc. Além disso, há uma equipe de trabalho de 4 pessoas. Podem ser comprados na prefeitura contra uma taxa de 5%, e no Clas.	Euros). Há envolvimento da prefeitura na rede de parceiros e na consecução do projeto. Faz parte do movimento SOL na França.	estudantes, militantes e pessoas em situação de precariedade. Mais de 10 mil moedas em circulação.	transações e melhorar a visibilidade do seu modo de governança.	
Trueque (1995 até 2002; e atualmente)	Argentina, difundido em todo território. Hoje, há em torno de 20 nós, com 4000 membros.	Primeiro, possibilitar as trocas de bens e serviços. Depois, se tornou uma alternativa de sobrevivência à crise dos anos 2000, dando origem a um mercado paralelo.	Primeiro, moradores de um determinado bairro. Em seguida, se tornou comum dentro de todo o país, tanto para os pobres como para a classe média. Permitia viver melhor economicamente como psico-socialmente.	Clubes de troca com moeda impressa. Os chamados "nós" eram os momentos em que o prossumidores se encontravam para trocar (tipicamente um bairro). Hoje, associam outras ferramentas como o microcrédito e o comércio justo e a troca é apenas mais um dentre eles.	No início, iniciativas locais, gerenciadas por membros do clube de trocas. Depois, as moedas eram emitidas por organismos e metodologias particulares (RGT de Bernal, que ocasionou um superemissão de moeda e queria tornar a experiência numa alternativa para lucrar).	Espalhados por todo o país, era vistos como legítimos pelo governo que aceitavam as moedas dos clubes de troca. A Argentina entendida como "país recuperado", em alusão às fábricas recuperadas.	85 nós antes de 2000, chegou a 400 em 2000; 1800 em 2001 (800 mil membros) e 5000 em 2002 (com 2 milhões de membros). Ensaiaram um novo modelo de sociedade, uma nova ideia de trabalho (além do emprego); constituição de experiência de educação popular (Obelisco, Heloísa	Foram vítimas de sua popularidade. As milhares de pessoas queriam trocar vestuário, e objetos por alimento, no auge da crise (descasamento da oferta-demanda). Distanciamento da ideologia solidária que deu origem aos clubes, se tornando um paliativo à crise. Dependência da economia formal	Para mais informações e textos: taoaproject.org "A falta de dinheiro não é um freio para exercer uma atividade" (p. 136, relatório Lyon). "depois do desengajamento do Estado, os argentinos decidiram tomar pelas mãos a organização do seu país, para sobreviver" (p.

Quadro 8

Moeda	Lugar Onde?	Objetivo Por quê?	Atores Para quem?	Metodologia Como?	Governança Quem faz parte?	Legitimidade (Tem amparo legal?)	Resultados (O que tem alcançado?)	Desafios (O que tem enfrentado?)	Outras informações
							Primavera e Carlos de Valle). Hoje, há em torno de 20 nós, com 4000 membros com caráter local e sem integração em rede.	para produzir, principalmente da agricultura. Há no país uma profunda desconfiança em relação aos clubes e suas moedas.	136, relatório de Lyon)
UDIS (unidad de intercambio Solidario) (2008)	Cidade de Suchitoto, El Salvador. Enfrentou uma guerra civil (1980-1992). Hoje com mais de 25 mil habitantes, dentre os quais 69% vive na zona rural.	Evitar a fuga de capitais ao estrangeiro e reconstruir os laços urbano-rural destruídos pela guerra.	Principalmente pequenos agricultores e comércios locais.	Moeda impressa emitida por Cooperativa de poupança e de Crédito em forma de troca direta, crédito rural, gastos da própria rede e troca com outras moedas locais da capital salvadoriana. Tem paridade com o dólar americano (moeda do país)	Projeto da organização REDE, direcionado aos agricultores principalmente. Não há menção a forma de tomada de decisão.	Há algum respaldo da legislação relativa às cooperativas de poupança de crédito do país, pelo menos no que diz respeito ao valor de reserva obrigatória.	100 empresas afiliadas, sendo metade na zona rural (hotéis, restaurantes etc). Oferta de um conjunto de formação aos produtores rurais pela fundação REDES.	Aumentar a circulação da moeda (apenas 3 mil UDIS em 2010) e as oportunidades de utilização da moeda pelos comerciantes. Fraco interesse da prefeitura e dos meios de comunicação.	50% de reserva obrigatória para emissão de créditos em moeda social. Significa que o lastro da moeda é de 50% do montante circulando.
PECES (?)	Yoro, pequena cidade do nordeste de Honduras. Caracterizada pela pobreza e pelo narcotráfico. Vive da agricultura e da exploração	Evitar fuga de divisas e apoiar os agricultores sob a forma de compras de sementes e apoio à produção e comercialização de biocombustíveis.	Produtores rurais e comércios locais, principalmente os ligados a produção e comercialização de biocombustíveis.	Moeda impressa, indexada ao dólar. Os agricultores podem comprar sementes em moeda local. É usada e aceita na rede, inclusive em mais duas cidades próximas.	A BYSA, empresa da qual os pequenos produtores tem 49% da propriedade e a FUNDER (org. sem fins lucrativos) possui 51%, que criou e apóia o projeto.	Faz parte de um projeto (Gota Verde) e não foi mencionado participação de órgãos públicos ou de leis que regulamentam.	Em 2010, circulavam 45 mil Peces e foram emitidas 344 mil Peces (equivalente à 18 mil dólares)	Não mencionados	

Quadro 9

Moeda	Lugar Onde?	Objetivo Por quê?	Atores Para quem?	Metodologia Como?	Governança Quem faz parte?	Legitimidade (Tem amparo legal?)	Resultados (O que tem alcançado?)	Desafios (O que tem enfrentado?)	Outras informações
Cooperativas Financeiras e de Consumo (experimentaram as moedas em 2007) - moeda UDIS.	florestal Equador. As cooperativas financeiras que emitem moedas estão espalhadas por várias cidades.	Reformar a economia local por meio de um círculo virtuoso de consumo, reduzir a utilização do dólar e proteger a agricultura camponesa.	Principalmente para os pequenos produtores agrícolas de todo país.	Moedas impressas emitidas por Cooperativas Financeiras. Tem paridade com o dólar e são emitidas através de empréstimos, compras na rede Coopera e lojas afiliadas. Não emitem mais do que o lastro.	As cooperativas são administradas pelos membros da comunidade, privilegiando a democracia. Há uma rede nacional, constituída em 2007.	Movimento reforçado pelo poder público nacional, com aparato legal para as cooperativas financeiras e também para as moedas complementares.	Cerca de 1500 cooperativas em 2010, mas não se sabe se todas com moeda social. A COOPERA reúne 80 mil sócios e emprega 500 pessoas. A Coopera possui uma fazenda experimental para agregar saberes e os transmitir aos agricultores.	Agregar na rede de afiliadas os fornecedores de sementes e insumos agrícolas num cadeia solidária.	A COOPERA é o exemplo mais emblemático, mas elas formam uma rede nacional. A coopera tem preços diferenciados para os associados e prevê a oferta de bônus em UDIS. Possui uma
SUCRE (Sistema Unitário de Compensação Regional de Pagamentos) (criado em 2010)	Alguns países da ALBA - Aliança Bolivariana da Nossa América. Equador, Bolívia, Nicarágua, Venezuela e outros do caribe.	Reforçar o comércio entre os países da América Latina (não é exclusiva da ALBA) e proteger da especulação	Os países com excedentes podem financiar projetos produtivos nas suas trocas em países deficitários. Privilegia projetos sociais realizados por empresas públicas, cooperativas e comunitárias.	Moeda virtual que circula entre os Bancos Centrais dos países participantes. É indexada ao dólar e facilita as transações entre os diversos países com moedas diferentes. O Sucre é comprado à 1.25 dólares e o reserva na sua câmara de compensação para futuras trocas/negociações	Bancos centrais dos países participantes.	Divisa acordada e amparada pelos Bancos Centrais do países participantes.	Em 2011, 144 milhões em SUCRES foram negociados.	Incluir outros países da América Latina, pois a utilização da moeda depende da vontade política de cada governo.	
WIR	Suíça, criada	Minimizar	Empresas,	As transações são	Câmara de	(Não menciona a	Em torno de 60	Apesar do	Criaram um

Quadro 10

Moeda	Lugar Onde?	Objetivo Por quê?	Atores Para quem?	Metodologia Como?	Governança Quem faz parte?	Legitimidade (Tem amparo legal?)	Resultados (O que tem alcançado?)	Desafios (O que tem enfrentado?)	Outras informações
(Wirtschaftsring - Círculo Econômico Privado) (a mais antiga, criada em 1934)	no contexto da Grande Depressão, para dar liquidez a economia do país.	instabilidades macroeconômicas Potencial contracíclico, ou seja, a demanda aumenta em períodos de crise, e diminui em períodos de crescimento.	principalmente pequenas e médias, fora do sistema de bancário tradicional	puramente eletrônicas. Uma Câmara de Compensação controla os débitos e créditos entre as empresas. As empresas se engajam em aceitar parte dos pagamentos em WIR (50% até 2 mil francos suíços)	compensação e empresas da rede. (Não mencionou como elas se organizam para decidirem alguma coisa. Mas imagino que deve haver um Conselho eleito)	existência de legislação. Mas pelo tempo de existência e pela amplitude, deve haver amparo legal)	mil pequenas e médias empresas de todos os setores da economia. Mas de 1 bilhão de trocas em WIR em 2008. Reforça os laços entre empresas e preserva o tecido econômico.	volume, representa apenas 0,35% da massa monetária global do país.	banco cooperativo para oferecer serviços bancários tradicionais que equilibra oferta e a demanda entre as empresas (problema clássico dos círculos de troca). Outra mudança foi que as empresas que querem sair do círculo não podem mais trocar seus WIR por moeda nacional, apenas dentro da rede.

Cabe destacar que o presente trabalho não tem por objetivo esgotar o tema das práticas alternativas existentes ou discurrir exaustivamente sobre as moedas sociais¹⁹⁹, pois para isso seria necessário um estudo específico. Procura-se tão somente apresentar, com fatos e argumentos como o paradigma neoliberal constitui um perigo para a sociedade, e como outra economia é factível em um agora possível. Isso se observa pela disposição solidária em que outros valores, que não o lucro a qualquer custo, movem as pessoas para práticas alternativas,

¹⁹⁹ Para os interessados em aprofundar no tema recomenda-se as obras de PRIMAVERA (2002) e RIGO (2014), ambas citadas no texto.

economicamente sustentáveis e ecologicamente conscientes. Para ilustrar tais concepções, alguns exemplos são trazidos, e além dos já apresentados, a seguir se verificará outros meios de distribuição de nutrientes (recursos) pelo organismo econômico, de modo que a prosperidade possa florescer.

4.2.2.3 A revolução sai de casa

O conceito moderno de revolução, para Arendt, está inerentemente ligado à mudança do curso da História, de modo que uma nova versão totalmente desconhecida até então passa a se desenrolar. Quando os indivíduos se engajam no enredo de uma revolução o fazem sem saber o que dela vai resultar (vitória ou derrota).²⁰⁰ Todavia, ainda com a incerteza, há um objetivo definindo: o comprometimento com a mudança a partir de ações no presente.

Este trabalho tem apresentado alternativas de ações no presente, em um agora possível, para redefinir os rumos da história neoliberal. Mudar esses rumos passa pela mudança de paradigma, para o paradigma solidário. A solidariedade, como já abordado, constitui um instinto humano para a sobrevivência, e revela nos diversos comportamentos das pessoas a percepção de que viver *in solido* (por autopreservação ou altruísmo), é melhor, mais sustentável que o individualismo competitivo. E, um elemento importante no paradigma solidário e negligenciado pelo neoliberalismo é o cuidado.

As práticas de cuidado foram, no decorrer da história, menosprezadas, silenciadas e apagadas. O cuidado, como algo totalmente periférico na sociedade capitalista, e principalmente neoliberal, foi relegado para mulheres sem ser considerado um elemento de reprodução social de uma nação ou uma comunidade. Além disso, sem o apoio de políticas públicas, cada indivíduo precisa dar conta dos cuidados que necessita, e dessa forma idosos, crianças e doentes, são deliberadamente negligenciados pelo Estado porque não interessam a economia convencional. Todavia, a ética feminista do cuidado promove uma crítica contundente quanto ao individualismo neoliberal, além de oferecer alternativas a ele. A alternativa consiste em levar o cuidado para fora de casa para criar uma cultura do cuidado, para se incentivar políticas de cuidado, e criar cidades cuidadas.

Pensar o feminismo a partir de um ponto de vista econômico, ou a economia de um ponto de vista feminista, não indica apenas um exame dos papéis de gênero na economia, como economistas convencionais poderiam estudar a questão. Na verdade, num contexto capitalista neoliberal, pensar sobre o feminismo em termos econômicos tem frequentemente significado uma prática mais popular – como as mulheres podem

²⁰⁰ ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. Trad. Fernando Dídimo Vieira. Brasília: UnB, 1988. p. 23.

entrar na força de trabalho capitalista – do que repensar culturas econômicas a partir da perspectiva *feminista*. A diferença entre essas duas abordagens é crucial: no primeiro caso, não há crítica ao capitalismo, mas antes, somente uma inserção de mulheres e papéis de gênero num arcabouço material já estabelecido – estrutura que dá continuidade ao trabalho do capitalismo e ao modo como ele é projetado para criar e manter as desigualdades. No segundo caso, o projeto é reimaginar e repensar o que é possível em culturas econômicas, possibilidades que incluam revalorizar as mulheres e pensar novas maneiras de como relações de gênero mais equitativas poderiam ser parte da cultura econômica. Uma prática de pensar eticamente a economia feminista e de nos tornarmos espécies diferentes de seres econômicos significa revalorar o trabalho de cuidar como prática econômica feminista alternativa.²⁰¹

As autoras Carol Gilligan e Nel Noddings estão entre as primeiras a abordar e formular a Ética do Cuidado identificando-a como uma orientação moralmente superior às teorias da Justiça baseadas apenas em princípios e regras, em que se privilegia a autossuficiência, independência e autonomia. O Cuidado é superior, especificamente para Noddings, porque motiva a ação moral a partir das necessidades concretas das pessoas e não as abstrações que os princípios constituem.²⁰² A Ética do Cuidado elucida a compreensão de que as pessoas são seres relacionais e interdependentes, ao invés de indivíduos racionais autônomos. Não pretende discutir a superioridade desta teoria sobre as demais teorias da justiça, mas, procura-se mostrar como é possível desenvolver uma ética direcionada a promover valores sociais e afetivos diferentes do individualismo neoliberal.²⁰³

Uma ética feminista do cuidado, portanto, tem semelhanças com outras ontologias que vivem e praticam os valores da reciprocidade, interdependência, interconexão e parentesco entre todos os seres e os mundos não humanos. Ontologias que entendem a relação entre humanos e outros seres como parentes têm sido praticadas por muitos milhares de anos em

²⁰¹ BANET-WEISER, Sarah; CASTELLS, Manuel. Economia é cultura. In: CASTELLS, Manuel (org). **Outra economia é possível:** cultura e economia em tempos de crise. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 33; 39.

²⁰² MARINHO, Manuela. Olhares femininos sobre a ética: Carol Gilligan e Nel Noddings. **Intervenção social**, v. 29, p. 71-82, 2004. Disponível em: <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/viewFile/1149/1264>. Acesso em: 20 fev. 2021.

²⁰³ “No mundo ocidental contemporâneo (especialmente nos Estados Unidos), os cuidados são um bem privatizado, sua articulação e operação são da responsabilidade de indivíduos. Uma política feminista de cuidado sugeriria que descentralizássemos essa dinâmica e compreendêssemos que os cuidados são um direito coletivo tanto para os cuidadores quanto para aqueles que precisam de cuidados. Isso exigiria uma redistribuição da riqueza social na direção daqueles que precisam de cuidados (sobretudo idosos e crianças) e um comprometimento com a construção de uma forma coletiva de reprodução social. [...] Uma política econômica feminista de cuidados reprioriza o cuidado, compreendendo que se trata de uma forma crucial de reprodução social, e questiona as ideologias de independência individual e responsabilidade familiar, colocando assim os cuidados e o trabalho de cuidar como uma responsabilidade social pública.” (BANET-WEISER, Sarah; CASTELLS, Manuel. Economia é cultura. In: CASTELLS, Manuel (org). **Outra economia é possível:** cultura e economia em tempos de crise. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 42-43.)

culturas indígenas australianas e outras ao redor do mundo. Reconhecer nossa interdependência coletiva e posição como receptores de cuidados pode desempenhar um papel na reformulação de uma cultura em que a responsabilidade pelo cuidado seja mais equitativamente compartilhada. À medida que a teoria urbana se engaja com uma ética feminista de cuidado e outras ontologias que destacam a interdependência coletiva, a lógica neoliberal de mercado de competição, crescimento ilimitado e individualismo pode ser combatida e desafiada. Uma ética feminista de cuidar pede para compartilhar coletivamente o fardo do trabalho de cuidar e fazer expandir outra forma de mundo.²⁰⁴

Na Biblioteca Feminina de Newtown²⁰⁵, a responsabilidade coletiva de cuidar de outras mulheres, conhecidas ou desconhecidas, pode ser exercida por meio das práticas cotidianas de manutenção e reparo. A biblioteca feminina pode ser considerada um espaço seguro criticamente exclusivo na cidade. Os atos de cuidado praticados na e dentro da biblioteca não ficam contidos no espaço físico da mesma, pois podem perpassar por toda a cidade remodelando o urbano como um lugar de cuidado. A ética do cuidado como uma ética norteadora da teoria urbana, uma vez que permitem enfatizar tanto as responsabilidades coletivas e individuais pelo cuidado, pode significar expor injustiças e negligências, propor soluções e ampliar alternativas que existem e que são realizáveis no aqui e agora. A necessidade de uma cadeira situada em um local privado em uma biblioteca feminina aponta para questões sistemáticas maiores de poder, injustiça, desigualdade e violência que permeia o mundo.²⁰⁶ O potencial de se envolver com uma ética feminista do cuidado consiste em uma forma de resistir e desafiar o domínio do neoliberalismo.

A prática do cuidado é fundamental para a continuidade da vida. Um enfoque político em uma ética feminista do cuidado auxilia no reconhecimento das desigualdades de poder e privilégio. Consiste em uma ética cotidiana, fundamentada e transformadora com o potencial de reorientar a teoria urbana para questionar sobre cuidado e responsabilidade, tornando assim as cidades o mais cuidadosas possível. Valorizar o cuidado pode ajudar a compreender o papel da manutenção e do reparo na criação de cidades mais solidárias e justas, enfatizar a

²⁰⁴ WILLIAMS, Miriam J. The possibility of care-full cities. *Cities*, v. 98, mar 2020. p. 2. Disponível em: [Doi:10.1016/j.cities.2019.102591](https://doi.org/10.1016/j.cities.2019.102591). Acesso em: 19 fev. 2021.

²⁰⁵ *The Women's Library* – A Biblioteca das Mulheres em Newtown, Sydney-Austrália.

²⁰⁶ Essa cadeira, localizada na parte de trás da biblioteca fazia parte da manifestação das medidas de cuidado do lugar. Era posicionada ao lado de uma coleção de livros sobre a sobrevivência de abusos, incesto, violência doméstica e alguns folhetos que têm informações de contato sobre serviços de aconselhamento e recursos sobre onde obter apoio. Jennifer (um pseudônimo) reconheceu que era necessário que as pessoas tivessem privacidade enquanto liam os livros e recursos, se assim desejassem. Como voluntária, ela se preocupou com as pessoas que podem entrar na biblioteca e sua necessidade de acessar recursos para ajudá-las a se curar de traumas. (WILLIAMS, Miriam J. The possibility of care-full cities. *Cities*, v. 98, mar 2020. p. 3. Disponível em: [Doi:10.1016/j.cities.2019.102591](https://doi.org/10.1016/j.cities.2019.102591). Acesso em: 19 fev. 2021.)

interdependência coletiva e responsabilidade mútua, além de revelar silêncios, injustiças e abandono de forma que provoque ação. O trabalho de uma ética feminista do cuidado nunca termina.²⁰⁷

A ética feminista conduz a revolução do cuidado para fora de casa, para diferentes lugares no mundo e incentiva um tipo de consciência e responsabilidade relacional que sugere não outra coisa que o paradigma solidário. Se a empreitada resultará em vitória ou derrota ainda não se sabe, mas o objetivo, como em todas as revoluções, é promover mudanças a partir das ações no presente. E das ações possíveis, algumas são apresentadas neste trabalho que, além das elencadas, mostrará a seguir como os bens comuns representam uma alternativa sustentável contrapondo a privatização massiva pelo paradigma neoliberal.

4.2.2.4 *Praticando os bens comuns*

A concepção de que os bens comuns são uma tragédia e que precisam ser geridos por agentes externos (a nacionalização pelo Estado ou a privatização), tendo em vista que a comunidade, por egoísmo e individualismo, esgotaria os recursos disponíveis, foi proposta por Garret Hardin.²⁰⁸ Para o autor, o processo de utilização dos recursos comuns culminaria na destruição dos mesmos. Essa teoria teve grande alcance entre cientistas e agentes políticos de forma a justificar o controle do governo central sobre os recursos de uso de bem comum ou de privatização desses bens. Todavia, a ganhadora do Prêmio Nobel de Economia em 2009, Elinor Ostrom, comprovou o equívoco do fatalismo de Hardin.²⁰⁹

A teoria de Ostrom²¹⁰ demonstra, ao contrário do que especulava Hardin, que as bases de recursos comuns geridas por comunidades locais trariam mais benefícios a longo prazo em que, por meio do compartilhamento, cooperação e co-gestão entre indivíduos, era possível evitar a sobreexploração e degradação dos recursos. Mais que isso, Ostrom concluiu que os resultados, neste tipo de gestão, são mais eficientes do que o previsto pela teoria de Hardin, ou seja, a gestão pelos agentes da comunidade distancia-se do egoísmo e individualismo além de

²⁰⁷ WILLIAMS, Miriam J. The possibility of care-full cities. *Cities*, v. 98, mar 2020. p. 3-6. Disponível em: [Doi:10.1016/j.cities.2019.102591](https://doi.org/10.1016/j.cities.2019.102591). Acesso em: 19 fev. 2021.

²⁰⁸ HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. *Science*. **New Series**, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 13 dec. 1968. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/sci/162/3859/1243.full.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

²⁰⁹ SIMÕES, João; MACEDO, Marta; BABO, Pilar. **Elinor Ostrom: “Governar os comuns”**. Dissertação (Mestrado em Economia e Política do Ambiente) - Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto, 2011. Disponível em: https://www.fep.up.pt/docentes/cchaves/Simoes_Macedo_Babo_2011_Ostrom.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

²¹⁰ OSTROM, Elinor. **Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action**. Indiana University, Cambridge University Press, 1990.

ser mais sustentável do que a gestão por meio de entidades externas, que tende à utilização exaustiva dos recursos para maximizar os lucros no paradigma neoliberal.²¹¹

A teoria de Ostrom revela-nos que **existe uma outra realidade onde é possível o usufruto e a manutenção dos recursos a longo-prazo, através de mecanismos cooperativos** elaborados pela comunidade e para ela. Em termos de regulação, Ostrom reforça que a implementação das regras terá de ser feita envolvendo as comunidades, fazendo-lhes compreender que são parte da solução e que sem elas o problema não será resolvido.²¹² (grifei)

Nesse sentido, existem exemplos abundantes de desenvolvimento e auto-organização eficiente das práticas de *commoning*, ou dos bens comuns, e como esses representam alternativas possíveis e viáveis face ao perigo neoliberal.

Os estudos recentes analisam a criação de novos bens comuns físicos ou digitais, como hortas urbanas, centros sociais, Wikipédia, Linux, bancos de tempo ou cooperativos produtor-consumidor. Isso é o que chamamos aqui de *práticas económicas alternativas*, ou o que outros chamamos de *espaços alternativos* ou “*economias solidárias*”. Já nós abordamos economias e práticas alternativas como *projetos de commoning*, enfatizando o processo de cooperação e compartilhamento que produz não só novas formas de economia, mas, antes, novas formas de vida em comum, ao mesmo tempo que os distinguimos de solidariedade governamentais, privadas ou de igrejas, que são feitas de cima pra baixo e se baseiam na caridade.²¹³

Importa destacar que os movimentos apresentados, apesar de implementarem o paradigma solidário, coexistem com as práticas do paradigma neoliberal e encontram oposição nestas, como é o caso do projeto *R- Urban*.

O *R-Urban* é uma estratégia ascendente que explora as possibilidades de aumentar a capacidade de resiliência (o “R” do nome) urbana ao introduzir uma rede de instalações geridas por residentes para criar complementaridades entre os principais campos de atividade (economia, habitação, agricultura urbana, cultura). O projeto *R-Urban* inicia ciclos ecológicos localmente fechados que apoiam o surgimento de modelos alternativos de viver, produzir e consumir entre o urbano e o rural. Para superar as crises atuais (climática, de recursos,

²¹¹ SIMÕES, João; MACEDO, Marta; BABO, Pilar. **Elinor Ostrom: “Governar os comuns”**. Dissertação (Mestrado em Economia e Política do Ambiente) - Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto, 2011. Disponível em: https://www.fep.up.pt/docentes/cchaves/Simoes_Macedo_Babo_2011_Ostrom.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

²¹² SIMÕES, João; MACEDO, Marta; BABO, Pilar. **Elinor Ostrom: “Governar os comuns”**. Dissertação (Mestrado em Economia e Política do Ambiente) - Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto, 2011. p. 14. Disponível em: https://www.fep.up.pt/docentes/cchaves/Simoes_Macedo_Babo_2011_Ostrom.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

²¹³ VARVAROUSIS, Angelos; KALLIS, Giorgos. *Commoning* contra a crise. In: CASTELLS, Manuel (org). **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 156.

econômica, demográfica), devemos, como diz o filósofo André Gorz, 'produzir o que consumimos e consumir o que produzimos'. Esse equilíbrio entre produção e consumo por meio de fontes locais sustentáveis não pode ocorrer sem mudanças nos estilos de vida e de trabalho dos cidadãos, que devem estar envolvidos nessas mudanças por meio de práticas colaborativas, apoiando uns aos outros por meio de redes locais. Por meio dessas atividades, são formados fluxos, redes e circuitos de produção-consumo, com ênfase na sustentabilidade.²¹⁴

No caso se analisa a primeira implementação do *R-Urban*, uma estratégia ascendente baseada em redes de bens comuns urbanos e centros coletivos que apoiam práticas de resiliência cívica que foram iniciadas pela prática de arquitetura ativista *Atelier d'Architecture Autogérée* (aaa)²¹⁵. Este primeiro *R-Urban* o projeto (2009–16) foi estabelecido nos subúrbios de Paris, em Colombes, um município multicultural onde os residentes têm renda abaixo da média nacional e onde as torres de habitação social são intercaladas com residências unifamiliares. Foi financiado com uma doação inicial de 1,2 milhões de euros – 50% da União Europeia e 50% de fundos locais e regionais –, incluindo o município que, na época, era liderado por social-democratas e partidos verdes. O projeto confiscou terras não utilizadas e em colaboração com os residentes locais e o município, estabelecendo dois centros interligados para o cultivo de alimentos, reciclagem de resíduos de materiais, realização de educação ecológica e intercâmbio cultural. Os sites de Colombes foram planejados com uma projeção de 10-15 anos e deveriam se tornar parte de uma rede de centros cívicos de resiliência local a ser desenvolvida após as eleições municipais de 2014. No entanto, apenas 4 (quatro) anos depois de operação plena, um novo governo municipal de direita conservadora fechou o projeto, mas não antes de protestos significativos. Um efeito colateral foi que uma grande quantidade de dados foi coletada nas operações do projeto. O modelo *R-Urban* desde então foi replicado em três áreas urbanas adicionais de Paris (em Gennevilliers, Nanterre e Bagneux por aaa) e em Londres (em Hackney Wick e Poplar por PublicWorks) com apoio financeiro de municípios locais. O suposto motivo do encerramento do projeto Colombes foi a “necessidade” para um parque de estacionamento que proporcionaria “maiores retornos” sobre o valor do ativo.²¹⁶

Não obstante, essa visão sobre o retorno de investimento sempre foi falha e, na última geração, seriamente desafiada por feministas, ecologistas, povos indígenas, comunidades

²¹⁴ R-URBAN. Disponível em: <http://r-urban.net/en/sample-page/>. Acesso em: 21 fev. 2021.

²¹⁵ ATELIER D'ARCHITECTURE AUTOGÉRÉE (AAA). Disponível em: <https://www.urbantactics.org/about/>. Acesso em: 22 fev. 2021

²¹⁶ PETRESCU, Doina; PETCOU, Constantin; SAFRI, Maliha; GIBSON, Katherine. Calculating the value of the commons: Generating resilient urban futures. **Environmental Policy and Governance**, p. 1–16, 2020. p. 2. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/eet.1890>. Acesso em: 19 fev. 2021.

digitais e físicas (*commoners*), especialmente desde a crise financeira global de 2008. Entre esses grupos, há um reconhecimento crescente de que não existe uma teoria consensual do valor, ou pelo menos nenhuma teoria aceita globalmente que reflita toda a vida e não apenas suas dimensões econômicas. A narrativa padrão da economia neoclássica, ou paradigma neoliberal, continua a dominar, mas seu compromisso com o valor monetizado - preço - como uma representação realista do valor está cada vez mais visto como fantasioso na melhor das hipóteses, se não uma ficção corrupta. Ainda assim, os esquemas alternativos de avaliação permanecem em grande parte subdesenvolvidos ou confinados a nichos intelectuais ou políticos, pelo menos no Ocidente. Muitos defensores do *commons* acreditam que há um grande valor estratégico no desenvolvimento de uma teoria de valor alternativa e compartilhada - uma teoria que poderia desafiar as fábulas neoliberais sobre o valor, ao mesmo tempo que eleva o papel de vários domínios fora do mercado, como a economia do cuidado, eco-administração, comunidades digitais e diversas formas de *commoning*.²¹⁷

Conforme estudos, e aqui são apresentados números pertinentes (e inescapáveis), o valor de retorno pode ser cooptado do sistema capitalista e investido em um bem comum capaz de criar valor comum. Os benefícios da economia comunitária e os fluxos de valor gerados pelo *R-Urban* totalizaram cerca de 3,35 milhões de euros. Atividades de geração de receita totalizaram € 300.500, e o valor do trabalho voluntário não remunerado realizado atingiu cerca de € 317.000. O *R-Urban* agiu como uma espécie de “Universidade comum”, oferecendo gratuitamente treinamento em autoconstrução de edifícios, jardinagem, filtragem de água, reciclagem e reparo e governança coletiva. O investimento nas pessoas e a melhoria das suas capacidades através do *R-Urban* gerou um equivalente monetário de 1,25 milhões de euros. A economia total de custos foi de 1,48 milhões de euros. Destes, 254.000 € (16%) reverteram para o *R-Urban* e respectivas famílias participantes. A maior parte dos benefícios repercutiu no estado (68%) e no planeta (16%) como custos economizados devido aos efeitos ecológicos e de bem-estar humano produzidos pelo *R-Urban*. De acordo com os cálculos, com o Investimento em Economia Comunitária inicial de 1,2 M €, o CEROI²¹⁸ para 1 ano é de 180%. Considerando que o mercado de ações dos Estados Unidos da América anuncia, na melhor das hipóteses, uma

²¹⁷ BOLLIER, David. **Re-imagining value:** Insights from the care economy, commons, cyberspace and nature. Berlin, Germany: Heinrich Böll Stiftung, 2016. p. 3-4.

²¹⁸ *Community Economy Return on Investment*, em tradução literal “retorno sobre o investimento da economia comunitária”, método proposto por Gibson-Graham em: *Take back the economy: An ethical guide for transforming our communities*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2013. Os “retornos” da economia da comunidade incluem benefícios sociais, como aumento de bem-estar individual, familiar e comunitário, bem como benefícios ecológicos. Eles também incluem o aumento do excedente controlado coletivamente, o aumento do comércio ético e os bens comuns expandidos.

taxa de 10% a 12% retorno sobre o investimento em anos bons, mas o CEROI no *R-Urban* é alto o suficiente para qualquer pessoa interessada em tais assuntos notar. Sem contar os demais benefícios, como maior empregabilidade, melhor engajamento social, melhora na saúde pública, reutilização de recursos, entre outros.²¹⁹

Por outro lado, o *Return on Investment* – Retorno sobre o investimento (ROI) sobre o estabelecimento de um estacionamento (a opção do município de Colombes para o terreno da *Agrocité*) é de uma ordem muito diferente. O custo para a construção de um estacionamento para 30 carros na área é de aproximadamente € 250.000 e o nivelamento do solo (que desperdício de fertilidade do solo, poderia se acrescentar) somaria outros € 20.000, levando a um custo total de € 270.000. Com taxas normais de € 1.500 / carro / ano a preços preferenciais para quem paga antecipadamente, a receita anual do estacionamento para cerca de 30 vagas resultaria em uma receita anual de € 45.000. Com uma vida útil de 10 anos para o estacionamento temporário (e, portanto, um investimento médio anual de € 27.000), o ROI para o primeiro ano teria sido de 67%. Mas se eles fossem forçados a um prazo de 1 ano, assim como os cálculos de *R-Urban* foram devido ao despejo, então o ROI do município teria sido negativo em 83%. De fato, o ROI melhora para qualquer investimento inicial amortizado ao longo de vários anos, mas o mesmo acontece com *R-Urban*, exceto que neste caso os benefícios seriam esperados a aumentar a cada ano. Se realmente o *R-Urban* tivesse uma vida útil de 10 (dez) anos para o projeto, conforme inicialmente prometido e planejado, o retorno total teria aumentado para 33 milhões de euros, resultando em um CEROI total de 10 (dez) anos de 2.700%.²²⁰

Os números podem ser exaustivos, mas são também persuasivos, de modo a derrubar qualquer argumento contrário sobre a possibilidade ou viabilidade de tais projetos que consistem em uma nova forma de viver em comunidade de forma solidária e sustentável. Outrossim, o Movimento dos *Aganaktismenoi* (Indignados) na Grécia catalisou o surgimento de vários projetos de *commoning*.

O movimento dos indignados (espelhados no grupo homônimo espanhol), ou movimento das praças, como também ficou conhecido na Grécia, foi um conjunto de protestos em 2011 contra as medidas de austeridade e privação econômica extrema para a população.

²¹⁹ PETRESCU, Doina; PETCOU, Constantin; SAFRI, Maliha; GIBSON, Katherine. Calculating the value of the commons: Generating resilient urban futures. *Environmental Policy and Governance*, p. 1–16, 2020. p. 13-14. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/eet.1890>. Acesso em: 19 fev. 2021.

²²⁰ PETRESCU, Doina; PETCOU, Constantin; SAFRI, Maliha; GIBSON, Katherine. Calculating the value of the commons: Generating resilient urban futures. *Environmental Policy and Governance*, p. 1–16, 2020. p. 14. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/eet.1890>. Acesso em: 19 fev. 2021.

Houve a ocupação da Praça Syntagma e a partir disso um desenvolvimento (ainda que rizomático) crescente de projetos de *commoning* como um banco de tempo, um centro médico autogerido que deu origem a uma clínica e farmácia solidária permanentes, ecovilas, cooperativas de trabalhadores, entre outros. Além disso, a desidentificação das massas permitiu maior negociação para a promoção do bem comum entre indivíduos não ligados a uma ideologia específica. O modelo de assembleia geral praticado na praça Syntagma procurava impedir o acúmulo de poder nas mãos de poucos, de modo que abriu espaço para uma ampla participação popular e se expandiu para vários bairros como modelo organizacional dos projetos de *commoning*.²²¹ Verifica-se assim que a experiência na Grécia reflete uma verdadeira descriptografia do poder, e desestigmatização da vulnerabilidade econômica, elevando a moral da população e promovendo o desenvolvimento sustentável e solidário da sociedade.

Os materiais culturais que estão surgindo das alternativas econômicas alimentadas na crise e pela crise da última década encarnam uma cultura diferente: a cultura de autonomia que caracteriza a sociedade em rede e que foi vigorosamente constituída pelos movimentos sociais em rede de nosso tempo. Essas práticas parecem ser os arautos de novas formas de organização econômica a materializar a cultura da economia. Nós não sabemos o que elas serão. Mas nós sabemos – pelo menos eu sei – que a marca registra corrente do capitalismo informacional global irrestrito é insustentável econômica, social e ecologicamente. Nós também sabemos que a substituição de uma lógica capitalista por uma lógica estatista foi sepultada pela história e é desdenhada pela maioria das pessoas, mesmo sob condições de tensão extrema, na medida em que a liberdade é o seu valor supremo, considerada compatível com a igualdade. E embora não conheçamos os contornos precisos do nosso futuro, se estivermos atentos à criatividade das práticas alternativas que estão surgindo da crise, saberemos que outra economia é possível.²²²

Todos os exemplos apresentados, e mais uma miríade de opções existentes no mundo, são alternativas sérias e comprometidas, são ideias sentidas e aplicadas que mostram outro caminho para trilhar, que terão mais alcance com os incentivos de políticas eficazes. Políticas que promovam o envolvimento das pessoas e comunidades em práticas socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, porque, como se verá a seguir, a economia enquanto um jardim precisa de cuidado para florescer em prosperidade.

²²¹ VARVAROUSIS, Angelos; KALLIS, Giorgos. *Commoning* contra a crise. In: CASTELLS, Manuel (org). **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 162-166.

²²² CASTELLS, Manuel (org). **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 248.

4.2.2.5 Cultivando o jardim

Os neoliberais insistem no funcionamento do mercado com uma lógica mecanicista, em que a máquina econômica funciona automaticamente e o Estado não deve atrapalhar o seu processo, exceto, é claro, para reajustar as peças que começam se soltar. Ou em outras palavras, intervir apenas para manter a máquina funcionando. Mas, como mostrado, a economia não obedece a leis rígidas ou fixas, é uma construção cultural em complexa e fluida transformação.

Em vez da economia como máquina, a metáfora adequada é a economia como um jardim. E, como qualquer pessoa que se dedique a jardinagem sabe muito bem, a atividade requer muito trabalho, o *laissez-faire* no jardim econômico significa desorganização e ruína porque não existe autorregulação.

Os jardineiros não fazem as plantas crescer, mas criam condições em que elas podem prosperar e fazem julgamentos sobre o que deve e o que não deve estar no jardim. É por isso que os jardineiros econômicos têm que se envolver, nutrindo, selecionando, transplantando, enxertando, podando e tirando as ervas daninhas das plantas à medida que elas crescem e amadurecem.²²³

O Estado, que há muito estava distante do jardim, precisa reassumir o seu papel, formulando e implementando políticas que primeiramente limpe o terreno, há muito dominando pelas ervas daninhas (a prevalência dos mercados financeiros, as privatizações dos recursos básicos, as políticas de austeridade, a degradação ecológica); depois nutra o solo com os investimentos sociais (educação, saúde, previdência, saneamento básico, uma natureza equilibrada, etc.) para que a prosperidade possa florescer.

Um exemplo da implementação de mudanças foi em Barcelona em 2015, em que Ada Colau, líder do movimento contra o despejo de moradores, venceu as eleições municipais sem apoio de nenhum partido. Enquanto prefeita promoveu transformações nas políticas do município:

Enfatizando a luta contra a pobreza, auxiliando os movimentos cooperativos e os experimentos sociais em prédios ocupados, ao mesmo tempo que desmantelava a polícia especial antiprotestos que assombrava ocupantes de imóveis e comunidades alternativas. Múltiplas iniciativas de uma economia localmente compartilhada, incluindo rede de trocas e cooperativas de consumidores habitacionais, floresceram sob a proteção da nova legislação municipal, sendo que muitas definiram como meta financiar o apoio às suas iniciativas de autoaperfeiçoamento. Além disso, um programa amplo de participação do cidadão foi traçado por aqueles que tinham sido

²²³ RAWORTH, Kate. **Economia Donut**: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 171.

ativistas nos movimentos sociais, tanto nos bairros quanto numa rede especial da cidade de Barcelona. Houve troca de experiências, debate e votação de propostas e, sem medo da repreensão, múltiplas iniciativas tiveram lugar, expandindo a base social da economia alternativa que fora criada em Barcelona durante a crise.²²⁴

A dinâmica natural do sistema da Terra precisa ser respeitada para a continuidade da vida, dessa forma o sistema financeiro-econômico deve ser ajustado para respeitar estes ciclos, e isso decorre, além do comportamento individual, das regulamentações estatais (que incide para modificar comportamentos também), consiste em um processo dialético.

A criação e a expansão de práticas alternativas transformaram a consciência de um segmento da população cuja mobilização no campo político levou à alternativas e abriram novas perspectivas, anunciando e introduzindo uma economia solidária. Além disso, Barcelona não foi um caso excepcional. Vitórias políticas semelhantes inspiradas por movimentos sociais nas cidades de Madrid e Valência multiplicaram o efeito de demonstração, provando à sociedade como um todo que outra economia era possível.²²⁵

Outro exemplo são as *Slow Cities*, movimento que nasceu na Itália inspirado nos princípios do *Slow Food*²²⁶ e transportando-os para a infraestrutura das cidades ou comunidades. A Itália ainda é o país onde há maior concentração de cidades que integram o movimento, todavia, hoje esse movimento está estabelecido com abrangência global, sendo que em 2014 contava com “200 (duzentas) cidades em 28 (vinte e oito) países”²²⁷, entre eles Reino Unido, Espanha e Austrália. Os requisitos de excelência do movimento *Slow City* abarcam sete categorias, quais sejam: políticas de qualidade de vida urbana; energia e políticas ambientais; políticas agrícolas, turísticas e de apoio ao artesanato; políticas de infraestrutura; políticas de hospitalidade, consciência e educação; coesão social; e parcerias. Assim, considerando que a sobrevivência e manutenção das *slow cities* dependem do alinhamento com governos regionais e locais, o movimento precisa incentivar as entidades de governança local a se envolverem com ele e com seus princípios.²²⁸

²²⁴ CASTELLS, Manuel; HLEBIK, Sviatlana. Práticas econômicas alternativas em Barcelona: sobrevivendo à crise, reinventando a vida. In: CASTELLS, Manuel (org). **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 186.

²²⁵ CASTELLS, Manuel; HLEBIK, Sviatlana. Práticas econômicas alternativas em Barcelona: sobrevivendo à crise, reinventando a vida. In: CASTELLS, Manuel (org). **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 186.

²²⁶ Contraposição filosófica e política ao *fast-food*. O *Slow Food* defende a apreciação e a qualidade das refeições, bem como uma produção que valorize o produto, o produtor e o ambiente.

²²⁷ CITTASLOW. **Cittaslow International Network**. Midden-Delfland, 2014. Disponível em: <https://www.cittaslow.org/event/midden-delfland-slow-smart-presentation-press-cittaslow-international-assembly>. Acesso em: 8 fev. 2021.

²²⁸ PINK, Sarah; SEALE, Kirsten. Imaginar e construir futuros alternativos: “Cidades Lentas” como locais de esperança e confiança. In: CASTELLS, Manuel (org). **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 222; 231.

Ele [o movimento] busca construir modos alternativos de ser e de experimentar, os quais inevitavelmente se referem ao futuro. Essas alternativas reconhecem a dificuldade para se alcançar soluções holísticas e, em lugar disso, criam rotas para futuros que são inevitavelmente parciais; [...] O futuro, como o presente, será mundano, confuso e complicado. Qualquer visão clara que se tenha dele será sequestrada pelas contingências e condições de “seja lá o que for” que está lá. Se compreendermos que o futuro é complexo, abordagens como a do movimento Slow City tornam-se os fios que, através de seus relacionamentos com outros fios, talvez ainda desconhecidos, buscam urdir e encadear futuros sustentáveis e justos.²²⁹

O Estado é responsável por estabelecer políticas estruturais para que se promova e propague as transformações necessárias, e a quanto este papel, uma crença pouco conhecida de Adam Smith é que a regulação do governo “a favor dos trabalhadores é sempre justa e equitativa”, o mesmo não ocorrendo quando ele regula “a favor dos empregadores”. Igualmente desconhecida é a exigência de equidade de resultados, situada no coração de sua defesa dos mercados livres.²³⁰ Obviamente que referida declaração do pai do liberalismo foi sistematicamente abafada para privilegiar as desregulamentações em massa.

A regulação do capital permitiria aos governos implementar políticas monetárias e fiscais e sustentar programas sociais e de pleno emprego sem o temor da fuga de capitais, conforme assinalou na época o negociador dos Estados Unidos, Harry Dexter White, com a aprovação de seu colega britânico, John Maynard Keynes. O livre fluxo de capitais, ao contrário, criaria o que alguns economistas internacionais chamam de um “senado virtual”, no qual o capital financeiro altamente concentrado impõe as suas próprias políticas sociais sobre populações refratárias e pune governos dissidentes com a fuga de capitais.²³¹

Em última análise, a economia é lei. Não o tipo de lei que os economistas neoclássicos inventaram para provar que a economia é uma ciência sólida como a física de Newton. A lei da oferta e da procura, a lei do mercado, a lei dos rendimentos decrescentes: estas leis fixas que sustentam a economia não existem. Trata-se apenas de uma espécie de mimetismo do funcionamento da ciência. A economia é um sistema dinâmico, em evolução constante, motivo pelo qual as leis não existem, existe apenas a sua concepção. No século XXI, essa concepção deveria ser regenerativa, para que a utilização que fazemos da energia e dos materiais funcione nos ciclos do mundo vivo e dentro dos limites do planeta. Mas também tem de ser distributiva,

²²⁹ PINK, Sarah; SEALE, Kirsten. Imaginar e construir futuros alternativos: “Cidades Lentas” como locais de esperança e confiança. In: CASTELLS, Manuel (org). **Outra economia é possível:** cultura e economia em tempos de crise. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 235-236.

²³⁰ CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e ordem global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 22.

²³¹ CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e ordem global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p 82.

para que a dinâmica do comportamento dos mercados não concentre o valor e os lucros nas mãos de uma minoria de 1% – que é o que acontece presentemente – e para que os distribua de forma eficaz pelas pessoas. Então, como chegar lá?²³²

Regulando a forma como a economia está concebida. Economistas neoclássicos e neoliberais estão excessivamente concentrados no mecanismo de preços. Fixar o preço para os combustíveis fósseis pode constituir uma boa ferramenta, mas não é suficiente. Em última análise, é preciso transformar a base de toda a produção. E isso não significa perguntar aos contabilistas da empresa como otimizar a posição fiscal tendo em conta um novo mecanismo fiscal ou de preços. Não, passa por forçar os responsáveis na empresa a reverem o que está no centro do processo. Decidir, como fez a Europa, proibir os plásticos de utilização única a partir de 2025 ou os sacos de plástico a partir do próximo ano é regulamentação clara e afetará a indústria do plástico e das embalagens no seu âmago. Os operadores da indústria não podem simplesmente recalcular as suas despesas, têm de redesenhar as garrafas e reorganizar a cadeia de aprovisionamento. A mudança que a legislação e os regulamentos podem proporcionar é, em longo prazo, muito mais importante do que aquilo que qualquer mecanismo de preços possa fazer. Se quisermos mudar o mundo, é preciso mudar as leis.²³³ Aliás, não somente as leis, o paradigma.

O paradigma neoliberal é totalizante desde seu projeto e não admite alternativa a ele porque precisa se reproduzir (artificialmente) para sobreviver. Todavia, diante das falhas e falsas promessas, cujos resultados foram devastadores para a maior parte da população, alternativas criativas surgiram naturalmente para lidar com os efeitos nocivos. E, depois de implementadas, modelaram uma nova forma de viver, com a adoção de um paradigma solidário e cooperativo, com mais distribuição de poder, mais participação popular de diferentes grupos e maior impacto ecológico positivo. Somado às iniciativas populares, ressalta-se que as regulamentações estatais favorecem no incentivo de outro tipo de comportamento e ação para que se possa entrar no *donut*, provendo dignidade humana e respeitando os limites ecológicos. Um exemplo disso são os movimentos constitucionais inovadores, na América do Sul, que se configuram como Estados Plurinacionais e fornecem novos paradigmas em termos de organização social, atendimento das demandas dos povos e nações marginalizados bem como

²³² RAWORTH, Kate. Doughnut Economics for a Thriving 21st Century. [Entrevista cedida a Tine Hens]. **Green European Journal**, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://www.greeneuropeanjournal.eu/doughnut-economics-for-a-thriving-21st-century/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

²³³ RAWORTH, Kate. Doughnut Economics for a Thriving 21st Century. [Entrevista cedida a Tine Hens]. **Green European Journal**, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://www.greeneuropeanjournal.eu/doughnut-economics-for-a-thriving-21st-century/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

no tratamento dado à natureza. Este último, sobretudo, interessa a este trabalho e será abordado no próximo tópico porque se opõe como um sistema viável ao paradigma neoliberal explorador que tem levado o planeta ao seu limite.

4.2.3 Ações para evitar a queda do céu

Pela lógica capitalista, a natureza e todos os seres vivos são tão somente recursos e matérias-primas a serem explorados. O neoliberalismo em sua teoria e prática justifica tal sistema enaltecendo a competição (desigual) acirrada, o lucro a qualquer custo, a concentração e encriptação do poder, e aniquilação da diferença. O resultado, conforme apresentado, foi o colapso econômico, a desigualdade exorbitante, a miséria esterecedora e o esgotamento da natureza que conduz cada vez mais iminente colapso ecológico. Por outro lado, os países da América do Sul, especificamente Equador e Bolívia, inovaram ao concretizar alternativas possíveis ao paradigma neoliberal, o constitucionalismo plurinacional. Essas constituições assumem o pluralismo jurídico, político e cultural para transformar as relações entre indivíduos, bem como as relações com a natureza que passa a ser reconhecida como sujeito de direito, e não mais coisa ou recurso a ser explorado pelo capital.

O constitucionalismo plurinacional é baseado em relações interculturais igualitárias que redefinem e reinterpretam os direitos constitucionais e reestruturam a institucionalidade proveniente do Estado Nacional. O Estado plurinacional não se restringe ao reconhecimento cultural de povos distintos, mas consiste em um sistema de foros de deliberação intercultural autenticamente democrático. O próprio federalismo é redefinido em sua estrutura de modo que se caracteriza pela multiplicidade de identidades em um mesmo Estado, multiplicidade de jurisdições e regulamentos que coexistem, dialogam e mantem uma integração descentralizada, de maneira a evitar, propositalmente, a concentração de poder. Cabe esclarecer que plurinacionalidade e interculturalidade são conceitos distintos e ambos assegurados, especificamente na Constituição do Equador²³⁴ de 2008, em seu artigo 1º., Plurinacionalidade está relacionada ao autogoverno, participação dos povos indígenas na deliberação sobre a utilização da natureza, bem como sua representação e participação política nas instituições estatais. A interculturalidade, por sua vez, diz respeito às relações socioculturais individuais e

²³⁴ EQUADOR. **Constitución de la República del Ecuador**. Registro Oficial, n. 449, 20 out. 2008. Disponível em: https://www.asambleanacional.gob.ec/sites/default/files/documents/old/constitucion_de_bolsillo.pdf. Acesso em: 4 fev. 2021.

coletivas entre povos indígenas e principalmente entre estes com a sociedade mestiça.²³⁵

A visão clássica de progresso, sustentada ideologicamente há muito tempo, tem conduzido a limites das condições de vida na Terra tanto em sua dimensão humana quanto ecológica. Diferentemente do que o paradigma neoliberal postula, o humano se realiza (ou deve se realizar) em comunidade, com e em função de outros seres humanos, sem pretender dominar a natureza, tendo em vista que a humanidade não está fora dela, mas a ela pertence. A exploração impiedosa dos recursos naturais e consequente genocídio histórico das populações nativas serviram, desde os tempos coloniais, à acumulação capitalista de poucos. Para evitar o esgotamento das próprias condições de vida é fundamental que se recupere a integração entre o humano e a natureza, de modo que se estabeleça uma relação desmercantilizada. Os objetivos econômicos devem estar subordinados às leis de funcionamento dos sistemas naturais, considerando a dignidade humana e qualidade de vida das pessoas. É nesse sentido que a Constituição do Equador foi pioneira em tratar a natureza como um sujeito de direitos. Obviamente que a mudança do *status* da natureza de objeto capitalista a ser explorado para sujeito de direitos a ser respeitado não foi um caminho fácil politicamente. Resulta das lutas e movimentos sociais que lograram êxito e se fazer reconhecer que o sistema capitalista terminará por destruir as condições biofísicas da existência e assim a própria humanidade.²³⁶

Como resposta à crise do modelo e das políticas neoliberais, o Estado plurinacional reassume o papel regulador contra as corporações transnacionais e poderes materiais tradicionais, tanto para recuperar os antigos direitos sociais diminuídos quanto para confirmar os novos direitos sociais e coletivos (à água, à segurança alimentar, entre outros) juntamente com os direitos da natureza, refletindo novas concepções de direitos e aspirações de uma vida boa, de um *buen vivir*, de diferentes tradições culturais.²³⁷

As Cartas constitucionais da Bolívia (2009) e Equador (2008) partem de um paradigma diverso do constitucionalismo (neo)liberal que sempre privilegiou o indivíduo como único sujeito de direitos e obrigações. Dentro do reconhecimento dos direitos coletivos, chega-se à proclamação dos direitos da natureza, da *Pachamama*²³⁸, contendo os demais direitos. Instaura-

²³⁵ GRIJALVA, Agustín. El Estado Plurinacional e Intercultural en la Constitución Ecuatoriana del 2008. **Revista Ecuador Debate**, n. 75, p. 49-62, 2008. p. 51-56. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/4170/1/RFLACSO-ED75-04-Grijalva.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2021.

²³⁶ ACOSTA, Alberto. **El buen vivir en el camino del post-desarrollo: una lectura desde la Constitución de Montecristi**. Quito: Fundación Friedrich Ebert, 2010. p. 17-18.

²³⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina Perspectivas desde una epistemología del Sur**. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010. p. 13.

²³⁸ “Art. 71. La naturaleza o Pacha Mama, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos” (EQUADOR. **Constitución de la República del Ecuador**. Registro Oficial, n. 449, 20

se uma cosmovisão emergente que pretende reconstruir a harmonia e equilíbrio da vida, e esta é a resposta das comunidades destas regiões: o paradigma do *Buen Vivir*. Na Bolívia se utiliza o termo *Vivir Bien* e no Equador *Buen Vivir* (*suma qamaña* em aymará e *sumak kawsay* em quíchua) para designar o paradigma indígena de vida harmoniosa entre os humanos e a natureza. Diametralmente oposto ao paradigma neoliberal que tem levado à devastação da natureza e da vida. O vanguardismo sul-americano no reconhecimento normativo e consagração constitucional da *Pachamama* resultam das persistentes lutas camponesas e indígenas bem como os movimentos sociais dos referidos países.²³⁹

Os direitos da natureza, sejam na Constituição da Bolívia ou na do Equador, bem como a *Ley de Derechos de La Madre Tierra* (2010), ao que tudo indica, podem ser um instrumento que possibilite o equilíbrio do ambiente, entendendo a pessoa humana como parte da *Pachamama*, ou seja, da natureza, a qual tem o direito à vida. A nova legislação, nascida do debate entre os próprios atores sociais, garante a proteção da natureza, recupera e fortalece os saberes locais e conhecimentos ancestrais. A Lei da Mãe Terra baseia-se no fato de que, se o ser humano faz parte dessa terra (*Pachamama*), e se ela tem direitos, os seres humanos também têm direitos: direito à vida, à saúde, ao bem-estar, como têm também o dever de obrigações e de respeitá-la. A Bolívia e o Equador deram um passo importante ao reconhecer a condição “sagrada” da terra, como algo muito importante para a vida - como é vista a *Pachamama* - não na sua percepção folclórica ou mitológica - mas como um sistema vivo, no qual o ser humano é só mais um elemento. Garantir o equilíbrio desse sistema passa a ser fundamental também para a sobrevivência das espécies, inclusive o homem. Proteger a *Pachamama* é tornar efetivo o direito à vida em suas múltiplas dimensões.²⁴⁰

Tais movimentos mostram como transformações aparentemente utópicas são necessárias e concretizáveis. O Estado Plurinacional mostra que “o diverso não é necessariamente desunido, o unificado não é necessariamente uniforme, o igual não é

out. 2008. Disponível em: https://www.asambleanacional.gob.ec/sites/default/files/documents/old/constitucion_de_bolsillo.pdf. Acesso em: 4 fev. 2021.).

“*Dejamos en el pasado el Estado colonial, republicano y neoliberal. Asumimos el reto histórico de construir colectivamente el Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, que integra y articula los propósitos de avanzar hacia una Bolivia democrática, productiva, portadora e inspiradora de la paz, comprometida con el desarrollo integral y con la libre determinación de los pueblos. Nosotros, mujeres y hombres, a través de la Asamblea Constituyente y con el poder originario del pueblo, manifestamos nuestro compromiso con la unidad e integridad del país. Cumpliendo el mandato de nuestros pueblos, con la fortaleza de nuestra Pachamama y gracias a Dios, refundamos Bolivia.*” (BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado**. 2009. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf. Acesso em: 4 fev. de 2021. Preâmbulo.)

A *Pachamama*, ou Gaia comumente conhecida, se refere, na cosmovisão andina, uma divindade, à *La Madre Tierra*, que constitui um organismo vivo e por isso deve ser respeitado e protegido, inclusive juridicamente. Sua compreensão e vivência vai muito além desta breve explicação, que serve ao propósito de contextualizar o conceito. Para mais informações sobre o tema recomenda-se conferir a obra de Zaffaroni a seguir citada.

²³⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **La Pachamama y el humano**. Buenos Aires: Colihue, 2011. Disponível em: https://perso.unifr.ch/derechopenal/assets/files/obrasjuridicas/oj_20180808_02.pdf. Acesso em: 1 fev. 2021.

²⁴⁰ TOLENTINO, Zelma Tomaz; OLIVEIRA, Liziane Paixão da Silva. *Pachamama e o direito à vida: uma reflexão na perspectiva do novo constitucionalismo latino-americano*. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 12, n. 23, p. 313-335, jan./jun. 2015. p. 19-20. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:MHNeaIukuiAJ:revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/393/450+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 28 jan. 2021.

necessariamente idêntico, o diferente não é necessariamente inferior ou superior”²⁴¹. Assim refuta as teses conservadoras do “choque de civilização” em que não é possível a coexistência intercultural igualitária, ao contrário, das dualidades, uma vez reconhecidas como diferenças iguais, emergem criativas soluções conceituais, teóricas e políticas.²⁴²

O sujeito capital do neoliberalismo, orientado pela lógica do egoísmo e da concorrência, é antagônico ao Bem Viver. Sua tendência em transformar tudo e todos em mercadorias a sua disposição é suprimida pela prática do cuidado e do bem-estar mútuo, que valorizam a essência da pessoa e não o que ela possui. A chave de compreensão do Bem Viver está no equilíbrio, no reconhecimento das diversidades, em que se deve aprender com as diferenças, para que o todo possa funcionar melhor.²⁴³

O valor básico da economia em um regime do *Buen Vivir* é a solidariedade. Se procura, por meio deste, uma economia diferente da atual que é caracterizada falsamente pela busca da livre concorrência, processo que, na verdade, promove a antropofagia econômica e social entre humanos e alimenta a especulação financeira. Cabe lembrar que ao estimular a “livre” concorrência totalmente desprovida de normas regulatórias se promove a concentração oligopolista ou mesmo diretamente o monopólio do poder e dinheiro nas mãos de poucos, tendência inerente ao capitalismo. A partir da definição constitucional de uma economia social e solidária, se aspira construir novas relações de produção, trocas e cooperação que propiciem a suficiência (mais que apenas a eficiência) e a qualidade sustentadas na solidariedade. O trabalho no paradigma do *Buen Vivir* reconhece a igualdade de condições de todas as formas laborais, produtivas e reprodutivas (principalmente o trabalho não remunerado das mulheres), incluindo a igualdade de gênero e vedação de discriminação. Considerando o trabalho como algo inerente à dignidade humana, o *Buen Vivir* procura então organizar a economia de modo a redistribuir o trabalho. Essa redefinição estrutural perpassa as necessidades humanas básicas e a própria relação com a natureza, consistindo em uma ação alternativa a toda forma de exploração pelo capital.²⁴⁴

Visitando uns aos outros entre suas cidades, todos os brancos acabaram por imitar o mesmo jeito. E assim as palavras da mercadoria e do dinheiro se espalharam por toda a terra de seus ancestrais. É o meu pensamento. Por quererem possuir todas as

²⁴¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina Perspectivas desde una epistemología del Sur**. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010. p. 133.

²⁴² SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina Perspectivas desde una epistemología del Sur**. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010. p. 60.

²⁴³ FERREIRA, Mateus de Moura. **Crítica ao capitalismo proprietário: resistência e alternativas históricas à propriedade fundiária no Brasil**. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. p. 185.

²⁴⁴ ACOSTA, Alberto. **El buen vivir en el camino del post-desarrollo: una lectura desde la Constitución de Montecristi**. Quito: Fundación Friedrich Ebert, 2010. p. 23-24.

mercadorias, foram tomados de um desejo desmedido. Seu pensamento se esfumou e foi invadido pela noite. Fechou-se para todas as outras coisas. Foi com essas palavras da mercadoria que os brancos se puseram a cortar todas as árvores, a maltratar a terra e a sujar os rios.²⁴⁵

Para clarear a mente obscurecida com as palavras de mercadoria, a economia precisa mudar profundamente, pois o mercado por si só não é a solução, tampouco o Estado. Subordinar o Estado ao mercado conduz a subordinação da sociedade às relações mercantis e ao egoísmo individualista. Diferente da economia determinada por relações mercantis do paradigma neoliberal, no *Buen Vivir* se promove uma relação dinâmica e construtiva entre mercado, Estado e sociedade. Se procura edificar uma sociedade com mercados plurais e sair do mercantilismo oligopolista. Os mercados devem ser espaços de trocas de bens e serviços em função da sociedade e não do capital. Para então funcionar adequadamente, se faz imprescindível a regulação dos mercados, pois os “mercados livres”, como já demonstrado, conduziram ao colapso financeiro e a consequências de diferentes ordens. Por isso, o paradigma solidário do *Buen Vivir* se constrói a partir e em conjunto com novos conceitos de autonomia, soberania, reciprocidade e equidade nas relações humanas, e dos humanos com a natureza.²⁴⁶

Assim como os povos andinos, outros nativos, especificamente neste trabalho, os yanomami, possuem uma consciência de integração com a *Pachamama* ou *La Madre Tierra*. Nas palavras de Davi Kopenawa:

Omama tem sido, desde o primeiro tempo, o centro das palavras que os brancos chamam de ecologia. É verdade! Muito antes de essas palavras existirem entre eles e de começarem a repeti-las tantas vezes, já estavam em nós, embora não chamássemos do mesmo jeito.²⁴⁷ Quando falam da floresta, os brancos muitas vezes usam uma outra palavra: meio ambiente. [...] Não gosto dessa palavra meio. A terra não deve ser recortada pelo meio. Somos habitantes da floresta, e se a dividirmos assim, sabemos que morreremos com ela. Prefiro que os brancos falem de natureza ou ecologia inteira. Se defendermos a floresta por inteiro, ela continuará viva. Se a retalharmos para proteger pedacinhos que não passam da sobra do que foi devastado, não vai dar em nada bom. Com um resto das árvores e dos rios, um resto dos animais, peixes e humanos que nela vivem, seu sopor de vida ficará curto demais.²⁴⁸

A preocupação expressa os efeitos nocivos, já cientificamente comprovados dos limites planetários que tem chegado à Terra por conta da adoção do paradigma neoliberal.

²⁴⁵ KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu:** palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 407.

²⁴⁶ ACOSTA, Alberto. **El buen vivir en el camino del post-desarrollo:** una lectura desde la Constitución de Montecristi. Quito: Fundación Friedrich Ebert, 2010. p. 25-27.

²⁴⁷ KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu:** palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 479.

²⁴⁸ KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu:** palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 484.

Embora os brancos se achem espertos, seu pensamento fica cravado nas coisas ruins que querem possuir, e é por causa delas que roubam, insultam, combatem e por fim matam uns aos outros. É também por causa delas que maltratam tanto todos os que atrapalham sua ganância.²⁴⁹

Onde os brancos vivem, o céu é baixo e eles não param de cozer grandes quantidades de minério e petróleo. Por isso a fumaça de suas fábricas sobe sem trégua para o peito do céu. Isso o torna muito seco, quebradiço e inflamável como gasolina. Ressecado pelo calor, torna-se frágil e se desfaz em pedaços, como uma roupa velha. [...] “Se vocês destruírem o céu, vão todos morrer com ele!”²⁵⁰

A queda do céu se refere, na cultura Yanomami, ao cataclismo que acabou com a primeira humanidade e que pode ser o destino do nosso mundo, se não cessar as emanções mortíferas dos minérios e combustíveis, além da destruição das florestas. “Se destruírem a floresta, o céu vai quebrar de novo e vai cair na terra!”²⁵¹

O discurso neoliberal roga para si a pretensão de ser a única história contada, difundida e repetida, por sua pretensa (e comprovadamente falha) superioridade teórico-prática. Repetindo ser a única (e última) história e única alternativa empreende a muito custo ocultar as possibilidades viáveis e necessárias, e nos ensinamentos de Magalhães:

Podemos dizer que a história, dessa forma congelada, é uma impossibilidade, logo uma distorção proposital, uma estratégia de construção de uma identidade forjada. A história na modernidade tem a função de ocultar as estórias. É a substituição de várias visões, compreensões e perspectivas por uma única versão, morta, recontada infinitas vezes para reafirmar uma única identidade, com seu monte de nomes e datas. [...] Há um passado que aprisiona, mas há uma construção coletiva da memória que pode nos permitir alguma liberdade.²⁵²

O poder é a capacidade de contar a história de outra pessoa, tornando-a história definitiva dessa pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve: “Se quiseses desapropriar um povo, a forma mais simples de o fazer é contar a sua história, ”começando por 'Em segundo lugar'.” Começa a história pelas flechas dos americanos nativos,” e não pela chegada dos britânicos, ”e terá uma história completamente diferente.” Começa a história pelo fracasso do estado africano” e não pela criação colonial do estado africano, ”e terá uma história totalmente diferente”. A consequência da história única é isto: rouba a dignidade às pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade partilhada. Realça aquilo em que

²⁴⁹ KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 442.

²⁵⁰ KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 432.

²⁵¹ KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 494.

²⁵² MAGALHÃES, José Luiz Quadros. O novo constitucionalismo latino-americano. **Revista Da Procuradoria-Geral Do Município De Fortaleza**, v. 22, n. 22, ano 22, p. 9-33. p. 26. Disponível em: <https://revista.pgm.fortaleza.ce.gov.br/revista1/article/view/337/146>. Acesso em: 01 fev. 2021.

somos diferentes em vez daquilo em que somos semelhantes. As histórias são importantes. Muitas histórias são importantes. As histórias têm sido usadas para desapropriar e prejudicar. Mas as histórias também podem ser usadas para dar poder e para humanizar. As histórias podem quebrar a dignidade de um povo. Mas as histórias também podem reparar essa dignidade quebrada.²⁵³ Tendo em vista que o paradigma neoliberal é totalizante, descriptografar o poder e abrir espaços para as pessoas poderem contar sua história, a história que querem criar, consiste em um grande passo de mudança para o paradigma solidário.

Poder contar outra história, com dizia Krenak, é o meio de adiar o fim do mundo, mas significa também que além de evitar a queda do céu, é um caminho para a prosperidade. Contar outra história é o caminho para construir outro presente. Um presente alicerçado na solidariedade humana e em sua relação com a natureza, como exemplifica o constitucionalismo plurinacional, o *Buen Vivir*, e as demais alternativas apresentadas.

A concorrência e competição exacerbada são criadas, promovidas e mantidas artificialmente, com muito esforço e recursos em benefício de poucos e em prejuízo de muitos já mostrou mais de uma vez na história seus efeitos nocivos (e catastróficos). Por outro lado, a cooperação, a solidariedade, estes instintos simpáticos entre os humanos, mostram-se como solução em momentos de crise e opção mais adequada para os grandes desafios da humanidade, tais como pobreza, desigualdade, desemprego, degradação ambiental, além de promover verdadeiro progresso social. As alternativas apresentadas, e mais uma miríade de opções que não caberiam neste trabalho, além do potencial transformador revelam-se factíveis, realizáveis. E realizáveis não em um futuro distante (e inatingível), mas em um agora possível, porque já existente.

O futuro não pode ser previsto, mas pode ser imaginado e criado afetuosamente. Os sistemas não podem ser controlados, mas podem ser projetados e reprojetados. Não podemos avançar com certeza em um mundo sem surpresas, mas podemos esperar surpresas, aprender e até mesmo lucrar com elas²⁵⁴ (a partir de um paradigma solidário). Nesse sentido, para concretizar tais alternativas mister que se ocupe o espaço e subverta a ordem (prejudicial) há muito estabelecida, e é sobre isso que tratará o próximo tópico.

²⁵³ ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo de uma História Única**. TED: Ideas Worth spreading. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt#t-4829. Acesso em: 13 fev. 2021.

²⁵⁴ MEADOWS, Donella H. **Thinking in Systems: A Primer**. London: Earthscan, 2008. p. 169.

4.3 Ocupando terreno e subvertendo a (des)ordem neoliberal

Para pensar em alternativas, não basta que os governantes mudem, mas é necessário construir outro tipo de racionalidade sistemática e prática. É preciso que se transforme a sociedade, e para isso, é preciso transformar as pessoas. Da mesma forma que o projeto neoliberal se consolidou utilizando e implementando tecnologias e políticas diversas, assim também nós devemos nos dedicar à construção de uma sociedade, de uma civilização mais solidária, mais humana, subvertendo o antigo paradigma ou ordem neoliberal, e alinhando a nova ordem (solidária) ao progresso.

Assim, em direção ao desenvolvimento de uma racionalidade solidária, mister desenvolver uma reflexão sobre a pedagogia do oprimido porque apesar de alguns movimentos com intenções libertárias serem:

alentadores e incipientes, somaram-se a outros, de um pensamento religioso e fundamentalista, que tendem a reproduzir a situação anterior de opressão e alienação dos povos oprimidos e fanatizados. Os líderes da resistência raramente se mostraram líderes de um pensamento crítico e radical; ou, freqüentemente, o representaram em suas formulações mais autoritárias e confusas, como no caso dos maoístas do Nepal, que voltaram a agir como líderes de movimentos armados incapazes de construir um mundo alternativo. Em muitos outros casos, os movimentos guerrilheiros foram penetrados pela contra-insurgência que, com o narcotráfico e os agentes especiais, os desabilitaram a empreender a necessária revolução ético-política. Numerosas guerrilhas se transformaram em grupos de foragidos sem outra lei nem ideologia além da pilhagem e da dominação repressiva das próprias populações em que se inseriam, às quais por vezes chegavam a impor políticas clientelistas e de privilégios excludentes, étnicos ou lingüísticos. Pareciam estar feitas à imagem e semelhança dos “terroristas bestializados” pelo terrorismo de Estado. Por todas as partes, e nas mais diversas culturas, desenvolveram-se instintos autodestrutivos, individuais e coletivos, muitos deles vinculados a uma violência do desespero. No campo das lutas políticas e sociais, dos partidos e das organizações da sociedade civil, os modelos de corrupção e repressão, de conformismo e de alienação anularam diversos movimentos que, de início, indicavam uma saída aos povos. Seus líderes foram cooptados ou corrompidos, ou simplesmente se adaptaram a um mundo controlado em que predominam as filosofias individualistas segundo as quais cada um “defende o seu”.²⁵⁵

Nesse sentido, é preciso cautela para promover uma verdadeira emancipação dos povos e não mais um sistema de opressão. Este foi o anseio de Paulo Freire em toda sua obra (teórica e prática) que lhe rendeu reconhecimento internacional. Dewey, da mesma forma acreditava que o “fim da educação não é formar a criança de acordo com modelos preconcebidos nem orientá-la para uma ação futura, mas dar-lhe condições para que resolva por si própria seus

²⁵⁵ CASANOVA, Pablo G. O imperialismo, hoje. **Revista Tempo**, v. 9, n. 18, p. 65-75, 2005. p. 71-72.

problemas”²⁵⁶. Ressaltava, assim como Freire, a noção central da experiência, concluindo que “a escola não pode ser uma preparação para a vida: ela é a própria vida!”²⁵⁷

[...] não basta variarmos na adoção de símbolos abstratos que signifiquem livre, racional e digno. Também não é bastante operar uma mudança de sentimentos no tocante à dignidade do trabalho, e à superioridade de uma vida laboriosa sobre a daqueles que em seu isolamento gozam de uma independência que se basta a si mesma. Importantes como são estas mudanças teóricas e emocionais, elas só se completarão quando se refletirem no desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente democrática, sociedade em que todos tomem parte em serviços de utilidade prática e todos desfrutem nobres ócios. Não é a simples mudança dos conceitos da cultura — ou mentalidade liberal — e dos serviços sociais, que requer uma reorganização educacional — necessita-se, sim, da transformação educacional para fazer que produzam plenos e manifestos resultados as mudanças realizadas na ordem social. A crescente emancipação política e económica das “massas” chegou até à educação; efetuou o desenvolvimento de um regime escolar comum, público e livre, de educação. Destruiu a ideia de que o saber é monopólio dos poucos predestinados pela natureza a dirigir os negócios públicos. Mas a revolução foi incompleta. Prevalece ainda da ideia de que uma educação verdadeiramente cultural ou liberal nada tem de comum, pelo menos diretamente, com a atividade industrial, e de que a educação adequada para as massas deve ser útil ou prática, em um sentido que contraria o desenvolvimento da apreciação e da emancipação intelectual.²⁵⁸

A transformação educacional que resultará em mudanças na ordem social, e nesse sentido, a mudança de paradigma não se restringe apenas ao ambiente escolar, apesar de ter fundamental papel neste. Antes, alcança todos os âmbitos em que ocorrem socialização e aprendizado entre os indivíduos porque igualmente nas relações cotidianas o ser humano se educa (ou é educado).

O neoliberalismo se instaurou de forma sistemática, como abordado nos capítulos anteriores, através de propagandas e reforço de um único discurso prescritivo que deveria ser seguido. Paulo Freire ensina que toda prescrição consiste em uma imposição de uma consciência à outra, imposição essa no caso da educação bancária que tem o intento de alienar e transformar as consciências receptoras em consciências hospedeiras da pauta opressora. O comportamento assim prescrito é o comportamento que os opressores determinam, sempre em seu próprio interesse. E é por esse motivo que, continua ele, se faz necessário superar a situação opressora. “Isto implica no reconhecimento crítico, na “razão” desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra, que possibilite aquela

²⁵⁶ SCHMIDT, Irineu Aloisio. John Dewey e a Educação Para uma Sociedade Democrática. **Revista Contexto & Educação**, v. 24, n. 82, p. 135-154, 14 maio 2013. p. 152.

²⁵⁷ SCHMIDT, Irineu Aloisio. John Dewey e a Educação Para uma Sociedade Democrática. **Revista Contexto & Educação**, v. 24, n. 82, p. 135-154, 14 maio 2013. p. 152.

²⁵⁸ DEWEY, John. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. 4. ed. Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1979. p. 282.

busca do ser mais.”²⁵⁹ As reflexões de Freire servem adequadamente às análises deste trabalho porque sua crítica se ajusta à crítica dos recursos teóricos e prescritivos dos quais estudiosos e adeptos neoliberais se utilizaram para fazer vencer suas concepções. Isso quer dizer que, a consciência opressora a qual se refere Freire, consiste no paradigma neoliberal conforme apresentado em seus mecanismos de atuação (e prescrição).

A consciência opressora, através da educação “bancária” anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfazendo assim os interesses de poucos em que o fundamental não é o desnudamento do mundo, tampouco sua transformação. Mas, pela concepção bancária procura a situação de que são beneficiários. Por este motivo que reagem contra qualquer tentativa de uma educação estimulante do pensar autêntico, porque pensar autenticamente é perigoso e por isso querem transformar não a realidade, mas mentalidade dos oprimidos, educando-os a se adaptarem à situação que os domina e oprime. Nessa visão “bancária” da educação, os homens são vistos como seres da adaptação, do ajustamento. “Quanto mais se adaptam as grandes majorias às finalidades que lhes sejam prescritas pelas minorias dominadoras, de tal modo que careçam aquelas do direito de ter finalidades próprias, mais poderão estas minorias prescrever”²⁶⁰.

Para dominar, o dominador não tem outro caminho senão negar às massas populares a práxis verdadeira, isto é, negar-lhes o direito de dizer sua palavra, de pensar certo, ou, como dizia Restrepo, encriptar o poder.

Por isto é que a única forma de pensar certo do ponto de vista da dominação é não deixar que as massas pensem, o que vale dizer: é não o pensar com elas. Em todas as épocas os dominadores foram sempre assim - jamais permitiram às massas que pensassem certo.

O antidialógico, dominador, nas suas relações com o seu contrário, o que pretende é conquistá-lo, cada vez mais, através de mil formas. Das mais duras às mais sutis. Das mais repressivas às mais adocicadas, como o paternalismo. Todo ato de conquista implica num sujeito que conquista e num objeto conquistado. O sujeito da conquista determina suas finalidades ao objeto conquistado, que passa, por isto mesmo, a ser algo possuído pelo conquistador. Este, por sua vez, imprime sua forma ao conquistado que, introjetando-o, se faz um ser ambíguo. Um ser, como dissemos já, “hospedeiro” do outro. Desde logo, a ação conquistadora, ao “reificar” os homens, é necrófila.

A manipulação, na teoria da ação antidialógica, tal como a conquista a que serve, tem de anestesiar as massas populares para que não pensem.²⁶¹

Essa pedagogia opressora tem como efeito a desumanização em sentido duplo, tanto ocorre naqueles que têm sua humanidade roubada, como também, ainda que de modo distinto,

²⁵⁹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 22.

²⁶⁰ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 39-41.

²⁶¹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 81-92.

nos que a roubam, ou seja, conforme Freire, consiste na distorção da vocação do ser mais. Referida distorção é possível e verificável na história, mas não configura vocação histórica. Do contrário, ao aceitar que a desumanização fosse vocação histórica da humanidade, nada mais haveria de se fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. E dessa forma, toda luta pela humanização, pela desalienação, pelo trabalho livre, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Essa luta empreendida somente é possível porque “a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos.”²⁶²

O paradigma neoliberal reflete essa (des)ordem opressora, em que humanizar é naturalmente subverter. E assim:

Se a humanização dos oprimidos é subversão, sua liberdade também o é. Daí a necessidade de seu constante controle. E, quanto mais controlam os oprimidos, mais os transformam em “coisa”, em algo que é como se fosse inanimado. Esta tendência dos opressores de inanimar tudo e todos, que se encontra em sua ânsia de posse.²⁶³

Como observado nos capítulos anteriores, no paradigma neoliberal, todas as ações e relações são pensadas como mercadoria, ou capital. Tudo e todos se reificam em produto ou serviço a ser colocado à disposição do mercado. Não por acaso, e acertadamente, Davi Kopenawa²⁶⁴ define os “brancos” (não índios) como povo da mercadoria. Essa educação bancária, como prática de dominação, tem como ideologia (ainda que não mencionada e tampouco percebida) indoutinar os indivíduos e acomodá-los no mundo da opressão. É por isso que Freire orienta os verdadeiros humanistas afirmando que estes não podem, em sua busca pela libertação, servirem-se da concepção “bancária”, pois estariam se contradizendo em sua busca.

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. O antagonismo entre as duas concepções, uma, a “bancária”, que serve à dominação; outra, a problematizadora, que serve à libertação, toma corpo exatamente aí. Enquanto a primeira, necessariamente, mantém a contradição educador-educandos, a segunda realiza a superação. Para manter a contradição, a concepção “bancária” nega a dialogicidade como essência da educação e se faz antidialógica; para realizar a superação, a educação problematizadora – situação gnosiológica – afirma a dialogicidade e se faz dialógica. Deste modo, a prática “bancária”, implicando no imobilismo a que fizemos referência, se faz

²⁶² FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 19.

²⁶³ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 30.

²⁶⁴ KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

reacionária, enquanto a concepção problematizadora que, não aceitando um presente “bem comportado”, não aceita igualmente um futuro pré-dado, enraizando-se no presente dinâmico, se faz revolucionária. Se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais.²⁶⁵

Em suma, o que caracteriza uma educação libertadora, e não “bancária”, é quando os homens e mulheres se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo sua própria visão do mundo manifestada em suas sugestões e nas de seus companheiros. Essa visão da educação parte da convicção de que se deve procurar o programa educacional em diálogo com o povo. Isto porque, assim como o opressor, para oprimir, precisa de uma teoria da ação opressora, os oprimidos para se libertarem, igualmente necessitam de uma teoria de sua ação, chamada assim de pedagogia do oprimido.

O opressor elabora a teoria de sua ação necessariamente sem o povo, pois que é contra ele. O povo, por sua vez, enquanto esmagado e oprimido, introjetando o opressor, não pode, sozinho, constituir a teoria de sua ação libertadora. Somente no encontro dele com a liderança revolucionária, na comunhão de ambos, na práxis de ambos, é que esta teoria se faz e se refaz. A colocação que, em termos aproximativos, meramente introdutórios, tentamos fazer da questão da pedagogia do oprimido, nos trouxe à análise, também aproximativa e introdutória, da teoria da ação antidialógica, que serve à opressão e da teoria dialógica da ação, que serve à libertação. Desta maneira, nos daremos por satisfeitos se, dos possíveis leitores deste ensaio, surjam críticas capazes de retificar erros e equívocos, de aprofundar afirmações e de apontar o que não vimos. É possível que algumas destas críticas se façam pretendendo retirar de nós o direito de falar sobre matéria – a tratada neste capítulo – em torno de que nos falta uma experiência participante. Parece-nos, contudo, que o fato de não termos tido uma experiência no campo revolucionário, não nos retira a possibilidade de uma reflexão sobre o tema. Mesmo porque, na relativa experiência que temos tido com massas populares, como educador, com uma educação dialógica e problematizante, vimos acumulando um material relativamente rico, que foi capaz de nos desafiar a correr o risco das afirmações que fizemos. Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar.²⁶⁶

Dessa forma, enquanto persistir uma situação desigual em que muitos precisam trabalhar para sobreviver e outros não, conviveremos com dois tipos de educação: uma que serve mais para o ensino de atividades mecânicas ou treinamento para o trabalho mecanizado e desumanizador, e outra, destinada ao exercício da inteligência e da razão. Ou seja, a primeira é para os que trabalham e produzem e a outra para os que usufruem e aproveitam os prazeres materiais e espirituais da vida. Para Dewey, a persistir esse panorama, nenhuma educação significativa será possível, mesmo que fundada nos mais belos discursos sobre o valor da

²⁶⁵ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 43-50.

²⁶⁶ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 115.

experiência, sobre o uso da razão e sobre a vida democrática.²⁶⁷ Ou em outras palavras, uma educação bancária, dominadora e prescritiva, está em oposição à uma educação emancipadora, cuja teoria da ação desenvolvida por Freire constitui a pedagogia do oprimido. Apenas se a educação for dessa forma ela poderá alcançar o objetivo de aumentar a produtividade e diminuir a desigualdade, como afirmou Piketty²⁶⁸.

Para Paulo Freire “a verdadeira generosidade está em lutar para que desapareçam as razões que alimentam o falso amor”²⁶⁹, falso amor à humanidade daqueles que oferecem migalhas a alguns à custa da miséria de outros muitos. E como expõe Comte-Sponville²⁷⁰, são a generosidade e justiça virtudes que se devem procurar e concretizar com afinco. Todavia, é preciso, primeiramente despertar uma consciência solidária nos indivíduos e concretizá-la por meio da educação, tanto escolar como nas relações e práticas sociais. Ou seja, antes do ideal virtuoso proposto por Sponville, mister a transição do paradigma neoliberal individualista para um paradigma solidário, este que ainda um tanto “egoísta” (mas não individualista) conduzirá ao progresso e prosperidade que a humanidade precisa, respeitando os recursos e limitações que o (eco)sistema dispõe.

A realidade social, objetiva, não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, e também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “invasão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens.²⁷¹

Tarefa de homens e mulheres, adultos, jovens e idosos, todos atores que tem em mãos o papel transformador, o papel de questionar estruturas, recriar a realidade e escolher paradigmas que redefinirão como se constrói a vida e as relações. Que tem em mãos o poder, real, e não apenas simbólico, de humanizar os oprimidos e resgatar a solidariedade, essa subversão, tão temida pelos neoliberais, que conduz à liberdade.

²⁶⁷ SCHMIDT, Irineu Aloisio. John Dewey e a Educação Para uma Sociedade Democrática. **Revista Contexto & Educação**, v. 24, n. 82, p. 135-154, 14 maio 2013. p. 142-143.

²⁶⁸ PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 28.

²⁶⁹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 20.

²⁷⁰ COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. p. 98-99.

²⁷¹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 24.

5 CONCLUSÃO

“O progresso é a concretização de utopias.” (Oscar Wilde)

“Quando precisamos de grandes mudanças, as ideias precisam ser sentidas.” (Pepe Mujica)

Conforme demonstrado ao longo do trabalho, o paradigma neoliberal, enquanto modelo de interpretação de mundo e determinação dos comportamentos na realidade, permeia e conduz as relações econômicas, políticas-sociais, o papel do Estado, além de governar o modo de vida dos indivíduos e instigar determinada (i)racionalidade. As consequências e os efeitos ultrapassam aqueles que adotam tal paradigma, pois afeta direta e brutalmente os modelos que se opõem a ele.

Observou-se que, ao contrário dos liberais clássicos que acreditavam na autocorreção “natural” do mercado, os neoliberais argumentavam sobre a existência de forças que desvirtuavam o jogo concorrencial (por exemplo, as forças políticas de massas para angariar votos), e por isso era necessário um Estado forte para garantir o jogo da competição. Assim, esse liberalismo notadamente construtor pretende proporcionar condições para que as engrenagens econômicas funcionem perfeitamente. Fica claro, pois, que o capitalismo concorrencial, justificado pela ordem neoliberal, nada tem de natural, antes é criado, mantido, incentivado e promovido. É uma máquina que exige regulação e vigilância constante. Por isso, para assegurar a manutenção deste sistema, o neoliberalismo se utiliza (e controla) as forças estatais, como instrumento de implementação. A intervenção do Estado serve para garantir que as condições de concorrência sejam respeitadas sem a intromissão, iniciativa ou concretização de políticas assistenciais, redistributivas, protecionistas e reguladoras, que ao ver destes teóricos poderiam conduzir a coletivismo.

Demonstrou-se que o fulcro do neoliberalismo é produzir um sujeito que seja permanentemente orientado e vivido como uma empresa. Ou seja, impõe a interiorização de um modelo, o da empresa, que torna cada indivíduo responsável em pensar, se justificar e criar laços como uma empresa, gerindo os seus investimentos ao modo de uma autogovernabilidade. Então a dimensão estratégica do neoliberalismo, como ensinam Dardot e Laval, não deve ser associada apenas com políticas de Estado ou modos de produção, mas com um novo sujeito. Por isso se trata de uma racionalidade que capitaliza todas as relações e objetiva transformar o pensamento e o comportamento das pessoas para que incorporem a nova (i)racionalidade neoliberal.

Assim, o discurso neoliberal confere grande ênfase ao “risco” e a capacidade do

indivíduo se autogerir e autorregular, devendo suportar as “indeterminações de existir”. A única segurança, no paradigma neoliberal, ocorre nas atividades reguladas pelo mercado. Isso implica que quaisquer “ajudas” perturbariam o “desenvolvimento moral” dos indivíduos, além de tornarem muito oneroso os “gastos públicos”, motivo pelo qual o Estado deveria atuar, tão somente para assegurar a ordem econômica estabelecida. Contudo, a partir da diferenciação dos termos “risco” e “perigo” realizada pelo Professor Raffaele De Giorgi, evidenciam-se as falácias desse discurso neoliberal.

O risco não é algo real, é uma possibilidade, mas um perigo é um dano que verificado não pode ser evitado. O perigo é uma ameaça, uma fatalidade. A retórica da “autogestão dos riscos” oculta, do indivíduo atomizado chamado a se comportar como uma pequena empresa, que ao dispersar sua força enquanto classe (trabalhadora), precisa se curvar diante das condições de trabalho e de vida disponíveis. E, tendo em vista que o capital se organiza de modo a alcançar a mais valia, a tendência que ele incita é no sentido de iniciativas que se opõem e suprimem políticas redistributivas, direitos adquiridos, medidas públicas que possam “prejudicar” o mercado. Diante de tais circunstâncias, o poder de “autogestão” dos indivíduos se restringe a aceitar o que estiver sendo oferecido no mercado, nas condições que se apresentam.

Observando tal situação, se percebeu que a propaganda de “autogestão de riscos” tem por objetivo disfarçar a implementação de perigos, ou seja, deixar os indivíduos suscetíveis às condições de trabalho difíceis e às desigualdades gritantes, tendo em vista a desarticulação das forças que poderiam abrandá-las (como organização sindical, mobilização de políticas sociais vistas como “gastos” em saúde, educação e outras políticas redistributivas). O perigo se caracteriza porque o dano é inevitável aos mais frágeis nesse sistema ideológico, neste paradigma neoliberal. Todavia, ao mesmo tempo, o discurso de “autogestão de riscos” e corte de “gastos” não serve para as grandes empresas que, com auxílios em forma de investimento e suporte por parte do Estado, socializa os prejuízos enquanto privatiza os lucros.

Evidenciou-se como o neoliberalismo caracteriza um perigo na sociedade do risco, expondo a artificial (e falsa) segurança do mercado, o aproveitamento do sofrimento da população como motor para a produção capitalista, bem como a concentração e encriptação do poder nas mãos de poucos, favorecendo a exploração de muitos. Na verdade, o paradigma neoliberal apenas favoreceu o aumento das desigualdades. E todas as promessas de crescimento econômico, progresso tecnológico e aumento do bem-estar social que se alcançaria com os “ajustes estruturais” neoliberais se mostraram falsas. O legado do neoliberalismo é uma sociedade fragmentada, cujos laços solidários são sistematicamente atacados e corroídos para favorecer um tipo de racionalidade e subjetivação nociva aos indivíduos.

O neoliberalismo, apesar do discurso do “risco”, é contrário a esse. O risco, nos termos de De Giorgi, significa a abertura do futuro para as possibilidades. Todavia, o paradigma neoliberal não tem interesse em soluções a partir da contingência e complexidade. Ele se mostra como única alternativa e o “fim da história” para a sociedade. Empreende, a partir de uma razão limitada, condenar o presente (e o futuro) à um passado infértil, a um fechamento das possibilidades. Nesse sentido, constitui um perigo, uma ameaça, que apesar de não poder frear a complexidade, pode perpetuar os efeitos nocivos que historicamente se comprovam.

Dessa forma, considerando que toda ação se projeta a partir de uma intencionalidade, procurou-se compreender o contexto e as justificativas para o desenvolvimento do referido paradigma para, posteriormente, oferecer alternativas a ele.

Propôs-se, além das alternativas econômicas e modos de vida, o desenvolvimento de um novo tipo de racionalidade, sistemática e prática. Comprovou-se por meio de argumentos e fatos históricos que, ao contrário do que os neoliberais afirmam, existem sim alternativas à competição exacerbada e antropofágica, a essa ordem que leva ao retrocesso e que por muito tempo dominou o discurso. Se o foco é obtenção de lucro, tudo vale para alcançá-lo, todavia, se o lucro estiver em uma linha horizontal em que compartilhe o valor humano e o valor social, então existe um capitalismo consciente que conduz a prática do mercado. Concomitante a isso, buscou-se evocar a mobilização para que Estado possa redefinir novamente seu papel, de modo que deixe de ser aval do modelo neoliberal predatório e passe a ser um promotor de progresso real, em que a prosperidade econômica resulte em desenvolvimento social. Isto porque já vimos que apenas quando a desigualdade diminui o progresso geral aumenta.

Comprovou-se, assim, que é possível reescrever o roteiro e jogar com novas regras, que não o lucro a qualquer custo do sistema neoliberal. Essas práticas estão espalhadas pelo mundo e são realizadas por muitas pessoas e alguns governantes, principalmente como resposta aos colapsos financeiros e desencanto das falsas promessas neoliberais. Diferente do que o paradigma neoliberal sustenta, essas novas regras mostram que outra economia é possível. Uma economia baseada na solidariedade, em consumo e desenvolvimento social. Essas práticas, conhecidas por economia solidária, tem por ênfase o relacionamento social do indivíduo com a comunidade e organizações cujo objetivo é gerar sustento por meios diferentes e com valores diversos daqueles subjacentes ao capitalismo financeiro global.

O futuro não pode ser previsto, mas pode ser imaginado e criado. Os sistemas não podem ser controlados, mas podem ser projetados e reprojetados. Não podemos avançar com certeza em um mundo sem surpresas, mas podemos esperar surpresas, aprender e até mesmo lucrar com elas (a partir de um paradigma solidário). Nesse sentido, para concretizar tais alternativas

mister que se ocupe o espaço e subverta a ordem (prejudicial) há muito estabelecida.

Destarte, para pensar em alternativas, não basta que os governantes mudem, mas é necessário construir outro tipo de racionalidade sistemática e prática. É preciso que se transforme a sociedade, e para isso, é preciso transformar as pessoas. Da mesma forma que o projeto neoliberal se consolidou utilizando e implementando tecnologias e políticas diversas, assim também nós devemos nos dedicar à construção de uma sociedade, de uma civilização. Para tal tarefa a educação tem suma importância, em dois sentidos: tanto por se revelar como uma força de convergência e abrandar as desigualdades do capital; quanto por se colocar como possibilidade de emancipação de uma pedagogia, de um paradigma, do oprimido.

Lembrando Paulo Freire²⁷², “a realidade social, objetiva, não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, e também não se transforma por acaso”. Por esse motivo, é preciso educar e conscientizar as pessoas de que elas podem fazer a mudança, liberar as amarras mentais, para recriar uma racionalidade solidária. Como afirma Mészáros²⁷³, “mesmo a ideologia dominante mais arraigada jamais pode ser absolutamente dominante”. E, apesar do inegável vigor ideológico-político que o paradigma neoliberal ainda usufrui, diante das evidências cabais sobre sua periculosidade para a sociedade, perde cada vez mais força dominante. Neste cenário então é possível pensar e implementar grandes transformações necessárias, subvertendo a (des)ordem neoliberal, para um novo paradigma solidário

A proposta de um paradigma solidário encontra concretização em várias ações coletivas, tanto de iniciativa da população (sem o auxílio estatal), quanto do governo. Inclusive, uma das respostas à crise do modelo e das políticas neoliberais consiste no Estado plurinacional. Este, uma novidade dos países sul-americanos Bolívia e Equador, reassume o papel regulador contra as corporações transnacionais e poderes materiais tradicionais, tanto para recuperar os antigos direitos sociais diminuídos quanto para confirmar os novos direitos sociais e coletivos (à água, à segurança alimentar, entre outros) juntamente com os direitos da natureza, refletindo novas concepções de direitos e aspirações de uma vida boa, de um *buen vivir*, de diferentes tradições culturais.

O discurso neoliberal roga para si a pretensão de ser a única história contada, difundida e repetida, por sua pretensa superioridade teórico-prática. Repetindo ser a única (última) história e única alternativa empreende a muito custo ocultar as possibilidades viáveis e necessárias. Tendo em vista que o paradigma neoliberal é totalizante, se esclarece que descriptografar o

²⁷² FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁷³ MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 12.

poder e abrir espaços para as pessoas poderem contar sua história, a história que querem criar, consiste em um grande passo de mudança para o paradigma solidário. Poder contar outra história, com dizia Krenak, é o meio de adiar o fim do mundo, mas significa também um caminho para a prosperidade. Contar outra história é o caminho para construir outro presente. Um presente alicerçado na solidariedade humana e em sua relação com a natureza, como exemplifica o constitucionalismo plurinacional, o *Buen Vivir*, e as demais alternativas apresentadas. Um presente em que se questiona e se coloca abaixo o paradigma neoliberal, para erigir outro em seu lugar, o paradigma solidário.

E se outrora nos chamavam de utópicos por pensar em alternativas ao neoliberalismo antropofágico, como um destino inalcançável, agora mostramos que a utopia serve para nos mover em direção a um horizonte com novas possibilidades, com futuros diferentes, melhores e possíveis, tal como defende De Giorgi, descrevendo nossa atual sociedade do risco. E então, tendo o horizonte transformador à frente, as alternativas possíveis no caminho a serem implementadas, seguimos com a certeza e concordando com Oscar Wilde, de que o progresso é a concretização de utopias.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **El buen vivir en el camino del post-desarrollo**: una lectura desde la Constitución de Montecristi. Quito: Fundación Friedrich Ebert, 2010.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo de uma História Única**. TED: Ideas Worth spreading. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt#t-4829. Acesso em: 13 fev. 2021.

ANDERSEN, Perry; THERBORN, Göran; BORÓN, Atilio; SADER, Emir; SALAMA, Pierre. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 139-180.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARAYA, Adán Salinas. Debates Neoliberales en 1938. El Coloquio Lippmann. **Hermenéutica Intercultural Revista de Filosofía**, n. 26, p. 57-91, 2016. p. 69. Disponível em: <http://ediciones.ucsh.cl/ojs/index.php/hirf/article/view/505>. Acesso em: 28 fev. 2021.

ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. Trad. Fernando Dídimo Vieira. Brasília: UnB, 1988.

ATELIER D'ARCHITECTURE AUTOGÉRÉE (AAA). Disponível em: <https://www.urbantactics.org/about/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

ATKINSON, Anthony B. **Desigualdade**: o que pode ser feito. São Paulo: LeYa, 2015.

BANET-WEISER, Sarah; CASTELLS, Manuel. Economia é cultura. In: CASTELLS, Manuel (org.) **Outra economia é possível**: cultura e economia em tempos de crise. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

BICALHO, Mariana F. **Ensaio sobre o Estado e Democracia na Modernidade: de sujeitos de direito a agentes políticos**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de Filosofia do Direito**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

BLANC, Jérôme. Classifying "CCs": Community, complementary and local currencies' types and generations. **International Journal of Community Currency Research**, v. 15, p. 4-10, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/51014992_Classifying_CCs_Community_complementary_and_local_currencies_types_and_generations. Acesso em: 17 fev. 2021.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado**. 2009. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf. Acesso em: 4 fev. de 2021. Preâmbulo.

BOLLIER, David. **Re-imagining value: Insights from the care economy, commons, cyberspace and nature**. Berlin, Germany: Heinrich Böll Stiftung, 2016.

BORON, Atilio O liberalismo é inconciliável com a democracia. **Revista Jacobin Brasil**, 2019. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/portal/entrevistas/154903/2019-08-01/atilio-boron-o-liberalismo-e-inconciliavel-com-a-democracia>. Acesso em: 22 nov. 2020.

BORON, Atilio. La sociedad civil después del diluvio neoliberal. In: **La trama del Neoliberalismo**. Mercado, Crisis y exclusión social. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003. p. 1-26.

CASANOVA, Pablo G. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In: GENTILLI, P. (org.) **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 46-62.

CASANOVA, Pablo G. O imperialismo, hoje. **Revista Tempo**, v. 9, n. 18, p. 65-75, 2005.

CASTELLS, Manuel (org). **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

CASTELLS, Manuel; HLEBIK, Sviatlana. Práticas econômicas alternativas em Barcelona: sobrevivendo à crise, reinventando a vida. In: CASTELLS, Manuel (org). **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

CHOMSKY, N. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In: GENTILLI, P. (org.) **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 7-46.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CITTASLOW. **Cittaslow International Network**. Midden-Delfland, 2014. Disponível em: <https://www.cittaslow.org/event/midden-delfland-slow-smart-presentation-press-cittaslow-international-assembly>. Acesso em: 8 fev. 2021.

COELHO, Fernando. O caminho da servidão e a carta de HenryMaksoud para Hayek: um olhar a partir da história das ideias. **Temporalidades –Revista de História**, 34. ed, v. 12, n. 3, set./dez. 2020.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE GIORGI, Raffaele. **Direito, Democracia e Risco vínculos com o futuro**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998.

DE GIORGI, Raffaele. O risco na sociedade contemporânea. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo v. 9, n. 1 p. 37-49, mar/jun. 2008.

DE GIORGI, Raffaele. **O risco na sociedade contemporânea**. Sequência n. 28, jun. 1994.

DENORD, François. Aux origines du néo-libéralisme en France. Louis Rougier et le Colloque Walter Lippmann de 1938. **Le Mouvement Social**, v 195, p. 9-34, 2001.

DEWEY, John. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. 4. ed. Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1979.

DIÁLOGOS: O Futuro que não tem Bordas (com Noam Chomsky, Pepe Mujica e Aline Midlej) *In*: Festival LivMundi. 3 out. 2020. Publicado por LivMundi. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AI_uNr3SU_FU. Acesso em: 13 out. 2020.

DOBB, Maurice. Do feudalismo para o capitalismo. *In*: SWEEZY, Paul, et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Tradução de Isabel Didonnet. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo - neoimperialismo. **Revista Economia e Sociedade**, v. 16, n. 1, p. 1-19, 2007.

DUNKER, Cristian. **Neoliberalismo e sofrimento psíquico**. Publicado por TV Boitempo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uR5CXgSrrt8>. Acesso em: 31 jul. 2020.

E: KUZNETS, Simon. Modern Economic Growth: Findings and Reflections. **The American Economic Review**, v. 63, n. 3, p. 247-258, jun. 1973.

E: SWEEZY, Paul, et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Tradução de Isabel Didonnet. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

EQUADOR. **Constitución de la República del Ecuador**. Registro Oficial, n. 449, 20 out. 2008. Disponível em: https://www.asambleanacional.gob.ec/sites/default/files/documents/old/constitucion_de_bolsillo.pdf. Acesso em: 4 fev. 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa - Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, Mateus de Moura. **Crítica ao capitalismo proprietário**: resistência e alternativas históricas à propriedade fundiária no Brasil. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOURNIER, Valerie. Escaping from the economy: the politics of degrowth. **International Journal of Sociology and Social Policy**, 2008, v. 28, n. 11/12, p. 528-545. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/01443330810915233>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAMBLE, Andrew. **The Free Economy and the Strong State: The Politics of Thatcherism**. London: Macmillan Education, 1988.

GIBSON-GRAHAM, J.K. **The End of Capitalism (As We Knew It): A Feminist Critique of Political Economy**. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2006.

GONTIJO, Lucas A; BICALHO, Mariana F. Paradoxos da modernidade capitalista: racismo, Estado e biopoder. In: LIMA, Bárbara N.; GONTIJO, Lucas A.; BICALHO, Mariana F. (org). **Cuba-Brasil: Diálogos sobre democracia, soberania popular e direitos sociais**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.v. 2.

GONTIJO, Lucas de Alvarenga. **Filosofia do Direito: metodologia jurídica, teoria da argumentação e guinada linguístico-pragmática**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

GONTIJO, Lucas de Alvarenga; MORAIS, Ricardo Manoel de Oliveira. A fragilidade da República Democrática Brasileira: governamentalidade, escândalos públicos e midiáticos e ideologias ultra conservadoras no contexto contemporâneo do Brasil. In: GONTIJO, Lucas de Alvarenga; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; MORAIS, Ricardo Manoel de Oliveira. (org.) **Rompimento democrático no Brasil: teoria política e crise das instituições públicas**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

GRECCO, Celso. **A decisão que o mundo precisa: 7 caminhos para você sair da indiferença e fazer algo pelo futuro da nossa sociedade**. São Paulo: Editora Gente, 2019.

GRIJALVA, Agustín. El Estado Plurinacional e Intercultural en la Constitución Ecuatoriana del 2008. **Revista Ecuador Debate**, n. 75, p. 49-62, 2008. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/4170/1/RFLACSO-ED75-04-Grijalva.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2021.

GUERREAU, Alain. Féodalité. In: Jacques LE GOFF; Jean-Claude SCHMITT (éd). **Dictionnaire raisonné de l'Occident medieval**. Paris, 1999. p. 387-406. Disponível em: https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01152309/file/guerreau_feodalite.pdf. Acesso em: 25 fev. 2021.

HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. Science. **New Series**, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 13 dec. 1968. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/sci/162/3859/1243.full.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

HAYEK, Friedrich August Von. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HILTON, Rodney. Introdução. In: SWEEZY, Paul, et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Tradução de Isabel Didonnet. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HLEBIK, Sviatlana. Análise de economias comunitárias mundiais em defesa do desenvolvimento sustentável local. In: CASTELLS, Manuel (org). **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

HOBBSBAWN, Eric. Do feudalismo para o capitalismo. In: SWEEZY, Paul, et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Tradução de Isabel Didonnet. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 2, ano 122, p. 238-248, abr-jun, 2011.

KALLIS, Giorgos. Economia sem crescimento. In: CASTELLS, Manuel (org). **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. Bauru, SP: EDIPRO, 2003.

KEYNES, John Maynard. **The end of laissez-faire**. London: Hogarth Press, 1926.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

KUZNETS, Simon. "Economic Growth and Income Inequality". **American Economic Review**, v. 45, p. 1-28, mar. 1955.

LEAL, Leonardo Prates; RIGO, Ariádne Scalfoni; ANDRADE, Richard Nogueira. Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento: explorando os dados do diagnóstico no nordeste do Brasil. **Repositório de Conhecimento Ipea**, v. 60, p. 77-85, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6666>. Acesso em: 18 fev. 2021.

LEMKE, Thomas. **Foucault, Governmentality, and Critique**. Paper presented at the Rethinking Marxism Conference. Amherst: University of Amherst, september, p. 21-24, 2000.

LI, Minqi. After neoliberalism: empire, social democracy, or socialism? **Monthly Review**, v. 55, n. 8, p. 21-36, jan. 2004. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2004/01/01/after-neoliberalism-empire-social-democracy-or-socialism/>. Acesso em: 7 dez. 2020.

LIPPMANN, Walter. **An Inquiry into the Principles of the Good Society**. Boston: Little, Brown & Company, 1938.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros. O novo constitucionalismo latino-americano. **Revista da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza**, n. 22, v. 22, ano 22, p. 9-33. Disponível em: <https://revista.pgm.fortaleza.ce.gov.br/revista1/article/view/337/146>. Acesso em: 01 fev. 2021.

MALTHUS, Thomas Robert. **Essai sur le principe de population**. Édition électronique réalisée avec le traitement de textes Microsoft Word 2001 pour Macintosh.

MARCET, Jane Haldimand. **Conversations on Political Economy**: in which the elements of that science are familiarly explained. 6. ed. revised and enlarged. London: Longman, Rees, Orme, Brown, and Green, 1827.

MARINHO, Manuela. Olhares femininos sobre a etica: Carol Gilligan e Nel Noddings. **Intervenção social**, v. 29, p. 71-82, 2004. Disponível em: <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/viewFile/1149/1264>. Acesso em: 20 fev. 2021.

MARMOL, Renata R; PARREIRAS, Núbio P.M. Neoliberalismo e o sequestro da democracia. In: GONTIJO, Lucas A. *et.al* (org.) **Direito, Memória, Democracia e crimes de lesa humanidade**. Belo Horizonte, São Paulo: Editora D'Plácido, 2020.

MARX, Karl. **Crítica da economia política**: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. (livro 1).

MEADOWS, Donella H. **Thinking in Systems: A Primer**. London: Earthscan, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.

MISES, Ludwig von. **Liberalismo Segundo a Tradição Clássica**. 2. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MISES, Ludwig Von. **Ação Humana**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

MONOPOLY'S Lost Female Inventor. **National Women's History Museum**, 01 set. 2018. Disponível em: <https://www.womenshistory.org/articles/monopolys-lost-female-inventor>. Acesso em: 12 fev. 2021.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. **O papel de intelectuais e think tanks na propagação do liberalismo econômico na segunda metade do século XX**. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons**: the evolution of institutions for collective action. Indiana University, Cambridge University Press, 1990.

PETRESCU, Doina; PETCOU, Constantin; SAFRI, Maliha; GIBSON, Katherine. Calculating the value of the commons: Generating resilient urban futures. **Environmental Policy and**

Governance, p. 1–16, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/eet.1890>. Acesso em: 19 fev. 2021.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINK, Sarah; SEALE, Kirsten. Imaginar e construir futuros alternativos: “Cidades Lentas” como locais de esperança e confiança. In: CASTELLS, Manuel (org.). **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRIMAVERA, Heloísa. Riqueza, dinero y poder: el efímero “milagro argentino” de las redes de trueque. In: HINTZE, Susana. (org.). **Redes de trueque y economía solidária**. Sarmiento: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2002.

RAWORTH, Kate. Doughnut Economics for a Thriving 21st Century. [Entrevista cedida a Tine Hens]. **Green European Journal**, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://www.greeneuropeanjournal.eu/doughnut-economics-for-a-thriving-21st-century/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

RAWORTH, Kate. **Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo**. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

RAWORTH, Kate. Monopoly was invented to demonstrate the evils of capitalism. **BBC**, 28 jul. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/worklife/article/20170728-monopoly-was-invented-to-demonstrate-the-evils-of-capitalism>. Acesso em: 12 fev. 2021.

REINHOUDT, Jurgen; AUDIER, Serge. **The Walter Lippmann Colloquium: The Birth of Neo-Liberalism**. New York, Palgrave Macmillan, 2018.

RESTREPO, Ricardo S. Cinco tesis desde el Pueblo oculto. **Oximora Revista Internacional da Ética e da Política**, n. 1, p. 10-39, outono 2012. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/oximora/article/view/5245>. Acesso em: 15 dez. 2020.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996.

RIGO, Ariádne Scalfoni. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações teóricas e práticas**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

RÖPKE, Wilhelm. **A Humane Economy: The Social Framework of the Free Market**. EUA: Institute for philosophical and historical studies, 1960.

ROQUE, Tatiana. **O neoliberalismo para Foucault**. Publicado por Tatiana Roque. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FrphjkQ4n_8. Acesso em: 31 jul. 2020.

ROSSETTI, Fernando. Paulo Freire critica ensino “neoliberal”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 out. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/10/07/cotidiano/3.html>. Acesso: 18 jan. 2021.

R-URBAN. Disponível em: <http://r-urban.net/en/sample-page/>. Acesso em: 21 fev. 2021.
SALINAS, Samuel Sérgio. **Do feudalismo ao capitalismo: transições**. São Paulo: Atual, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina Perspectivas desde una epistemología del Sur**. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010.

SCHAEFER, Bruno. Paulo Guedes e o (neo) liberalismo: apontamentos preliminares acerca da nova (velha) direita brasileira. **Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 4, n. 3, p. 97-121, 2019.

SCHMIDT, Irineu Aloisio. John Dewey e a Educação Para uma Sociedade Democrática. **Revista Contexto & Educação**, v. 24, n. 82, p. 135-154, 14 maio 2013.
S

HAIKH, Nermeen. **Amartya Sen: A More Human Theory of Development**. Asia Society, 2004. Disponível em: <https://asiasociety.org/amartya-sen-more-human-theory-development#:~:text=Human%20development%2C%20as%20an%20approach,only%20a%20part%20of%20it>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SILVA, Marcos A.; JOHNSON, Guillermo A. Neoliberalismo e Cultura Política na América Latina: uma crítica à visão liberal de Estado, Democracia e Sociedade Civil. **REBELA: Revista de Estudos Latino-Americanos**, v. 1, n. 2, p. 234-251, 2011.

SIMÕES, João; MACEDO, Marta; BABO, Pilar. **Elinor Ostrom: “Governar os comuns”**. Dissertação (Mestrado em Economia e Política do Ambiente) - Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto, 2011. Disponível em: https://www.fep.up.pt/docentes/cchaves/Simoes_Macedo_Babo_2011_Ostrom.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

SOMBART, Werner. **EL burguês**. Madrid: Alianza Editorial, 1972.

SPENCER, Herbert. **The Man versus the State**. Indianapolis: Liberty Classics, 1981.

STIGLITZ, Joseph E. La disuguaglianza frena la crescita. **La Repubblica**. 7 nov. 2019. Disponível em: https://rep.repubblica.it/pwa/intervista/2019/11/07/news/capitalismo_o_che_fare_intervista_a_joseph_stiglitz-240426397/. Acesso em: 7 dez. 2020.

STIGLITZ, Joseph E. O fim do neoliberalismo e o renascimento da história. **Project Syndicate**, Nova York, 04, nov. 2019. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/end-of-neoliberalism-unfettered-markets-fail-by-joseph-e-stiglitz-2019-11/portuguese?barrier=accesspaylog>. Acesso em: 07 dez. 2020.

STIGLITZ, Joseph E. Trump es el reaganismo con esteroides. **La Vanguardia**, Barcelona, 6 fev. 2020. Disponível em:

<https://www.lavanguardia.com/cultura/20200206/473305139856/trump-es-el-reaganismo-con-esteroides.html>, Acesso em: 07 dez. 2020.

STIGLITZ, Joseph E. Uma visão realista sobre a crise [Entrevista cedida a Paulo M. Leite e Florestan Fernandes Jr.]. **TV Brasil**, nov. 2015. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/espacopublico/episodio/espaco-publico-entrevista-nobel-joseph-stiglitz>. Acesso em: 11 dez. 2020.

SWEEZY, Paul. Uma Crítica. In: SWEEZY, Paul, et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Tradução de Isabel Didonnet. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TAKAHASHI, Kohachiro. Uma contribuição para o debate. In: SWEEZY, Paul, et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Tradução de Isabel Didonnet. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TED. *What Makes a Good Life? Lessons from the Longest Study on Happiness*. Disponível em: https://www.ted.com/talks/robertwaldinger_what_makes_a_good_life_lessons_from_the_longest_study_on_happiness?language=pt-br#t-711304. Acesso em: 21 jan. 2021¹

TOLENTINO, Zelma Tomaz; OLIVEIRA, Liziane Paixão da Silva. Pachamama e o direito à vida: uma reflexão na perspectiva do novo constitucionalismo latino-americano. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 12, n. 23, p. 313-335, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:MHNealukuiAJ:revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/393/450+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 28 jan. 2021.

TORT, Patrick. **Effeto Darwin**: Selezione naturale e nascita della civilizzazione. Tradução de Maudì Dalla Chiara. Costabissara (Vicenza): Angelo Colla Editore, 2009.

UM NOVO Capitalismo. Direção de Henry Grazinoli. São Paulo: Netflix Brasil, 2017. Documentário (75 min.).

VARVAROUSIS, Angelos; KALLIS, Giorgos. *Commoning* contra a crise. In: CASTELLS, Manuel (org). **Outra economia é possível**: cultura e economia em tempos de crise. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

WILLIAMS, Miriam J. The possibility of care-full cities. **Cities**, v. 98, mar 2020. p. 3. Disponível em: [Doi:10.1016/j.cities.2019.102591](https://doi.org/10.1016/j.cities.2019.102591). Acesso em: 19 fev. 2021.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Companhia Editora Nacional: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo: 1921. p

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **La Pachamama y el humano**. Buenos Aires: Colihue, 2011. Disponível em: https://perso.unifr.ch/derechopenal/assets/files/obrasjuridicas/oj_20180808_02.pdf. Acesso em: 1 fev. 2021.